

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Carlos Everton de Lima Hahl

**Um “Chefe de Salteadores” na Pauta da Imprensa Periódica: a repercussão das guerras de Artigas nas páginas do *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa (1812-1820)**

PORTO ALEGRE  
2021

Carlos Everton de Lima Hahl

**Um “Chefe de Salteadores” na Pauta da Imprensa Periódica: a repercussão das guerras de Artigas nas páginas do *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa (1812-1820)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

PORTO ALEGRE  
2021

Carlos Everton de Lima Hahl

**Um “Chefe de Salteadores” na Pauta da Imprensa Periódica: a repercussão das guerras de Artigas nas páginas do *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa (1812-1820)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Porto Alegre, 06 de dezembro de 2021.

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann  
Departamento de História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dra. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores  
Departamento de História  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

---

Prof. Dr. Augusto Cesar Barcellos Guazzelli (orientador)  
Departamento de História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso que analisa a representação do artiguismo (ideologia política do líder uruguaio José Gervasio Artigas) no período em que esteve atuante através da interpretação de Hipólito da Costa nas páginas do jornal *Correio Braziliense*. Demonstrou-se como o periódico apresentou a revolução oriental aos leitores durante os anos de 1812-1820. Descreveram-se os eventos que originaram os movimentos independentistas no Rio da Prata como consequência da crise das monarquias ibéricas de 1808, bem como os eventos revolucionários de maio de 1810 em Buenos Aires e a ascensão do artiguismo como alternativa ao modelo político centralista portenho. Contextualizaram-se as intervenções militares portuguesas na região até a concretização da derrota militar de Artigas em 1820. Foi realizada a descrição da imprensa escrita do princípio do século XIX desde o surgimento das publicações regulares, justificando o papel que estes veículos de difusão da informação cumpriram na remodelagem do pensamento político dos sujeitos ibero-americanos do período. Apresentou-se uma pequena biografia de Hipólito da Costa em que está inserida a criação do periódico que redigiu. Realizou-se uma análise sobre a cobertura jornalística do *Correio Braziliense* acerca das guerras luso-artiguistas até a derrota militar de Artigas em Taquarembó, cidade do Uruguai. Foram oferecidas reflexões sobre a cobertura do *Correio Braziliense* e sua possível incidência na construção dos sujeitos políticos. Considerou-se que Artigas e o artiguismo foram associados pelos inimigos do sistema dos “pueblos libres” a elementos de destruição das posições sociais e da propriedade particular, o que contribuiu para o surgimento da lenda que depreciou o caudilho durante os anos seguintes ao seu exílio. Por fim, conclui-se que Hipólito da Costa foi propagador do pensamento que associou Artigas ao banditismo e à anarquia.

Palavras-chave: Artigas. Artiguismo. Imprensa periódica. *Correio Braziliense*. Hipólito da Costa.

## ABSTRACT

Term paper that analyzes the representation of artiguism (political ideology of the Uruguayan leader José Gervasio Artigas) in the period in which he was active through the interpretation of Hipólito da Costa in the pages of the *Correio Braziliense* newspaper. It was demonstrated how the periodical introduced the eastern revolution to its readers during the years 1812-1820. It describes the events that gave rise to the independence movements in Rio de la Plata as a result of the crisis of the Iberian monarchies in 1808, as well as the revolutionary events of May 1810 in Buenos Aires and the rise of artiguism as an alternative to the centralist political model in Buenos Aires. The Portuguese military interventions in the region were contextualized until the military defeat of Artigas in 1820 was carried out. A description of the written press from the beginning of the 19th century since the appearance of regular publications was carried out, justifying the role that these vehicles for the dissemination of information played in the remodeling of the political thought of the Ibero-American subjects of the period. A short biography of Hipólito da Costa was presented, which includes the creation of the periodical he wrote. An analysis was carried out on the journalistic coverage of *Correio Braziliense* about the Portuguese-artiguist wars until the military defeat of Artigas in Taquarembó, a city in Uruguay. Reflections were offered on the coverage of the *Correio Braziliense* and its possible impact on the construction of political subjects. It was considered that Artigas and artiguism were associated by enemies of the “pueblos libres” system with elements of destruction of social positions and private property, which contributed to the emergence of the legend that devalued the warlord during the years following his exile. Finally, it is concluded that Hipólito da Costa propagated the thought that associated Artigas with banditry and anarchy.

Key-words: Artigas. Artiguism. Periodical press. *Correio Braziliense*. Hipólito da Costa.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO .....</b>	<b>15</b>
1.1 <i>A Crise política das monarquias ibéricas .....</i>	15
1.2 <i>A revolução de maio de 1810 e seus desdobramentos.....</i>	17
1.3 <i>A ascensão de Artigas e a intervenção militar portuguesa de 1811 .....</i>	20
1.4 <i>O início das dissidências de Artigas com Buenos Aires.....</i>	22
1.5 <i>O desabrochar do programa artiguista.....</i>	25
1.6 <i>A crise entre Artigas e Buenos Aires .....</i>	30
1.6.1 <i>A Liga Federal e a guerra contra o Diretório.....</i>	31
1.7 <i>A segunda campanha portuguesa no Prata e a derrota militar do artiguismo..</i>	34
<b>CAPÍTULO 2 – LINHAS TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA IMPRENSA .....</b>	<b>40</b>
2.1 <i>A imprensa no contexto ibero-americano do início do século XIX.....</i>	40
2.2 <i>Hipólito da Costa e o Correio Braziliense .....</i>	48
2.3 <i>Posição de Hipólito frente às revoluções do Rio da Prata .....</i>	52
2.4 <i>Considerações para a análise do artiguismo no Correio Braziliense .....</i>	55
<b>CAPÍTULO 3 – O CORREIO BRAZILIENSE COMO FONTE HISTÓRICA..</b>	<b>58</b>
3.1 <i>Primeiros apontamentos do periódico sobre a atuação de Artigas .....</i>	58
3.2 <i>Portugueses contra Artigas na Banda Oriental: A campanha de 1816 .....</i>	68
3.3 <i>Os boatos nas gazetas inglesas sobre a ocupação de Montevideú .....</i>	75
3.4 <i>A confirmação da ocupação portuguesa de Montevideú de 1817.....</i>	78
3.5 <i>Os anos finais da resistência artiguista no Prata .....</i>	87
3.6 <i>Algumas reflexões sobre a cobertura do artiguismo no Correio Braziliense ....</i>	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>95</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>
-------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

Em 1815 se deu início à fase mais radical do movimento para a independência das províncias espanholas meridionais da América. A região que configurava o Vice-Reinado do Rio da Prata apresentava um processo avançado de fragmentação política em que novos grupos, de diversas regiões, emergiam buscando consolidar posições hegemônicas por meio de novos projetos políticos para a reconfiguração administrativa da antiga possessão hispânica. Neste contexto, dois modelos de país antagonicos ganharam notoriedade no cenário das disputas militares e políticas do Prata: o centralismo portenho e o artiguismo.

Enquanto o modelo de Governo central se mostrava como a garantia da manutenção do poder dos comerciantes e do poderoso setor dos estancieros radicados em Buenos Aires, o artiguismo aparecia como uma alternativa para as províncias do *litoral*<sup>1</sup>, as da região central ou mediterrânea<sup>2</sup> e as situadas a oeste<sup>3</sup>. Para estas províncias, o Estado centralizado pretendido pelos revolucionários portenhos e a política de porto único, asfixiaria seus modelos econômicos, além subtrair a autonomia dos futuros governos provinciais.

A Banda Oriental continha as melhores condições para oferecer um modelo que contemplasse os diferentes anseios das regiões do Prata. Nela se encontrava a cidade de Montevidéu, que desde sua fundação, exerceu o papel de principal concorrente no mercado a Buenos Aires, dada a importância de seu porto para o comércio da região. A posição estratégica de cidade-porto de Montevidéu, tornando possível o comércio com nações estrangeiras, ofertava uma economia pujante para a região, principalmente ligada à produção pecuária. Estas características da cidade fizeram a população e a riqueza da Banda Oriental crescerem. As condições favoráveis desta região, davam oportunidade para o surgimento de um modelo de governo capaz de englobar interesses variados, como o que imaginou Artigas.

O artiguismo entrou para a História como um programa político de ideal federalista<sup>4</sup> encabeçado por José Gervasio Artigas. Pensava a formação de um Estado, quando concluída a

---

<sup>1</sup> A região litorânea estava limitada a oeste pelos contrafortes da serra até ao rio Salado, seguindo-o, depois, até seu cotovelo em Matará, de onde continuava para o sul, contornando a serra de Córdoba; finalmente, a leste, até terminar no antigo estuário da Bahia Blanca. Nesta região se encontravam as províncias de Santa Fe, Corrientes e Entre Ríos, além da cidade de Buenos Aires e a Banda Oriental.

<sup>2</sup> Região caracterizada pelo clima quente e seco, apresentava terras menos férteis que as demais, sendo, economicamente, a região mais debilitada. Córdoba, San Luis, San Juan, Mendoza, Tucumán, Salta, Jujuy e La Rioja eram as províncias que a compunham.

<sup>3</sup> Região montanhosa, correspondente à parte ocidental do território. Sua totalidade compreendia à Cordilheira dos Andes, margeando ao sul o rio Limay. Lá estavam as províncias de Potosí, Chuquisaca, Cochabamba e La Paz, no Alto Peru.

<sup>4</sup> Este termo surgiu para se referir aos opositores do modelo unitário dentro do ideário independentista norte-americano derivado da Constituição federalista de 1787. No Rio da Prata, ao propor uma solução política incompatível com a centralizadora de Buenos Aires, Artigas passou a ser visto por parte da historiografia como o

independência das províncias jurisdicionadas ao Vice-Reinado do Rio da Prata, unindo por meio de uma confederação, priorizando a ausência de um Executivo forte.

Em resposta a este cenário, as elites platinas trataram de canalizar seus recursos financeiros e militares em torno de um ou outro polo que se apresentava como condutor do processo para emancipação administrativa da região, ou seja, concordando com o modelo unitário portenho e se integrando a ele ou se dispondo à luta junto de Artigas.

Mesmo que a vantagem dos números (finanças e população) estivesse do lado de Buenos Aires, o prestígio do caudilho oriental havia crescido vertiginosamente. Seus sucessos militares contra as forças realistas no princípio do segundo decênio oitocentista, quando apoiava Buenos Aires contra a dominação de Espanha, tornariam Artigas o símbolo da oposição à ordem vigente, representada primeiro pela Coroa de Espanha e, posteriormente, pela outrora Capital do Vice-Reinado.

A adesão ao artiguismo como projeto alternativo ao unitarismo portenho oportunizou a expansão militar daquele movimento na região. Mas seus intentos encontraram obstáculo também fora da jurisdição colonial espanhola.

Portugal, que organizou uma campanha relâmpago em socorro à cidade de Montevideu realista em 1811, visando amenizar os efeitos que a crise de legitimidade da monarquia espanhola na região poderia suscitar em sua possessão americana, continuou com a atenção de sua diplomacia voltada para a região do Prata. A criação da Província Oriental em 1813 era uma nova ameaça à legitimidade da monarquia bragantina e se chocava com as pretensões da agressiva política expansionista de Dom João para a região<sup>5</sup>.

A fragmentação política que se consumava na vizinhança era uma ameaça ainda maior do que o problema que havia representado a Junta revolucionária de Buenos Aires cinco anos antes, pois o pensamento que poderia colocar em xeque toda razão de ser da unidade monárquica portuguesa na América, passava a obter melhores condições de disseminação pelo território do Brasil.

Esta ameaça era real em suas fronteiras meridionais a partir das incursões das tropas de Artigas na Capitania de Rio Grande, poderia incutir na população local novas ideias políticas que comprometeriam a coesão territorial do Brasil e o sistema político português. Impulsionado por estes receios, mas alegando oficialmente a pacificação da região e a

---

precursor do federalismo, porém faltava no caso platino a organicidade que a reunião das várias unidades configurou na formação dos Estados Unidos.

<sup>5</sup> Outro projeto que tinha expressividade na época era o que pretendia que Carlota Joaquina, esposa de Dom João VI e irmã de Fernando II, o Rei cativo de Napoleão, governasse temporariamente as possessões americanas de Espanha em nome do seu irmão. Carlota Joaquina estava refugiada no Rio de Janeiro junto com seu marido quando da vacância do trono espanhol em 1808.

proteção de suas fronteiras, em setembro de 1816 Portugal novamente enviou um regimento militar ao Prata, sob o comando de Carlos Frederico Lecor, para fazer oposição, desta vez, às forças artiguistas.

A permanência portuguesa na região seria mais duradoura do que a da primeira campanha militar, pois o General Lecor contava com o apoio dos grandes proprietários da Banda Oriental, cansados das guerras promovidas por Artigas e dos prejuízos que estas lhes causavam. Havia descrença entre estes de que Artigas conseguiria organizar um Estado viável para o Prata que atendesse aos seus interesses.

Estes e outros episódios, fomentaram a discussão política em ambos os territórios coloniais das potências ibéricas. Os temas que envolviam a compreensão das novas formas de governo se tornariam acessíveis a um maior número de indivíduos, fato que seria crucial para a formação política destes e da modificação de seu papel no processo de construção dos estados nacionais em momento ulterior à concretização das independências, no mundo hispânico e português. A necessidade da incorporação das massas ao processo político para o cumprimento do serviço militar também colaborou para isso, bem como outro fator que mexia com uma parcela importante do público: a imprensa escrita de publicação regular.

Os movimentos para a construção de uma nova ordenação política no mundo hispano-americano do Rio do Prata, foram contemporâneos ao aumento da circulação de publicações impressas nas colônias, ganhando lugar nas páginas dos jornais, os quais cada vez mais passavam a fazer parte do cotidiano dos indivíduos. Estas publicações informavam acerca dos fatos importantes através de debates impregnados de teorias e observações que começavam a ter chance de percorrer longos caminhos, trazendo à tona problemas que eram de interesse comum a populações separadas pela distância.

Tornava-se possível aos súditos americanos das potências peninsulares, tratarem um variado número de assuntos em que se destacavam novas demandas, tais como o interesse em entender a ciência de governo dos povos, bem como o que eram os direitos e deveres de governantes e governados. O periodismo de análise e discussão política ganhou terreno entre hispano-americanos e luso-brasileiros, e pouco a pouco foi se somando aos fatos, tornando-se peça-chave dentro do processo para a concretização dos objetivos das revoluções do período.

Especificamente no território do Brasil português, este tipo de publicação teve seu fomento paralelo à chegada da Corte joanina ao Rio de Janeiro, o que colocou a colônia na posição de sede administrativa de todo o Império dos Bragança.

Os membros da administração que também se trasladaram para a América, vislumbravam de perto os acontecimentos hispânicos no Novo Mundo, e parecem ter compreendido o papel que começava a ocupar na sociedade colonial a palavra impressa.

O Estado português, logo de sua instalação na colônia, concretizou a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*<sup>6</sup>, em setembro de 1808, o primeiro periódico impresso no Brasil. Era a imprensa que chegava ao território nacional.

Esta primeira manifestação da imprensa, de cunho oficial, insere a *Gazeta do Rio de Janeiro* em um outro seguimento de publicações verificadas à época. A chamada imprensa áulica, ligada aos assuntos/interesses do Estado monárquico, produzia periódicos noticiosos, mais interessados nos assuntos europeus, dedicando-se fugazmente à reflexão dos temas de relevância política.

Além de inserir a tecnologia da imprensa, a estadia da Corte joanina no Rio de Janeiro possibilitou reformas na administração que contribuiriam ao desenvolvimento das publicações impressas, mesmo às que se dedicavam a criticar o Governo. Tal foi a carta escrita pelo Príncipe Regente no dia 28 de janeiro de 1808, quando este ainda se encontrava na Bahia, e que seria publicada como o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. Esta medida facilitou a entrada de jornais estrangeiros no território do Brasil.

A abertura dos portos ensejou o aumento da circulação dos exemplares de um dos periódicos mais emblemáticos da época, o *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa. Este jornal inaugurou e inspirou a onda das publicações impressas por exilados portugueses na Inglaterra que pulularam no segundo decênio do século XIX no território das duas colônias ibéricas. As folhas lusitanas que chegavam de Londres para a América podem ser consideradas a primeira manifestação consolidada da imprensa de iniciativa particular no Brasil, ou seja, desvinculada do Estado<sup>7</sup>.

Algumas destas publicações acrescentaram uma expressiva quantidade de assuntos para os debates. Seus textos estavam permeados de teorias, consequência da liberdade que a distância proporcionava aos seus redatores. A manifestação destes gazeteiros estava de acordo

---

<sup>6</sup> Redigida inicialmente por frei Tibúrcio da Rocha, a quem não se conhece nada acerca de sua biografia. Este frei permaneceu encarregado de redigi-la até a morte de Domingos de Sousa Coutinho, estadista português responsável direto pelo jornal. Depois foi redator da gazeta Manuel F. de Araújo Guimarães (até meados 1821). Com a mudança de orientação política após o movimento liberal português, teve como redator o cónego Vieira Goulart.

<sup>7</sup> Oito jornais portugueses, além do de Hipólito, foram publicados em Londres no período: *Argus* (1809); *O Zurrage Político das Cortes* (1821); *O Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819); *O Campeão Português ou O Amigo do Rei e do Povo* (1816-1821); *O Espelho Político e Moral* (1813-1814); *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* (1814-1822); *Microscópio de Verdades* (1814-1815) e *O Padre Amaro ou Soveia Política, Histórica e Literária* (1820-1826).

com a principal característica deste tipo de imprensa, em que encontramos posicionamentos perante as notícias puramente de cunho político-partidário. Não tinham preocupação com a imparcialidade das análises, pelo contrário, os assuntos eram trazidos para legitimar ou deslegitimar opiniões, manifestadas como a expressão da verdade.

Independentemente de serem matérias descompromissadas com a imparcialidade, o periódico de Hipólito é o expoente maior das publicações regulares que disponibilizavam para os leitores o contato com a análise e a discussão dos temas da época, e que nos deixou uma extensa interpretação dos acontecimentos políticos da América Hispânica, desde sua primeira aparição na colônia em junho de 1808, antes mesmo de se iniciar a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Ocupou o lugar de protagonista em se tratando de observação e difusão dos fatos políticos da América e do mundo por um prisma que pretendia atender os interesses do bem comum de Portugal e do Brasil, sem estar vinculado à opinião oficial do Estado.

O tipo de imprensa que representou o *Correio Braziliense*, indica um despertar para a liberdade da opinião pública no Brasil. Hipólito manifestou uma análise crítica do governo joanino, a qual, longe de se debruçar no incentivo à ruptura do Brasil com a Metrópole, preconizava a reforma da máquina administrativa portuguesa como ingrediente para o sucesso da monarquia bragantina durante a crise do período. Certamente tais perspectivas eram um novo fator dentro das publicações impressas, e tinham confluência com a mudança gradual da cultural política do período.

Mesmo que Hipólito não demonstrasse simpatia à ideia de independência do Brasil, o efeito da expressão do seu pensamento colaboraria para a reestruturação da consciência política de seus leitores, o que, involuntariamente inseria, no campo das discussões políticas da década de 1810-1820, uma possibilidade de se refletir acerca da possível emancipação da colônia portuguesa e o que seriam seus efeitos imediatos. Soma-se ao que escrevemos, o emprego que Hipólito faz do termo “brasiliense”, que visivelmente trazia a ideia de diferenciação entre portugueses nascidos no Brasil e os nascidos na Península, exatamente em um momento em que a América ibérica demonstrava maior instabilidade política, demandando a renovação das formas de legitimação dos governos.

O fomento do periodismo acontece no mesmo período em que se inicia o desmembramento das províncias espanholas em diversas unidades políticas autônomas. Novos Estados nacionais efêmeros, dos quais a maioria não duraria no tempo, mas deixariam marcado para sempre o início da integração das populações à vida política, tornando cada vez mais necessário para os governantes encontrar meios de renovar nas populações o sentimento

de pertencimento a uma unidade territorial devidamente delimitada e pertencente a uma estrutura de Estado que justificasse a obediência à ela.

A velha ordem política portuguesa ainda demonstrava força e foi predominante dentro da opinião pública que se formava por meio dos periódicos. O conteúdo disponível para a leitura era acessível a uma parcela diminuta da população, mas a incidência em volume maior das publicações abriria espaço para, paulatinamente, os assuntos políticos pautarem as conversas nas praças e armazéns, criando uma cultura de reflexão de ideias que seriam debatidas antes de serem aceitas, modificando o panorama das sociedades através da educação social e política que isso ocasionava.

O período em questão apresenta uma tênue transformação no plano das ideias, realizada pela inserção das teorias políticas surgidas com os movimentos revolucionários hispano-americanos, as quais passaram a conviver com o pensamento ainda restrito às modalidades de interpretação política estruturadas pelo Antigo Regime, em que predominavam os matizes do absolutismo.

Com estas premissas, o movimento liderado por Artigas será entendido como um diferencial entre as revoluções da América Hispânica. A ideia de Estado confederativo que foi pensada pelo caudilho do Rio da Prata não encontrava correspondência em nenhum organismo político da época. Acrescido a isso o propósito defendido por Artigas de que os “mais infelizes seriam os mais beneficiados”, temos no artiguismo o elemento mais destoante do espírito do tempo em questão, que tinha os privilégios dinásticos como um de seus traços mais marcante.

Temos como objetivo conhecer e compreender a representação do artiguismo no período que esteve atuante através da interpretação de Hipólito da Costa nas páginas do *Correio Braziliense*, e como este periódico apresentou este movimento revolucionário aos leitores do princípio do século XIX.

Usaremos como recorte temporal o ano de 1812, quando Artigas começou a ser mencionado pelo jornal de Hipólito, e nos estenderemos até o ano de 1820, marco da derrocada de Artigas. Naturalmente este estudo dará prioridade para o período em que as tropas de Artigas estiveram envolvidas em conflitos com os exércitos portugueses na região platina, com ênfase maior na segunda intervenção portuguesa na Banda Oriental, a de 1816, quando Hipólito da Costa dedicou longas análises sobre Artigas e o seu movimento.

O recorte espacial abrange a zona que abrigava as províncias que faziam parte do Vice-Reinado do Rio da Prata, sendo o seu território correspondente ao dos atuais estados da Argentina, Paraguai e Uruguai, abrangendo pequenas partes pertencentes à atual Bolívia e ao

Brasil. Neste último território se destaca a parte que compreende a região Sul, onde estava situada a Capitania de Rio Grande, que juntamente com a Banda Oriental do Uruguai, representaram os pontos de maior ocorrência dos fatos envolvendo os exércitos artiguistas que são analisados neste trabalho.

Essa contribuição ao estudo do artiguismo por uma fonte ainda não explorada servirá para aprofundar o estudo do periodismo de análise e discussão política do início dos anos oitocentistas e encontrar indícios da repercussão que teve a revolução de Artigas à época em que estava ocorrendo.

O *Correio Braziliense* é apenas uma possibilidade de pesquisa neste universo, outros periódicos também trataram do tema e estão disponíveis para consulta na plataforma em que acessamos nossa fonte. Talvez a utilização deste tipo de fonte possa preencher o vazio de trabalhos que se dediquem a abordar a influência política do artiguismo no território do Brasil português, pois os existentes até o momento apenas apresentaram referências a envolvimento de rio-grandenses nas campanhas militares artiguistas.

Destacamos como mais importante para o cumprimento do nosso objetivo a visão do periodismo como um veículo de análise e discussão política em um momento que a ordem vigente demonstrava sinais de esgotamento, principalmente do lado hispânico. Assim compreendemos que o artiguismo, ao se inserir no campo do debate político lusitano, colaborou para reforçar a necessidade da reafirmação dos princípios do Estado monárquico por novos meios, e o jornal de Hipólito, como um veículo criador de significados, auxilia o pesquisador como fonte para entender o impacto de um movimento como o artiguismo dentro de uma sociedade ainda com a cultura atrelada ao Antigo Regime.

O acesso à fonte histórica se realizou por meio da consulta *online* ao conteúdo do jornal *Correio Braziliense* que se encontra disponível na Hemeroteca digital do *site* da *Fundação Biblioteca Nacional*<sup>8</sup>, em que utilizando a palavra “Artigas” como filtro, tivemos disponibilizadas pela plataforma 159 ocorrências do termo, contidas em 17 Volumes dos 29 que estão disponíveis para consulta, que correspondem a totalidade das publicações deste periódico. Foram analisados para a realização do trabalho 24 números distribuídos em 14 Volumes do *Correio Braziliense*. Os textos do periódico que aparecem neste trabalho e que se referem a Artigas estão nas publicações que ocorreram do ano de 1812 a 1820.

O trabalho se divide em três capítulos. No primeiro apresentamos o contexto histórico, com a conjuntura da crise das monarquias ibéricas de 1808 e seus desdobramentos na Europa

---

<sup>8</sup> HEMEROTECA digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

e na América. Veremos o surgimento de Artigas no cenário político platino a partir do advento da Revolução de Maio de 1810 e os eventos que ocasionaram a ruptura daquele com o Governo portenho formando a Liga Federal artiguista. Estarão pautadas também neste capítulo, as duas intervenções militares portuguesas na Banda Oriental, de 1812 e 1816, sendo esta última a que colaborou com a derrocada militar de Artigas na região.

O Capítulo 2 trata do surgimento da imprensa periódica no cenário sul-americano e sua função dentro do desenrolar dos acontecimentos revolucionários. Demonstra-se o papel que a imprensa cumpriu num momento de redefinições da participação política das populações, tornando-se um instrumento de luta, seja pela propagação do ideal revolucionário ou na defesa do sistema monárquico que se via ameaçado naquele momento. Também se descreve a nossa fonte histórica, o *Correio Braziliense*, e como este periódico se inseriu dentro do contexto revolucionário através da posição de seu editor. Analisa-se o *Correio Braziliense* tendo como suporte principal a compreensão de João Paulo Pimenta, encontrada no livro *Estado y Nación hacia el final de los impérios ibéricos. Río de la Plata y Brasil 1808-1828*, resultado de sua excelente pesquisa que teve embasamento na contribuição da imprensa periódica para o desenvolvimento de uma cultura política no mundo colonial ibérico dentro do contexto da formação dos estados nacionais argentino, uruguaio e brasileiro.

O terceiro e derradeiro capítulo contém a pesquisa. Nele se analisa a cobertura jornalística de Hipólito da Costa dos eventos que marcaram a passagem do artiguismo pelo território platino, notadamente quando os interesses de Artigas se chocavam com os dos portugueses. Contextualizam-se os termos e expressões de Hipólito da Costa ao se referir a Artigas e aos artiguistas, além de como estes se relacionavam com as situações históricas do período e as motivações do jornal.

## CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO

Apresentaremos neste capítulo os eventos que originaram os movimentos revolucionários no Rio da Prata, debatendo os percalços vividos pelos impérios lusitano e espanhol com a expansão francesa na Europa e as consequências dentro das suas respectivas possessões americanas. Perpassaremos pelos eventos revolucionários de maio de 1810 em Buenos Aires e o surgimento e ascensão do artiguismo como alternativa ao modelo político portenho. O capítulo também contempla as intervenções militares portuguesas na região tentando expandir seu Império e defender seu território da propagação revolucionária de seus vizinhos, e se conclui com a derrota militar de Artigas em 1820.

### *1.1 A Crise política das monarquias ibéricas*

O ano de 1808 representou um marco dentro das modificações políticas pelas quais a Ibero-América passaria nos anos seguintes e que culminariam na independência das colônias hispânicas e lusitanas, respectivamente. O avanço militar dos franceses pelo Continente europeu e sua chegada à Península Ibérica, ocupando o território espanhol e, em seguida, o português, foram a gota d'água para a desestabilização política dos dois impérios. Enquanto a Espanha tinha comprometida a legitimidade de sua monarquia perante os súditos dos territórios de ultramar com o domínio napoleônico, a Coroa bragantina, com a iminência da chegada das tropas invasoras, optou pela retirada de sua Corte de Lisboa em fuga rumo ao Brasil em novembro de 1807, sob a escolta naval da Inglaterra, como uma tentativa desesperada de salvaguardar seu Governo.

Já para os Bourbon, a situação do governo ficou quase insustentável com a invasão. A crise política pela qual a Espanha se viu envolvida com a expansão napoleônica faria soprar dentro de suas colônias americanas, a partir de 1810, os ventos de mudança que afetariam o futuro dos hispano-americanos. Da Nova Espanha ao Rio da Prata, novos grupos com a pretensão de ocupar o protagonismo político, mergulharam a América Espanhola em uma guerra civil que perduraria por mais de uma década. A ebulição política dentro das colônias de Espanha seria observada de perto pela Corte lusitana, que se instalou no Rio de Janeiro em 22 de janeiro de 1808, ciente de que os acontecimentos de sua vizinhança reverberariam diretamente em seu território.

A região do Rio da Prata ocupou a política externa dos Bragança de forma especial durante sua permanência no Brasil. Nela, os portugueses tiveram de intervir militarmente em

duas oportunidades no transcorrer do segundo decênio oitocentista, tendo em vista não apenas um projeto expansionista de seu Império, mas, também, a manutenção de sua legitimidade como organismo monárquico, dado ao teor político encontrado nos movimentos da região e sua rápida propagação, não somente pelo ir e vir das tropas envolvidas no conflito, mas, também, por meio da atividade da imprensa periódica que crescia em disponibilidade na região, narrando os fatos responsáveis pela instabilidade da monarquia hispânica.

Os desdobramentos da crise monárquica hispânica se iniciariam com a abdicação forçada do Rei Carlos IV em nome de seu filho, Fernando VII, este feito cativo por Napoleão. Tal acontecimento representava a ausência de autoridade política legítima para a monarquia espanhola, o que teve como efeito imediato a criação, por todo território peninsular, de Juntas de governo autônomas leais ao monarca cativo. Destes novos nichos administrativos na Península, destacou-se uma Junta central de governo, sediada em Sevilha, que teve sua legitimidade reconhecida pela maioria das regiões que integravam o Império Hispânico. A cidade de Sevilha resistiu até 1810 ao avanço francês na Península. A queda desta cidade e o desmanche da Junta Central, ensejou a formação de um Conselho de Regência na cidade de Cádiz, último território livre das tropas de Bonaparte.

A partir da tomada de Sevilha pelos franceses, desencadeou-se uma nova etapa da crise política no mundo hispânico. A notícia da queda da cidade impulsionou dentro das possessões americanas de Espanha, a exemplo do que ocorria na Península, a criação de juntas autônomas, as quais se dividiram entre as leais ao Conselho de Regência instaurado em Cádiz e as que não reconheciam a legitimidade desta instância de governo. Esta dissidência foi o primeiro motivo de guerra civil na América Hispânica, situação que continuaria ao longo da segunda década do século XIX, modificando-se apenas as motivações.

Com a divisão política estabelecida entre os hispano-americanos, diversos processos de transformação neste campo foram cogitados dentro dos territórios que compunham os vice-reinados de Espanha no Novo Mundo. Alguns destes abrangiam a construção de monarquias constitucionais que não romperiam totalmente com o antigo pacto colonial, e que possuiriam instituições representativas de governo (MYERS, 2007).

Em outras localidades, onde as facções crioulas que pretendiam alcançar a hegemonia política no Continente se mostraram receosas à solução gaditana, mesclaram-se iniciativas republicanas inspiradas pelo liberalismo e ideias ainda vinculadas à organização monárquica de Estado. Temos um exemplo no Rio da Prata, onde nomes importantes que comporiam a Revolução de Maio de 1810, como Juan José Castelli, Manuel Belgrano e até mesmo Mariano Moreno, redator do revolucionário Plano de Operações, estavam inclinados a instauração de

uma monarquia que teria a Princesa Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, como Regente (AZEVEDO, 1998). A tendência monarquista destes chefes revolucionários do Prata ainda ocasionaria desdobramentos quando da proclamação oficial da independência no Congresso de Tucumán de 1816, quando Belgrano proporia a criação de uma monarquia incaica para o novo Estado que se construiria no Prata (ESPASSANDE, 2020).

A revolução do Rio da Prata, a partir de 1815, apresentaria a divisão marcada entre a cidade de Buenos Aires, que assumiria ao longo do conflito sua tendência centralista de organização estatal, e o artiguismo, que seria reconhecido dentro do contexto como defensor da formação de uma confederação entre as províncias rio-platenses, algumas vezes chamada de sistema federal.

A origem deste conflito na região platina entre centralistas e federalistas começaria a se desenhar nos últimos meses do ano de 1811 com os episódios derivados da revolução de maio do ano anterior em Buenos Aires. Deste impasse surgiria o personagem que defenderia o pacto confederativo como alternativa ao modelo político de portenho: José Gervasio Artigas.

### *1.2 A revolução de maio de 1810 e seus desdobramentos*

A notícia da tomada de Sevilha pelas tropas francesas abalou o regime vigente. Em 25 de maio de 1810, realizou-se em Buenos Aires um Cabildo aberto<sup>9</sup> onde foi criada a “Junta Provisional Gubernativa de Las Provincias del Río de la Plata, a nombre del Señor Fernando VII”, conhecida como a Junta de Maio. Era integrada por uma qualificada representação do patriciado portenho: Manuel Belgrano, Juan José Castelli e Juan José Paso, representando os intelectuais imbuídos das ideias da Ilustração; Juan Larrea e Domingo Matheu, do setor dos comerciantes, outrora vinculados ao tráfico com os ingleses; Martín de Azcuénaga e Manuel Alberti, pelo prestígio pessoal de veterano militar e clérigo, respectivamente, e Mariano Moreno, de talento reconhecido como primeiro advogado da cidade e por suas relações com os ingleses, tornando-o imprescindível para os objetivos políticos e econômicos da Revolução (ABADIE, 1974).

Contrariando as Juntas autônomas de governo formadas na América Hispânica, a de Buenos Aires não estava presidida por um representante do antigo poder colonial. A cidade nomeou para o cargo o comandante do Regimento de Patrícios das Milícias, Cornelio de

---

<sup>9</sup> Os Cabildos abertos se converteram em órgãos representativos do povo soberano nos últimos anos do regime colonial, em que os moradores mais importantes da cidade se reuniam em assembleia para a tomada de decisões políticas. A expressão é derivada de “Cabildo”, que era um órgão de gestão, espécie de conselho municipal, tratando-se da unidade fundamental de governo local na América Espanhola colonial.

Saavedra, que havia ganhado notoriedade militar durante a expulsão dos ingleses de Buenos Aires e de Montevideu nas campanhas de 1806-1807 (MYERS, 2007), e que compôs a Junta como representante dos corpos de milícias crioulas.

Desvinculada do poder metropolitano, Buenos Aires encabeçaria o movimento de organização política da região para a iminente independência, mesmo que o planejamento desta Junta não mencionasse tal objetivo de maneira explícita. A Junta de Maio jurava lealdade a Fernando II, sem reconhecer o Conselho de Regência de Cádiz como instância oficial de representação do poder espanhol na região. A legitimidade da Junta de Maio estava embasada num governo que existiria até ser restabelecida a ordem na Península, mediante a formação de um governo que merecesse ser reconhecido por Buenos Aires como legítimo.

A partir de 29 de maio de 1810 um exército revolucionário foi enviado ao interior para assegurar a lealdade de todo território do Vice-Reinado. A marcha dos revolucionários não encontraria êxito no Paraguai, mas obteria vitória em Córdoba, garantindo até a zona sul do Alto Peru a autoridade da Junta, sendo este o limite mais distante alcançado pela administração portenha<sup>10</sup>. Os portenhos também encontrariam oposição a seus planos na outra cidade portuária com grande influência na região e que desde sua fundação rivalizava com Buenos Aires, Montevideu. Esta cidade se apresentou como o centro da resistência contrarrevolucionária na região.

A cidade de Montevideu, a principal concorrente de Buenos Aires pela hegemonia política e econômica na região, acompanhou atentamente o desenrolar dos acontecimentos da revolução de maio na Capital do antigo Vice-Reinado. Inclinada num primeiro momento, após deliberação do Cabildo aberto da cidade, a reconhecer a autoridade de Buenos Aires, Montevideu logo mudaria de opinião quanto a aderir à autoridade da Junta bonaerense. Ainda em 1810, no mês de junho, notícias chegadas da Península davam conta dos sucessos dos espanhóis em Cádiz e da instalação do Conselho de Regência.

Ciente de que a ausência da mediação da Coroa espanhola nas relações econômicas com sua rival representaria o enriquecimento desta a suas expensas, as facções políticas conservadoras de Montevideu<sup>11</sup> solicitaram uma posição mais clara da Junta de Maio quanto

---

<sup>10</sup> Em Córdoba a resistência realista foi esmagada militarmente pelo exército comandado por Castelli, quando este por lá passou em agosto de 1810 antes de chegar ao Alto Peru para derrotar os contrarrevolucionários em novembro. Entre os dirigentes fuzilados em Córdoba se encontrava o ex-vice-rei Liniers, que teve sua tentativa de fuga para a Europa frustrada. Já a excursão militar liderada por Belgrano ao Paraguai foi implacavelmente derrotada pelas milícias paraguaias em 19 de janeiro de 1811 em Paraguari e 9 de março em Tacuarí, forçando a retirada dos portenhos mediante a realização de um armistício no dia 10 do mesmo mês.

<sup>11</sup> Delas faziam parte os chefes e oficiais do importante corpo de fuzileiros navais, tendo no Capitão de Fragata José Maria de Salazar seu principal representante; a estes se somavam o núcleo dos exportadores de frutos da região; os comerciantes ligados ao tráfico e importação de escravos; diversos grupos de artesãos, que com a

ao seu objetivo, pois suspeitavam que a alegação de lealdade a Fernando VII era apenas um disfarce da pretensão independentista dos portenhos (ABADIE, 1974). Depois de tentativas frustradas de união de Montevideú à Junta portenha durante o mês de junho de 1810, seguiram-se conflitos promovidos pela facção “juntista” de Montevideú<sup>12</sup> por meio de levantes nos quarteis da guarnição da cidade, ocorridos no dia 12 de julho, mas que foram suplantados por efetivos da marinha e outros corpos peninsulares sem oferecer resistência (ABADIE, 1974).

Com a tomada de posição da cidade, Montevideú organizou a resposta contrarrevolucionária no Rio da Prata. Em 12 de janeiro de 1811, desembarcou em Montevideú o novo vice-rei designado pelo Conselho de Regência de Cádiz, Francisco Javier de Elío, declarando, logo de sua chegada, rebelde e revolucionário o Governo de Buenos Aires, e os seus componentes como traidores. As medidas iniciais tomadas por Elío não repercutiram bem nas províncias da Banda Oriental; o vice-rei exigiu contribuições forçadas dos comerciantes visando amenizar a defasagem do erário público. Também obrigou a regularização dos títulos das terras da realeza, além da exigência do oferecimento de tropas para a guerra contra Buenos Aires (ABADIE, 1974). As medidas de Elío acenderam a chama revolucionária na Banda Oriental, ocasionando a melhor oportunidade para a Junta portenha pôr em funcionamento seu plano.

A Junta de Buenos Aires elaborou o Plano de Operações, no qual os portenhos ensaiavam a estruturação do espaço territorial do Vice-Reinado e sua governabilidade durante a duração do cativeiro de Fernando. Em verdade, a Junta previa a iminente ruptura com a Metrópole para a tomada do poder na região<sup>13</sup>. Washington Reyes Abadie apresenta um dos tópicos do Plano que fala da organização do Estado, no qual

la Constitución debe afianzar a todos el goce legítimo de los derechos de la verdadera libertad, en practica y quieta posesión, sin consentir abusos: entonces resolverá el Estado americano el verdadero y grande problema del contrato social<sup>14</sup> (ABADIE, 1974, p. 11).

---

competição das importações inglesas tiveram seu trabalho e lucros diminuídos; e os grandes estancieiros das cercanias da cidade, que necessitavam do Governo de Montevideú e da sobrevivência da ordem tradicional para manterem suas propriedades e terem defendidos os seus interesses.

<sup>12</sup> Era integrada pelo núcleo dos advogados crioulos da cidade, encabeçados por Nicolás Herrera e José Lucas Obes; também por alguns clérigos, como José M. Pérez Castellano, Juan José Ortiz e Frei Benito Lamas; um núcleo de importantes homens de negócios e comerciantes de charque ligados ao tráfico com os ingleses, como Juan Trápani e Antonio Pereira; e militares crioulos, tais como Juan Balbín y Vallejo e Prudencio Murguiondo.

<sup>13</sup> Era o pensamento de Cornelio de Saavedra em suas “Memorias”, apresentado por Washington Reyes Abadie (1974, p. 7).

<sup>14</sup> A Constituição deve garantir a todos o gozo legítimo dos direitos da verdadeira liberdade, na prática e na posse pacífica, sem consentir com os abusos: então o Estado americano resolverá o verdadeiro e grande problema do contrato social (tradução nossa).

O teor republicano fica evidente neste trecho. Pensar em “contrato social” era não reconhecer uma autoridade que não estivesse embasada na vontade do povo. Porém, a ideia da Junta Maio limitava a visão de liberdade para o povo ao pensamento de seus componentes. Essas bandeiras de liberdade almejavam convencer as demais províncias do Vice-Reinado a lutar pelo encerramento dos entraves que a administração espanhola opunha ao crescimento econômico, e para o reconhecimento da importância do papel das províncias para a realização deste objetivo.

O conteúdo do Plano de Operações falava, também, em instigar a insurreição popular, o que compreendia com especial atenção, o intento de sublevar a Banda Oriental. É nesta parte do Plano que temos a primeira alusão a José Gervasio Artigas, apontado junto de José Rondeau como “personas de talento, opinión, concepto e respeto”<sup>15</sup> (ABADIE, 1974, p. 10). Artigas teria importância crucial nos eventos da independência a partir de 1811, atuando, num primeiro momento, como aliado dos portenhos na campanha contra Montevidéu.

### *1.3 A ascensão de Artigas e a intervenção militar portuguesa de 1811*

Após desertar da guarnição da Colônia do Sacramento, Artigas se colocou à disposição da Junta de Maio, pela qual foi designado para o levantamento da Banda Oriental contra a dominação espanhola. Tendo recebido de Buenos Aires 150 homens e 200 pesos, Artigas iniciou o recrutamento de seu exército popular pelo território da Banda Oriental (PIGNA, 2010). A opressão exercida por Elío aos povos da Banda Oriental favorecia o levante revolucionário na região.

Para aquela parte do Vice-Reinado, sua incorporação à revolução portenha representava a liberdade. Fariam parte do levante a mais variada gama da população oriental, desde estancieiros que tiveram boa sorte nos negócios, muitos dos quais estavam vinculados à sociedade de Montevidéu por suas relações comerciais e pessoais, até ao outro extremo, composto por bandidos, contrabandistas, desocupados que perambulavam pelos campos, peões das estâncias, índios, negros fugitivos do regime de escravidão, curas, imbuídos do espírito revolucionário, dentre outros (ABADIE, 1974). Estes estratos da sociedade oriental se apresentaram cada qual buscando atender às suas necessidades, seus diferentes objetivos, dada a origem de cada um, e Artigas conseguiria unir todos sob um mesmo ideal revolucionário que continha a esperança como flâmula.

---

<sup>15</sup> Pessoas de talento, opinião, conceito e respeito (tradução nossa).

O *Grito de Ascensio*, em 28 de fevereiro de 1811, foi a entrada da Banda Oriental na luta pela libertação da opressão espanhola. Artigas e outras lideranças locais se uniram para o enfrentamento dos realistas<sup>16</sup>, tendo como primeiro feito notável a derrota imposta às forças realistas de Elío em 18 de maio de 1811, no combate de *Las Piedras*, pondo sítio, a seguir, à cidade Montevideú.

A efervescência política em território hispânico mobilizou a política externa portuguesa. Reconhecendo o perigo que representava os acontecimentos no Rio da Prata, Portugal se solidarizou ao pedido do vice-rei Elío e em agosto de 1811 enviou em seu socorro um exército de 5.000 homens sob o comando de D. Diogo de Sousa, que entrou em solo oriental pela Capitania de Rio Grande alegando a pacificação de suas fronteiras contra os assaltos de bandoleiros e bandidos (PIMENTA, 2011). Em verdade, segundo Fernando Comiran, a primeira intervenção militar portuguesa no Prata se tratava de uma “confluência monárquica de hispânicos e lusitanos na região” (2011, p. 3), concordando com a opinião de João Paulo Pimenta ao explicar que

la política desde entonces desarrollada por la Corte portuguesa, tantas veces referida por la historiografía como imperialista y expansionista, sería [...] basada en la conciencia de que la crisis que afetaba a la Monarquía española también hacía referencia a ella<sup>17</sup> (2007a, p.16-17).

O que estava em jogo era a sobrevivência de uma ideia, ou seja, a da monarquia, em contraposição ao novo ideal que nascia com a revolução em Buenos Aires, e que preconizava que um governo só se justificaria quando sua legitimidade fosse garantida pelo desejo do povo. Somavam-se aos perigos identificados pelos portugueses, as notícias que davam conta que a anexação do território de Missões, posse de Portugal desde 1801, fazia parte do Plano de Operações (ABADIE, 1974), que circulava no Rio de Janeiro em manuscrito impresso oriundo de Buenos Aires, propagando ideias revolucionárias no Brasil, “donde serían fomentadas las guerras civiles y las insurrecciones de esclavos”<sup>18</sup> (PIMENTA, 2007a, p. 18).

A expedição lusa ligava o alerta para a Junta portenha; além de se tratar de uma força estrangeira dentro do território que pretendia conquistar, tinha o apoio do governo realista de Montevideú. Com as facções que compunham a junta demonstrando cada vez mais sua

---

<sup>16</sup> Exatamente dois camponeses, Pedro José Viera e Venancio Benavídez, apoiados pelo sublevado comandante militar da região Ramón Fernández.

<sup>17</sup> A política desde então desenvolvida pela Corte portuguesa, tantas vezes referida pela historiografia como imperialista e expansionista, seria [...] baseada na consciência de que a crise que afetou a Monarquia espanhola também fazia referência a ela (tradução nossa).

<sup>18</sup> Onde guerras civis e insurreições de escravos seriam fomentadas (tradução nossa).

inclinação conservadora em comparação ao que era quando de sua formação, a derrota militar sofrida no Alto Peru em julho de 1811 e a aproximação do exército português para atacar os sitiadores de Montevideú aceleraram a organização de um novo Cabildo aberto em Buenos Aires, que assim concluiu a formação do que ficou conhecido como o Primeiro Triunvirato<sup>19</sup>.

Em 20 de outubro de 1811, tendo a Junta de Maio comprometida sua ação militar, foi firmado um armistício entre Buenos Aires e Montevideú, com ele o Triunvirato reconhecia a Fernando VII e seus legítimos sucessores, também a autoridade das Cortes de Cádiz e a indivisibilidade da Nação espanhola, ademais acertava a retirada das tropas portuguesas que permaneciam na região (PIMENTA, 2011).

#### *1.4 O início das dissidências de Artigas com Buenos Aires*

Artigas que comandava juntamente com Rondeau o sítio de Montevideú desde maio, recebeu os comissionados do governo em setembro de 1811 para consultar o texto preliminar do armistício, o que ocorreu mediante assembleia dos notáveis da população oriental.

A negativa ao armistício pelos orientais foi taxativa e os protestos de Artigas nem sequer chegariam a Buenos Aires. Por meio de nova deliberação dos orientais realizada em assembleia espontânea às margens do rio *San José* no dia 23 de outubro, Artigas despertava para a vida pública como uma liderança para os orientais, com a designação que a assembleia de setembro nas proximidades dos portões de Montevideú lhe conferiu, a de Chefe dos Orientais, que ganharia, a partir de então, o significado político que carregaria nos anos seguintes. Assim, tendo as margens do rio *San José* como testemunhas, ficavam definidos o repúdio do armistício pelos orientais, a manutenção da guerra por si e o abandono do território pátrio (ABADIE, 1974).

Ao cumprir a determinação de Buenos Aires e se retirar do cerco de Montevideú, Artigas foi acompanhado por uma coluna composta, aproximadamente, por 4.000 pessoas, oriundas, principalmente, da Banda Oriental e das províncias do *litoral* (PIMENTA, 2011). Homens, mulheres, crianças e idosos, munidos de poucos pertences, seguiram o caudilho desde as margens do *San José* – no que ficou conhecido como o Êxodo da População Oriental – até finalmente se instalarem em *Ayuí*, em Entre Ríos, onde permaneceriam até setembro de 1812, antes de regressarem à terra oriental (ABADIE, 1974). Era uma ostensiva demonstração do crescimento da influência política de Artigas na Banda Oriental, que nem mesmo ele esperava.

---

<sup>19</sup> Feliciano Antonio Chiclana, Juan José Paso e Manuel de Sarratea integravam o primeiro Triunvirato.

Foi o próprio Artigas quem confidenciou a Mariano Vera no momento do Êxodo, em 31 de novembro de 1811, sua surpresa e resignação quanto ao fato de famílias inteiras o estarem seguindo: “ellas me han venido a encontrar, de outro modo yo no las habría admitido”<sup>20</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 27). Aproveitando sua permanência em Entre Ríos, o líder dos orientais estreitou relações com nomes representativos daquela zona<sup>21</sup>, combinando interesses comuns, dentre os quais o de rechaço dos portugueses do território oriental e o atendimento dos anseios populares na revolução (ABADIE, 1974).

Mesmo com as dissidências que envolveram a elaboração do armistício de outubro de 1811, Artigas mantinha sua vinculação ao Governo revolucionário de Buenos Aires. Os portenhos necessitavam de Artigas e de seu exército como força de retaguarda para um eventual avanço das tropas lusitanas de Diogo de Sousa, que ainda não haviam se retirado por completo do território oriental. Porém, com a conclusão do tratado realizado sob a mediação britânica para retirada das tropas de Portugal da Banda Oriental<sup>22</sup>, diminuía a importância estratégica de Artigas para o governo de Buenos Aires, o que agregado à estima que a população oriental parecia ter pelo caudilho, comprometiam as aspirações de controle da região nutridas pelos portenhos.

Visando ratificar sua autoridade, o Triunvirato investia na patente de General em Chefe do Exército do Oriente e Capitão Geral da Banda Oriental do Paraná, um dos integrantes do Executivo, Manuel de Sarratea, para reordenar as forças na região. Artigas e seu exército reconheceram a Sarratea como autoridade local. Contudo Artigas não desejava manter a patente de Coronel de Milícias Patrióticas, optando, apenas, pela designação de Chefe dos Orientais (ABADIE, 1974). Sarratea, opondo-se aos despachos militares de Artigas, manteve-o em sua patente, ao que Artigas assentiu sem se desfazer de seus receios.

Confirmando a hesitação de Artigas, o General portenho deixava as divisões orientais incluídas ao Exército de Operações do Oriente, ou seja, subordinadas a ele. Assim, Sarratea expediria ordens sem passarem por Artigas. Como no caso da ordem que dispôs sobre o retorno das divisões orientais ao seu território, contemplando esta medida o exército sob o comando de Artigas (ABADIE, 1974). O poder que o governo portenho investia em Sarratea demonstrava o não reconhecimento da autoridade de Artigas sobre os orientais. Enquanto o General portenho se impunha na Banda Oriental, Artigas se correspondia com homens de sua

---

<sup>20</sup> Elas vieram me encontrar, de outro modo eu não as teria admitido (tradução nossa).

<sup>21</sup> Reyes Abadie lista os nomes de Eusebio Hereñu, Ricardo López Jordán, Zapata, Elías Galván e Andrés Guacararí y Artigas, o filho adotivo de José Artigas.

<sup>22</sup> Trata-se do tratado Redemaker-Herrera, de maio de 1812, com mediação conduzida por Lord Strangford.

confiança em Buenos Aires<sup>23</sup> narrando suas desavenças com Sarratea, sendo instruído a reportar ao Governo de Buenos Aires os acontecimentos.

O governo de Buenos Aires enfrentava problemas internos pela divergência entre seus integrantes. Cada vez mais ficava evidente a crescente tendência centralista do Primeiro Triunvirato, e a oposição dos grupos que compunham o governo forçaram a mudança. Um movimento militar de uma facção política dentro do governo, com lideranças ligadas à Logia Lautaro<sup>24</sup>, causaria a revogação do primeiro Triunvirato, concluída em pronunciamento cívico-militar de outubro de 1812 (ABADIE, 1974). O novo Governo, o Segundo Triunvirato, tinha como nomes principais Carlos Alvear e José de San Martín. Entre suas metas principais estavam a dissolução das juntas provinciais e a convocação de uma nova assembleia constituinte (PIMENTA, 2011).

Durante os meses da transição dentro da administração do Governo portenho, uma série de comunicações que não atenderam às expectativas nem de Buenos Aires, nem do Chefe oriental, ocasionaria o rompimento oficialmente de Artigas com o Governo de Buenos Aires, em dezembro de 1812. Somente no ano seguinte, em janeiro, os governantes bonaerenses reconheceriam a autoridade de Artigas por meio de um acordo de paz, o “Pacto de Ayuí”. Destaca-se em seu conteúdo a aprovação do envio de deputados pelos orientais à assembleia constituinte que havia sido convocada em 24 de outubro de 1812. O pensamento político de Artigas que até aquele momento permanecia obscuro, seria conhecido por meio das Instruções aos deputados enviados à Assembleia Geral do Ano XIII, as quais se tornariam a referência maior para o estudo do programa artiguista.

Exatamente no dia 31 de janeiro de 1813, mesmo não estando presentes todos os deputados, instalava-se a Assembleia Geral na cidade de Buenos Aires, proclamando-se soberana e sem fazer menção a Fernando VII. Esta assembleia teria um funcionamento contínuo, sendo registrada sua última sessão em janeiro de 1815. Todas as modificações políticas ocorridas no Prata que desencadeariam a radicalização das divergências entre Artigas e o Governo portenho no princípio de 1815, estiveram pautadas nesta assembleia. Ganhou destaque nas sessões da Assembleia Geral a facção política de Carlos Alvear. Este seria o primeiro eleito para presidi-la no mesmo dia da sua instalação.

---

<sup>23</sup> Eram estes, Dr. Bruno Francisco de Rivarola e o Capitão Felipe Santiago Cardozo.

<sup>24</sup> A Loja Lautaro foi uma associação maçônica fundada por Francisco de Miranda, em Cádiz, e que reuniu na América Hispânica vários patriotas que desejavam romper com o regime de dominação dos Bourbon. Entre as suas aspirações existia a ideia de elaboração de um programa político unitário que integrasse as ideias do liberalismo.

A Assembleia exigia seu reconhecimento por todos os pueblos<sup>25</sup> e exércitos que faziam parte do antigo Vice-Reinado, mas Artigas solicitou que fosse suspenso o reconhecimento e o juramento à Assembleia até que a proposta dos orientais, descritas nas instruções dadas a Thomás Garcia de Zúñiga<sup>26</sup>, fossem apreciadas (ABADIE, 1974). Artigas informou também à Assembleia que havia convidado a todos os pueblos da Banda Oriental para se reunirem em assembleia por meio de seus deputados em abril de 1813, para que deliberassem como seria o procedimento dos orientais frente às exigências da Assembleia de Buenos Aires.

### 1.5 O desabrochar do programa artiguista

O Congresso dos orientais, conhecido como a Assembleia das *Tres Cruces*, deu-se em Montevideu em duas sessões, a 5 e a 20 de abril de 1813. Para a primeira sessão se preparou um discurso que foi redigido no dia anterior, a *Oración inaugural del Congreso de Abril desarrollada por “el ciudadano José Artigas”*, a primeira ilustração do conceito artiguista de soberania dos povos e que serviria de base para as Instruções aos deputados que mencionamos anteriormente. A pauta da soberania popular é gerida por Artigas para os orientais quando afirma que sua “autoridade emana de vosotros y ella cesa por vuestra presencia soberana”<sup>27</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 40). Artigas faz questão de reconhecer a soberania do povo oriental ao entender que sua autoridade declina ante um órgão representativo (ABADIE, 1974).

Outra ênfase que observamos nesta exposição de Artigas é a da importância de uma Constituição para garantir o direito dos povos, quando diz ser “muy veleidosa la probidade de los hombres, sólo el freno de la constitución puede afirmala”<sup>28</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 42). Artigas entende a organização do sistema por meio de confederação como o princípio da unidade nacional rio-platense que, segundo Reyes Abadie (1974), seria possível tendo a

---

<sup>25</sup> Para este trabalho, empregaremos o termo em seu sentido abstrato, sendo “pueblo” ou “pueblos” entendidos como sujeito(s) da representação e da soberania, pois estes vocábulos possuíam diferentes significados na época em questão. Explica Chiaramonte (2017) que “pueblo”, traduzido literalmente para o português como “povo”, poderia estar ligado a sinonímia cabal de cidade, o núcleo inicial da formação dos novos Estados Platinos, ou se referir ao povo soberano no sentido da doutrina moderna da soberania popular. Já o seu uso no plural, “pueblos”, referia-se, em termos políticos próprios do antigo regime espanhol, às cidades onde se supõe tenha sido revertida a soberania antes atribuída ao monarca.

<sup>26</sup> Resumidamente, o texto solicitava a retirada a Buenos Aires de Sarratea e de Francisco Javier de Viana, coronel de artilharia e chefe do estado maior, juntamente com outras autoridades ligadas aos portenhos. Declarava, também, que as forças orientais ficariam sob as ordens imediatas de Artigas e que este assumiria o comando do regimento de Blandengues Orientais. Concluía afirmando que a soberania particular dos pueblos seria declarada e ostentada como o único objetivo da revolução.

<sup>27</sup> Minha autoridade emana de vocês e ela cessa com a presença soberana de vocês (tradução nossa).

<sup>28</sup> A probidade dos homens é muito instável, somente o freio da constituição pode afirmá-la (tradução nossa).

Constituição como freio à improbidade, caracterizada pelo atendimento das necessidades de grupos restritos, como os dos comerciantes, estancieiros e financistas de Buenos Aires, os quais eram a influência maior dentro da construção política dos programas imaginados pelos portenhos desde o início da revolução em 1810 (BARRÁN e NAHUM, 2010).

A questão da soberania dos povos, portanto, demandaria o pacto entre as províncias para a organização do Estado platino que adviria com a independência, agindo, tal como explicou Washington Abadie (1974), “como garantía preconstitucional e inmediata, que articulando la confederación interprovincial rioplatense, armonizara la soberanía particular de sus pueblos com la unidad global de las partes en lo todo nacional”<sup>29</sup> (p. 110).

Era, então, o famoso pacto federal proposto pelo artiguismo e que entrou para a História como sendo o grande opositor do centralismo político de Buenos Aires. Deve-se considerar que nem em tudo o pacto federal de Artigas se afastava do sistema central bonaerense pleiteava, pois os princípios republicanos que Artigas deixaria esmiuçado melhor nas Instruções aos deputados orientais, concordavam em alguns pontos com o Plano de Operações da Junta de Maio. Porém, os integrantes do Governo portenho viam na independência uma oportunidade de assegurar sua hegemonia na região, o que seria possível mediante a manutenção do controle das províncias que compunham o antigo Vice-Reinado por meio de sua cidade-porto, postulando “el establecimiento de un furte estado centralizado, con amplios poderes políticos y económicos, que inpusiera un orden y un régimen político favorables a sus intereses subordinando los intereses propios de las provincias”<sup>30</sup> (BARRÁN e NAHUM, 2010, p. 33).

O que pretendia Artigas era a “integración de la soberania provincial por la aquiescencia unánime de las diversas voluntades particulares de cada uno de los pueblos reunidos em el Congreso de Abril”<sup>31</sup> (ABADIE, 1974, p. 111). A soberania provincial que queriam os artiguistas, era o caminho oposto ao que a administração portenha direcionava sua política, na qual a autonomia provincial não era cogitada. Como bem descreveram Barrán e Nahum (2010), para o governo de Buenos Aires

---

<sup>29</sup> Como garantia pré-constitucional e imediata, que ao articular a confederação interprovincial da região do Rio da Prata, harmonizaria a soberania particular de seus povos com a unidade global dos partidos em todo o território nacional (tradução nossa).

<sup>30</sup> O estabelecimento de um Estado forte centralizado, com amplos poderes políticos e econômicos, que introduzisse uma ordem e um regime político favoráveis aos seus interesses, subordinando os interesses próprios das províncias (tradução nossa).

<sup>31</sup> Integração da soberania provincial pela aquiescência unânime das diversas vontades particulares de cada um dos *pueblos* reunidos no Congresso de Abril (tradução nossa).

Cada provincia pasaría a ser una repartición administrativa del país, con gobernantes nombrados por el gobierno central, donde se cumplirían las funciones de la administración nacional, en un plano de neta jerarquización, con vistas a la obtención de estabilidad política, de ordenamento económico<sup>32</sup> (p. 33).

O modelo político que sobreviveu em Buenos Aires mesmo após as sucessivas trocas de governo, assemelhava-se ao regime colonial de monopólio, e nada tinha de nacional, a não ser o discurso oficial. Suas bases não se vinculavam a interesses nacionais, pois a classe dominante portenha devia sua existência ao comércio internacional, subsidiado pela Inglaterra, principalmente (BARRÁN e NAHUM, 2010).

Com este contexto, o artiguismo surgia no período como uma opção radical à ordem estabelecida. Ordem que era contestada pelo Chefe Oriental ao manifestar sua opinião quanto ao reconhecimento da Assembleia Geral. Depois de protestar quanto a tirania de Sarratea com a Banda Oriental durante o ano de 1812, assim falou Artigas na sessão do dia 5 de abril de 1813 em montevidéu:

El tenor de mis contestaciones es el siguiente: Ciudadanos: los pueblos deben ser libres. Esse carácter debe ser su único objeto, y formar el motivo de su celo. Por desgracia, va a contar tres años nuestra revolución, y aún falta una salvaguardia general al derecho popular. Estamos aún bajo la fe de los hombres y no aparecen las seguridades del contrato<sup>33</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 42).

As ressalvas de Artigas com o procedimento do Governo Portenho que se dava por intermédio de Sarratea, legitimavam sua ideia de contrato: nada mais, nada menos que um acordo para que a autonomia das províncias orientais estivesse guarnecida até a elaboração de uma Constituição. Os orientais listaram oito condições para o reconhecimento da Assembleia Geral, estas formadas por ajustes e acréscimos às pretensões expressadas na missão de Garcia Zúñiga de que já tratamos (ABADIE, 1974). As exigências dos orientais foram encaminhadas no dia 7 de abril a Buenos Aires, tendo Artigas e as forças orientais jurado a Assembleia no dia seguinte.

A Banda Oriental organizou a eleição dos deputados para representá-la em Buenos Aires, para os quais Artigas organizou 20 instruções para serem apresentadas. As famosas

---

<sup>32</sup> Cada província se tornaria uma divisão administrativa do país, com governantes nomeados pelo governo central, onde as funções de administração nacional seriam desempenhadas, em um plano de hierarquia clara, com vistas à obtenção da estabilidade política e da ordem econômica (tradução nossa).

<sup>33</sup> O teor das minhas respostas é o seguinte: Cidadãos: os povos devem ser livres. Esse personagem deve ser seu único objetivo e formar o motivo de seu zelo. Infelizmente, nossa revolução vem a completar três anos e ainda falta uma salvaguarda geral do direito popular. Ainda estamos sob a fé dos homens e as garantias do contrato não aparecem (tradução nossa).

Instruções do Ano XIII, davam forma à confederação que o artiguismo pretendia para a região do Rio da Prata. O conteúdo delas ratifica que o Estado artiguista caminhará no sentido contrário ao caminho percorrido até ali por Buenos Aires.

O caráter centralizador do governo portenho se mostrava pela política que desenvolvia. Exemplo do que escrevemos é a sanção do Estatuto Provisório do Governo Superior das Províncias Unidas do Rio da Prata, de novembro de 1811. Este ato, colocava todo o poder nas mãos do Executivo do Governo de Buenos Aires, algo que seria mantido após a conspiração da Logia Lautaro e o advento do Segundo Triunvirato (ABADIE, 1974).

O comportamento da administração bonaerense requeria uma posição forte de Artigas para concretização da autonomia da Banda Oriental. Esta posição é encontrada no Artigo 2º das Instruções, no qual consta que a recém oficializada Província Oriental “No admitirá outro sistema que el de confederación para el pacto recíproco con las provincias que formen nuestro estado”<sup>34</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 44), e que seu organismo político seria composto por três poderes, “legislativo, ejecutivo e judicial”<sup>35</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 45), podendo jamais estes estarem unidos entre si (Art. 6º). Com isso, Artigas buscava estancar a ameaça à autonomia provincial que representava o Governo das Províncias Unidas, vetando, para tanto, a existência de um Executivo forte.

Para Artigas, um governo deveria atender as necessidades de todos, sem privilégios, sendo o objetivo do governo preservar a igualdade, liberdade e a segurança dos cidadãos e dos pueblos, formando cada província seu governo sob estas bases, além do governo supremo da nação (ARTIGAS, 2010).

Com o Estado possuindo estas metas, a soberania provincial seria garantida por meio de uma confederação, em que também estaria incluída Buenos Aires, porém com o poder de seu governo limitado. O Artigo 7º reforçava esta condição ao definir que “El Gobierno supremo entenderá solamente em los negocios generales del estado [...] El resto es peculiar al Gobierno de cada provincia”<sup>36</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 45).

Artigas lançava, decididamente, a autonomia política como causa primeira a ser defendida pelos pueblos que comporiam as Províncias Unidas. As Instruções de Artigas tentavam definir um programa viável que impusesse travas constitucionais à opressão militar (Art. 18º) que havia exercido a Espanha contra as províncias da região e que era assumida

---

<sup>34</sup> Não admitirá outro sistema que não o da confederação pelo pacto recíproco com as províncias que compõem nosso estado (tradução nossa).

<sup>35</sup> Legislativo, executivo e judicial (tradução nossa).

<sup>36</sup> O Governo supremo só entenderá os negócios gerais do estado [...] O resto é próprio do governo de cada província (tradução nossa).

naquele momento por Buenos Aires. Concluindo suas Instruções, Artigas assim preconizou no vigésimo Artigo:

La constitución garantizará a las Provincias Unidas una forma de gobierno republicana, y que asegure a cada una de ellas de las violencias domésticas, usurpaciones de sus derechos, libertad y seguridad de su soberanía, que com la furza armada intente alguna de ellas sofocar los principios proclamados. Y asimismo prestará toda su atención, honor, fidelidad y religiosidad, a todo cuanto crea, o juzgue necesario, para preservar a esta provincia las ventajas de la libertad, y mantener um gobierno libre, de piedad, justicia, moderación e industria<sup>37</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 47).

As instruções de Artigas eram por demais radicais para a pretensão de centralização bonaerense. Uma delas era particularmente inaceitável para Buenos Aires. Previa Artigas

la declaración de la independencia absoluta de estas colônias [orientais], que ellas están absueltas de toda obligación de fidelidade a la corona de España, y familia de los Borbones, y que toda conexión política entre ellas y el estado de España, es, y debe ser totalmente disuelta<sup>38</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 44).

Esta exigência de Artigas era demais. A facção que controlava a Assembleia do Ano XIII tinha seus interesses ligados aos da Inglaterra, a qual era aliada de Espanha e tutora dos hispano-americanos, portanto a independência poderia atrapalhar os negócios da cidade-porto.

Ocorreu que a facção alvearista, temendo uma aproximação entre Artigas e San Martín<sup>39</sup>, o que poderia apurar a declaração de independência, rechaçou os diplomas dos deputados orientais alegando que estes não teriam sido eleitos de forma legal (PIGNA, 2010). Ao assim proceder, Alvear e seus signatários demonstravam que a assembleia seguiria o curso da orientação de Lord Strangford e atenderia os interesses ingleses, ou seja, em seu discurso oficial se anunciava soberana, todavia seu tom cauteloso visava às reformas internas para satisfazer os *slogans* liberais perante a opinião pública, retardando a declaração de Independência e a elaboração de uma Constituição (ABADIE, 1974).

---

<sup>37</sup> A constituição garantirá às Províncias Unidas uma forma republicana de governo, e que assegure a cada uma delas da violência doméstica, usurpações de seus direitos, liberdade e segurança de sua soberania, que com a força armada qualquer uma delas tente sufocar os princípios proclamados. E da mesma forma, prestará toda a sua atenção, honra, fidelidade e religiosidade, a tudo o que acreditar, ou julgar necessário, para preservar as vantagens da liberdade para esta província, e para manter um governo livre, de piedade, justiça, moderação e indústria (tradução nossa).

<sup>38</sup> A declaração da independência absoluta dessas colônias, de que estão isentas de qualquer obrigação de fidelidade à coroa da Espanha, e à família dos Bourbon, e que qualquer vínculo político entre eles e o estado da Espanha, é, e deve ser totalmente dissolvido (tradução nossa).

<sup>39</sup> San Martín era um dos principais integrantes de um seguimento da Logia Lautaro adepto da imediata declaração de independência. Este personagem ganharia destaque político e militar no Governo de Buenos a partir da formação do Segundo Triunvirato.

### 1.6 A crise entre Artigas e Buenos Aires

O não reconhecimento do governo de Artigas e do Congresso das *Tres Cruces* pela Assembleia Geral, inaugurou um período de grande tensão entre os artiguistas e Buenos Aires. Nesta cidade, após San Martín se retirar tentando reorganizar as forças militares portenhas no Alto Peru, Alvear angariou a maioria dos componentes da Logia para apoiá-lo na concretização de seu projeto de poder, posto em prática com a criação de um Diretório unipessoal. A ideia de centralização tinha em San Martín seu principal adversário dentro do Governo, pela influência que este exercia sobre grande parte dos componentes da Logia. Ausente San Martín, restava a Alvear conseguir um nome que pudesse desempenhar a posição de Diretor Supremo.

Com a rejeição de possíveis candidatos devido a suas ocupações<sup>40</sup>, Alvear impôs a candidatura de seu tio, Gervasio Antonio de Posadas, um representante da corrente portenha mais decididamente anti-artiguista e sobre quem Alvear tinha grande influência (PIMENTA, 2011). Uma das missões de Posadas era a de dar satisfação ao crescente sentimento de autonomia dos pueblos, que se disseminava junto com a popularidade de Artigas pelas províncias. Então, a 11 de fevereiro de 1814, Posadas baixava um decreto declarando Artigas “traidor da Pátria”, e outro, do dia 7 de março, transformava a Província Oriental em intendência subordinada ao Diretório (PIMENTA, 2011).

O ano de 1814 também traria um problema de ordem internacional para a concretização dos governos da América Hispânica. A queda de Napoleão investia Fernando VII de volta ao trono espanhol, e o apaziguamento da América como garantia da manutenção de seus domínios entrou nas prioridades deste monarca. Para cumprir suas metas, Fernando decretaria em Cádiz a organização de uma expedição militar para a reincorporação das províncias do Prata à Monarquia espanhola.

As negociações entre o Diretório de Posadas com Fernando visando à reintegração do antigo Vice-reinado aos domínios espanhóis ou não, deveriam ser pautadas pela cautela, como aconselhara o diplomata britânico Lord Strangford ao Supremo Diretor. Todavia, antes mesmo destas negociações ocorrerem, o último foco de resistência leal ao regime monárquico no Prata, o de Montevideú, caía em mãos do exército portenho em junho de 1814, criando mais um entrave para o êxito na reconciliação com Fernando, frustrando o desejo inglês.

A situação de Posadas não era confortável. Após ter enviado dois deputados para felicitar Fernando junto às Cortes de Cádiz, o Diretor passaria a ser visto com maus olhos

---

<sup>40</sup> Juan Larrea era espanhol e o Doutor Valentín Gómez possuía investiduras eclesiásticas.

pelos partidários de Alvear que o circundavam, e a opinião pública caía em cima de sua pessoa por considerá-lo um traidor da causa independentista. Ademais, os sucessos militares de Artigas na região das Missões, Corrientes, Entre Ríos e Banda Oriental tornavam a ameaça de “anarquia” dos federalistas real. A sublevação do exército em *Jujuy* por consequência do hasteamento de bandeiras espanholas no quartel e a incorporação de militares espanhóis provindos de Montevideu após a queda da cidade (ABADIE, 1974), tornaram a permanência de Posadas insustentável, tendo este apresentado sua renúncia à Comissão Permanente da Assembleia Geral em janeiro de 1815.

### 1.6.1 A Liga Federal e a guerra contra o Diretório

O ano de 1815 representou o momento de maior ascensão do artiguismo no Prata. Decididamente oposto a Buenos Aires, a autonomia provincial que queria o artiguismo era a exigência mais antagônica ao objetivo centralizador portenho. A região do Prata teria de decidir o caminho a tomar para a concretização da independência. A velha ordem, representada pela Restauração de Fernando, ameaçava reassumir o controle das províncias. Os hispano-americanos do Rio da Prata tinham de escolher o artiguismo ou a centralização monárquica de Buenos Aires para não ficarem sob domínio espanhol novamente. Com este impasse se inaugura o momento mais radical da guerra civil na região.

Santa Fe, Entre Ríos, Corrientes, Missões e Córdoba aderiram ao artiguismo por não serem favorecidos pela política de livre comércio e porto único de Buenos Aires, formando, então, a *Liga dos Pueblos Libres*. Sendo Artigas aclamado como Protetor dos Pueblos Livres, a Liga formava, segundo Pigna (2010),

una especie de mercado común regional en el que se protegía a los productores nacionales y se fomentaba la agricultura a través del reparto de tierras, animales y semillas [...] No pagaban impuestos las máquinas, los libros y las medicinas y derivaba el comercio del Litoral al Puerto de Montevideo<sup>41</sup> (p. 13).

Para as províncias que compuseram a Liga, a adesão ao artiguismo era uma questão de sobrevivência econômica. A obstinação de Buenos Aires pelo livre comércio impedia a elaboração de medidas protecionistas, contrárias aos interesses ingleses, deixando a indústria local vulnerável à entrada dos produtos vindos da Europa (BARRÁN e NAHUM, 2010). No caso das províncias do *litoral*, especificamente, o maior problema era a política de porto único

<sup>41</sup> Uma espécie de mercado comum regional em que se protegia os produtores nacionais e se fomentava a agricultura mediante a distribuição de terras, animais e sementes [...]. Máquinas, livros e remédios não eram tributados e o comércio vinha do Litoral ao Porto de Montevideu (tradução nossa).

de Buenos Aires, a qual obliterava seu comércio na região por terem suas mercadorias de passarem, necessariamente, pelo porto da Capital, mediante taxaço exorbitante (BARRÁN e NAHUM, 2010).

Também existia a importante questão política que colaborava com o rechaço ao centralismo portenho que era a já mencionada atitude do Diretor Posadas de enviar deputados à Europa para um arranjo com Fernando. O descontentamento popular com esta atitude do Diretório recairia sobre Alvear, que assumiu o lugar de Posadas como Diretor Supremo em janeiro de 1815.

Ainda em janeiro do mesmo ano aconteceria o primeiro conflito das tropas de Buenos Aires contra os artiguistas, terminando com a vitória dos orientais em *Guayabos* no dia 10. Com as forças portenhas cercadas em Montevideu pelas forças de Fernando Otorgués, aliado de Artigas, Alvear decidiu abrir negociações de paz com o caudilho enviando comissionados a Montevideu. O Chefe oriental exigiu a imediata retirada das tropas portenhas da cidade, bem como as mantidas em Entre Ríos pelos de Buenos Aires. Sem esperança de dissuadir Artigas nas negociações, foi ordenada a retirada das tropas portenhas de Montevideu em 15 de fevereiro, ao que a cidade seria ocupada pela vanguarda artiguista no dia seguinte.

Em abril se dariam novos enfrentamentos do exército oriental contra as forças diretoriais sob comando de Alvear, culminando no afastamento deste. Alvear, na verdade, serviu como “bode expiatório” para salvar o regime e fingir uma aproximação aos artiguistas (ABADIE, 1974). Surtiu efeito a manobra portenha. Com Alvear deposto, Artigas ordenou às tropas federais que marchavam sobre Buenos Aires que retrocedessem até Santa Fe.

O Diretor interino, Alvarez Thomas, decidiu negociar a paz com Artigas. Entre outras exigências, o Protetor dos Pueblos demandou, basicamente, o reconhecimento dos artigos que compunham as Instruções do Ano XIII, desconsiderada pela Assembleia Geral no mesmo ano. Depois de idas e vindas de emissários de ambos os lados, nenhum entendimento foi possível. Procedeu Artigas em pôr em atuação o congresso planejado desde março, realizando-se este em 29 de junho de 1815. A reunião que ao que tudo indica visava deliberar a posição da Liga Federal frente ao Congresso Geral marcado para se reunir em Tucumán no ano seguinte, teve de se deter somente sobre o problema da má relação com Buenos Aires.

O Congresso do Oriente, como ficou conhecida esta reunião de consolidação da Liga Federal, enviou quatro deputados para apresentar suas deliberações ao Governo de Buenos Aires. As negociações com os deputados artiguistas não surtiram efeito, tendo estes aguardado uma resposta do Diretor Alvarez Thomas alojados a bordo de um navio de guerra, onde permaneceram sem obter uma resposta. As negociações foram apenas uma forma do

Diretório ganhar tempo frente ao avanço das forças orientais, para organizar novos ataques às tropas federais estacionadas em Santa Fe, que ocorreriam no mês de agosto (ABADIE, 1974).

Instalado na cidade de Purificación, Artigas organizava o governo da *Liga dos Pueblos Libres*. Por meio do Regulamento Provisório de 1815, promulgado em 10 de setembro, propunha a organização administrativa e judicial do futuro Estado, em que se contemplaria um plano de distribuição de terras e fomento da produção, além de medidas para criação da polícia de campanha. Cabe destacar deste documento, o teor radical da reforma agrária, que orientava aos prefeitos de província (Art. 6º) a inclusão das camadas subalternas na distribuição de terras:

Por ahora el señor alcalde provincial y demais subalternos se dedicarán a fomentar com brazos útiles la población de la campaña. Para ello revisará cada uno, en sus respectivas jurisdicciones, los terrenos disponibles; y los sujetos dignos de esta gracia com prevención que los más infelices serán los más privilegiados. En consecuencia, los negros libres, los zambos de esta clase, los indios y los criollos pobres, todos podrán ser agraciados com suerte de estancia<sup>42</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 78).

Este benefício se estendia, igualmente, às viúvas pobres que possuíssem filhos (Art. 7º). Artigas confirma o caráter popular de seu governo com tal medida e, ademais, inclui um critério político para a seleção das terras a serem partilhadas, que encontramos no Artigo 12º, orientando que “Los terrenos repartibles son todos aquellos de emigrados, malos europeos y peores americanos que hasta la fecha no se hallan indultados por el jefe de la provincia para poseer sus antiguas propiedades”<sup>43</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 79). Artigas demonstra quem são os inimigos; os maus europeus são os espanhóis que não aderiram a revolução, e os piores americanos, os crioulos adversários da causa federal.

As vitórias do artiguismo representavam o avanço de um sistema que se queria moderno quando comparado ao Estado que se legitimava pela herança sanguínea, característica do absolutismo. Ao lado de Artigas caminhavam não apenas as camadas desdenhadas durante séculos na América colonial, mas também uma ideia que via no protagonismo popular a maior legitimação para um governo. A existência de um Estado com

---

<sup>42</sup> Por enquanto, o prefeito de província e outros subordinados vão se dedicar a promover a população da campanha com braços úteis. Para isso, cada um, em suas respectivas jurisdições, fará a revisão das terras disponíveis; e os sujeitos dignos desta graça com prevenção de que os mais infelizes serão os mais privilegiados. Consequentemente, negros livres, zambos desta classe, índios pobres e crioulos, todos podem ser agraciados como uma espécie de moradia (tradução nossa).

<sup>43</sup> As terras distribuíveis são todas aquelas de emigrantes, maus europeus e piores americanos que até agora não foram perdoados pelo chefe da província para possuir suas antigas propriedades (tradução nossa).

a organização que possuía a Liga federal já não incomodava somente Buenos Aires, e o ano de 1816 abriria uma nova frente de batalha para os federalistas do Prata.

### *1.7 A segunda campanha portuguesa no Prata e a derrota militar do artiguismo*

Em março de 1816, realizou-se o Congresso de Tucumán. Depois de serem contidas pelo congresso as inclinações federalistas de alguns setores bonaerenses, ascendeu à posição de Diretor Supremo Juan Martín de Pueyrredón, para ter a sua disposição um Governo sem oposição. Dois meses após a posse do novo Diretor, era declarada em 9 de julho a independência das Províncias Unidas, pela primeira vez de forma oficial. Consumido este ato, restava a decisão de qual forma de governo deveria ser implementada.

Neste jogo de possibilidades, o estabelecimento da Liga artiguista confrontava os planos da Corte bragantina instalada no Rio de Janeiro. Desde o ano anterior, a política externa do proclamado Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, D. João VI, mirava os avanços do republicanismo federalista na Banda Oriental. Além dos saques que as *montoneras* artiguistas promoviam nas estâncias da região de fronteira com a Capitania de Rio Grande, o sucesso do artiguismo era um risco real das ideias revolucionárias persuadirem as populações do território do Brasil.

O Reino português, mesmo com toda a crise que também o afetou quando da invasão francesa, conseguiu manter sua unidade territorial intacta, e uma possível adesão ao federalismo pelos súditos riograndenses, os mais próximos dos eventos, comprometeria a ordem estabelecida. Ademais, a criação de um estado oriental organizado politicamente era um obstáculo a mais para a pretensão expansionista de D. João.

Ciente que o artiguismo também traria consequências indesejadas para o Brasil, Pueyrredón invitava a utilização da força militar luso-brasileira para conter os progressos de Artigas. Este pensamento do líder portenho não era surpreendente. Em um passado não muito distante chegou ao ponto de manifestar o desejo de pôr as Províncias Unidas sob a tutela estrangeira. Primeiramente desejava coroar um príncipe francês e deixar o artiguismo por conta dos portugueses (ABADIE, 1974). Fracassado este intuito, propôs a coroação de um Infante do Brasil no Rio da Prata para acalmar as relações com a Espanha, que supostamente organizava uma expedição militar de reconquista a partir de Salta (PIGNA, 2010).

O clima na vizinhança era propício para a execução dos planos portugueses. Com o pretexto de conter o avanço da “anarquia” sobre seu território, penetrou na Banda Oriental em meados do mês de agosto de 1816 um poderoso exército português equipado com os melhores

armamentos da época (PIGNA, 2010), comandado por Carlos Frederico Lecor. A Divisão de Voluntários Reais avançou de forma devastadora o território oriental, ocupando a fortaleza de Santa Tereza no dia 29 do mesmo mês, e obtendo vitórias sobre as divisões artiguistas nas proximidades do Ibicuy, em 17 de outubro; nas cercanias das colinas de Corumbé sobre as divisões comandadas pelo próprio Artigas no dia 27 do mesmo mês, e no leste, em India Murta, no dia 19 de novembro (ABADIE, 1974).

Logo da invasão portuguesa na Banda Oriental, Pueyrredón, demagogicamente, anunciou o envio de um empréstimo em dinheiro aos orientais e alguns poucos recursos militares, como pólvora e montarias em auxílio de Artigas. Quando o avanço das tropas de Lecor se aproximava de Montevideú, Pueyrredón recebeu dois comissionados, os vereadores Juan José Durán e Juan Francisco Giró, enviados pelo Delegado Miguel Barreiro em concordância com o Cabildo daquela cidade, ainda controlada pelos artiguistas. Estes buscavam uma aliança defensiva contra Portugal.

Aproveitando-se da fragilidade oriental após as sucessivas derrotas, firmou um compromisso com os comissionados no dia 8 de dezembro, no qual se comprometia a enviar um auxílio de tropas portenhas à Banda Oriental se Artigas abdicasse do controle sobre a Liga e jurasse obediência ao Congresso de Tucumán e ao Supremo Diretor<sup>44</sup>. A proposta do Diretor foi rechaçada pelo Cabildo de Montevideú, que comissionou a Garcia de Zuñiga para expor as intenções orientais a Pueyrredón de forma clara. Todavia, o Diretor manteve sua proposição firmada no dia 8 de dezembro inalterada (ABADIE, 1974).

Os artiguistas ocupavam Montevideú desde fevereiro de 1815, porém sem jamais ter Artigas sido reconhecido de maneira unânime pelos integrantes do Cabildo. Havia ressalvas quanto ao teor revolucionário de seu programa de governo. O Regulamento Provisório mexia em privilégios do patriciado da cidade, notadamente a política de distribuição de terras.

A facção conservadora do Cabildo intentaria em setembro de 1816, por meio de um motim, assumir o controle político da praça, a chamada “Rebelión de los Cívicos”. Os patrícios de Montevideú, não mais tinham esperança de que o governo artiguista pudesse atender seus interesses econômicos, resolvendo os problemas da região. A iminência da chegada de uma potência invasora era uma ótima possibilidade para o restabelecimento da ordem, pelo menos para estes setores (PIMENTA, 2007a). O motim seria controlado no dia seguinte por Miguel Barreiro, mantendo o controle da cidade sob seu comando até ter de abandoná-la quando da chegada das tropas de Lecor.

---

<sup>44</sup> As províncias da Liga federal haviam se negado a comparecer ao referido congresso depois de Artigas ter ciência das negociações entre os emissários de Pueyrredón e a Corte do Brasil.

Os comandados de Lecor chegariam em 20 de janeiro de 1817 a Montevideu. O General recebeu as chaves da cidade do Cabildo junto com os aplausos da população. Lecor seria responsável pela manutenção do controle da região por Portugal, com uma série de medidas para o fomento da pecuária e do comércio de exportação. Promoveu a distribuição de cargos, títulos de nobreza e concedeu favores a figuras destacadas da sociedade oriental (PIMENTA, 2007a). Foi o responsável por salvaguardar os direitos das camadas que tornaram possível uma administração portuguesa.

Com as sucessivas derrotas, passaram a ocorrer dissidências entre os chefes e oficiais artiguistas, o que dificultou o reagrupamento de forças para a continuação da guerra. Ademais, Pueyrredón por comunicações aconselhava esses chefes e oficiais a solicitarem a Lecor passe-livre a Buenos Aires, o que foi concedido pelo Cabildo de Montevideu a pedido do General português, sendo destinado para os chefes e oficiais, bem como aos indivíduos que depusessem as armas (ABADIE, 1974).

Sabendo dos problemas entre seus chefes e das diligências que estes mantiveram com Pueyrredón, Artigas se dirigiu a todos os pueblos e vilas da Banda Oriental solicitando um pronunciamento sobre a manutenção de seu comando na continuação da guerra. Obtendo a ratificação popular, Artigas dirigiu um ofício a Pueyrredón em que lhe declarava a guerra, protestando a neutralidade mantida pelo portenho perante os conflitos contra os portugueses e desdém que nutriu pelos esforços empreendidos por seus conterrâneos em batalha. Conclui Artigas dizendo que suas palavras

tienen el sello de la sinceridad y la justicia y si vuestra excelencia ha apurado mi moderación, mi honor reclama cuando menos, mi vindicación. Hablaré por estavez, y hablaré para siempre. Vuestra excelencia es responsable ante la patria de su inacción y perfidia contra los intereses generales. Algún día se levantará ese tribunal severo de la nación, y administrará justicia equitativa e recta para todos<sup>45</sup> (ARTIGAS, 2010, P. 94).

As forças artiguistas obtiveram alguns êxitos durante as campanhas de 1818 contra os luso-brasileiros, com avanços até Yaguarón e Pelotas, além de retomar Cerro Largo e Santa Teresa. Mas o contra-ataque implacável de Portugal faria os orientais bater em retirada até Purificación, de onde as forças sob comando de Artigas seriam perseguidas durante a evacuação e derrotadas às margens do Queguay Chico em julho.

---

<sup>45</sup> Têm a marca da sinceridade e da justiça e se sua excelência apressou minha moderação, minha honra exige pelo menos minha vingança. Eu falarei por este tempo, e falarei para sempre. Vossa Excelência é responsável perante o país pela sua inércia e perfídia contra os interesses gerais. Algum dia aquele tribunal severo da nação se levantará e administrará justiça justa e correta a todos (tradução nossa).

Durantes este ano, muitos chefes de Artigas cairiam prisioneiros dos portugueses, como foram os casos de Lavallega em Hervidero e Miguel Barreiro na mencionada batalha de Queguay. A consolidação do domínio de Lecor ao sul do rio Negro fez prisioneiros durante as campanhas a Manuel Francisco Artigas, Joaquim Suaérez e Tomás Garcia Zuñiga.

Quase sem lideranças em seu exército, Artigas tentou reiniciar sua campanha em 1819 com a coluna de André Artigas que ocupava San Nicolás. Porém a saga de derrotas continuou. André caiu prisioneiro em Itacurubí, e Rivera sucumbiu nas proximidades de Arroyo Grande (ABADIE, 1974).

Artigas obteria uma vitória sobre os portugueses em Santa Maria, em dezembro, onde instalaria seu quartel general e emitiria um despacho a San Martín, novo Diretor, lamentando a atuação mancomunada do Diretório com os portugueses e afirmando a sua continuidade na defesa da Banda Oriental. Informava que estava “dispuesto a defenderlos mientras no desaparezca esa pérfida coalición con la corte del Brasil”<sup>46</sup> (ARTIGAS, 2010, p. 101). Referia-se Artigas aos ataques promovidos à Liga Federal pelo Diretório durante os anos de 1818-19, justamente quando a invasão portuguesa devastava a Banda Oriental, deixando o Protetor da Liga com escassez de forças para o combate ao inimigo.

A resistência artiguista frente Portugal terminaria com a derrota de Andrés Latorre em Tacuarembó para o Conde de Figueiras, então Capitão Geral de Rio Grande, no dia 22 de janeiro de 1820, selando o domínio português sobre a região da Banda Oriental. Artigas ficaria inteirado desta batalha catastrófica para os exércitos orientais poucos dias depois, ao que dispensaria sua tropa de aproximadamente 400 homens e se trasladaria para Corrientes no dia 14 de fevereiro, para não mais retornar à Banda Oriental.

Os combates entre o Diretório e as províncias de Santa Fe e Entre Ríos que se estenderam por quase três anos, evidenciou na liderança da Liga do Pueblos Livres o nome de Francisco Ramírez, Governador de Entre Ríos, que passou a responder por Artigas enquanto este lutava na Banda Oriental contra os portugueses. No início do ano de 1820, as sucessivas derrotas que Ramírez impôs ao Diretório o levaram às portas de Buenos Aires. A iminência da conquista, forçou o Governo da cidade a firmar um acordo.

O Tratado de Pilar foi celebrado a 23 de fevereiro de 1820. Nele, surpreendentemente, não se mencionou Artigas nem a *Liga dos Pueblos Livres*. Tratava-se de um tratado entre Buenos Aires, Santa Fe e Entre Ríos. Tampouco se organizou uma campanha contra os

---

<sup>46</sup> Disposto a defendê-los, desde que aquela pérfida coalizão com a corte do Brasil não desapareça (tradução nossa).

portugueses na Banda Oriental. Artigas sabendo do conteúdo deste tratado, escreveu a Ramírez expressando duramente seu descontentamento com a omissão que o caudilho entrerriano procedeu ao representá-lo. Para Artigas, era um ato de traição por parte de Ramírez e que deveria ser respondido por meio da força, principalmente pela confiança que os pueblos depositavam em Artigas, pois não forçar um pacto com Buenos Aires contra Portugal era a maior prova de traição (ABADIE, 1974).

Em abril do mesmo ano, Artigas selava o Pacto de Avalos com delegados de Corrientes e das Missões, em que ratificava sua posição de Protetor do Pueblos Livres, a manutenção da guerra pela liberdade e independência, além de manter o ideal federal pela cláusula que dava a cada província o direito de eleger seu governador.

O caudilho também organizou a retaliação a Ramírez. Após continuarem as comunicações nada amistosas, o combate entre os antigos aliados era inevitável. Iniciou-se com o combate de Las Guachas a 13 de junho, que não teve definição. Depois Artigas teria má sorte em Sauce de Luna, Yuquerí, Mocoretá e Las Osamentas, que o forçariam a retirar-se para a região de Missões. Lá angariou o apoio da população devido ao grande prestígio que possuía na região, e obteve uma vitória em Curuzú Cuatiá, mas seria detido de forma definitiva perto de Assunção del Cambay. Exaurido pelos anos de combate, penetrou em Itapúa a 5 de setembro de 1820, onde depôs armas ao Comandante da guarda paraguaia e lá permaneceu.

O fim da *Liga dos Pueblos Livres* e a retirada do campo de batalha de seu Protetor, não extinguiu a ideia que o artiguismo defendeu. O seu conteúdo, radical para os padrões da época, sobreviveria durante a revolução que prosseguiria dentro das províncias que compunham o antigo Vice-Reinado e ameaçaria a ordem vigente, que adentrava numa fase agonizante por não mais suportar o poder que as ideias em mutação exerciam sobre os governos.

Os acontecimentos revolucionários da América Hispânica, notadamente os do Rio da Prata, preocuparam sobremaneira a administração joanina instalada no Rio de Janeiro. Não se tratavam, apenas, de uma questão expansionista as intervenções militares portuguesas no Prata, serviram também para defender uma ideia de legitimidade com bases assentadas no absolutismo. O confronto a aspiração de soberania que os povos passavam a nutrir e que o artiguismo tratava de popularizar, apresentava-se como o perigo da extinção de privilégios políticos e sociais consagrados há séculos.

A época em questão tinha o acréscimo perigoso para os governos monárquicos da fomentação da atividade da imprensa, que ganhava importância estratégica comparável à

militar. Esta foi uma preocupação constante dentro do universo português durante as revoluções hispânicas, as quais foram muito noticiadas no território do Brasil.

O artiguismo também esteve na pauta da opinião pública enquanto esteve em atuação. Nas páginas da imprensa, encontrou um novo campo de batalha em que permaneceram os espólios de como foi sua existência na região platina.

Entender o que era a imprensa da época e como se comportou nesse processo revolucionário de construção dos estados nacionais, são tópicos que nos debruçaremos a seguir.

## CAPÍTULO 2 – LINHAS TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA IMPRENSA

A imprensa que analisaremos a seguir possuía diferenciações marcantes com a moderna imprensa escrita que conhecemos. Não tinha nenhum compromisso com a imparcialidade da notícia que se oferecia aos leitores. Pelo contrário, os assuntos eram trazidos pelo viés político-partidário dos responsáveis pelas publicações. O objetivo era defender esta ou aquela posição que atendessem aos anseios do gazeteiro.

Em termos políticos, o período é de transição de ideais. As modalidades que davam sentido de pertencimento político que estavam enraizadas no imaginário coletivo das sociedades absolutistas passavam a ter a contraposição do pensamento revolucionário que germinava nas Américas do despertar dos anos oitocentistas com os processos de independência.

O presente capítulo traz uma descrição da imprensa escrita do período, desde o surgimento das publicações regulares, e o papel que estes veículos de difusão da informação cumpriram na remodelagem do pensamento político dos sujeitos ibero-americanos do despertar do século XIX. Daremos prioridade a este assunto em um primeiro momento. A seguir apresentaremos uma pequena biografia de Hipólito da Costa em que será inserido o seu periódico, o *Correio Braziliense*. Também debateremos a inclinação política do editor deste jornal e sua posição frente às revoluções da América espanhola, fechando com algumas considerações de como analisar o artiguismo tendo este jornal como fonte.

### *2.1 A imprensa no contexto ibero-americano do início do século XIX*

A possibilidade de propagação revolucionária pelas fronteiras com a América Hispânica que atormentava a administração lusitana estabelecida no Brasil no início do século XIX, aumentou em consequência de um fenômeno que cresceu simultaneamente no território das duas potências ibéricas no Novo Mundo: o das publicações impressas regulares.

O advento da imprensa periódica como organismo de promoção do debate político dentro da sociedade luso-brasileira, tornou-se possível com a chegada da Corte joanina ao Rio de Janeiro. Junto com ela, trasladou-se da Europa parte do aparato administrativo do Estado português para dar conta do seu funcionamento do outro lado do Oceano, sendo criada para este propósito em maio de 1808 a Impressão Régia, em que se imprimiam toda a legislação e papéis diplomáticos concernentes ao serviço Real (SODRÉ, 1983).

Derivada deste movimento, surgiria a primeira publicação regular impressa no Brasil em setembro de 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Era um noticioso oficialista com edições quinzenais que se atinham a dar ciência dos acontecimentos europeus e a publicação de documentos oficiais, além de dar ciência aos leitores de acontecimentos atinentes à Corte fluminense. A criação da Imprensa Real, em agosto do mesmo ano, regulamentou a entrada de periódicos de iniciativa independente, que anteriormente circulavam de maneira clandestina devido à proibição régia que impedia a entrada de jornais estrangeiros na colônia.

Com a organização deste cenário, o território colonial passaria a ter a partir de 1808 um aumento paulatino da circulação de periódicos que se debruçavam nos fatos em ocorrência na América e no mundo. Uma nova característica das publicações deste período era o debate promovido acerca dos acontecimentos políticos da época. A análise crítica começava a ultrapassar os entraves que as publicações do século anterior encontravam nos mecanismos de controle estatal, característica marcante da imprensa do Antigo Regime.

O periodismo de análise e discussão política que floresceu nas primeiras décadas do século XIX, surgiu como uma variação da abordagem que encontramos dentro das ideias da Ilustração europeia do século anterior. No caso da Península Ibérica, tais ideias eram direcionadas a mitigar a posição desvantajosa que as monarquias lusa e espanhola ocupavam no cenário europeu do século XVIII. Debatiam, principalmente, a promoção de reformas militares, econômicas e administrativas.

Dentro do ideal reformista da Ilustração, as colônias cumpriram um novo papel dentro do contexto político-econômico mundial. Eram entendidas como potencializadoras da transformação desejada, sendo necessário ao poder estatal promover o desenvolvimento e emprego de novas técnicas, bem como a racionalização dos instrumentos de dominação política, tais como a flexibilização no pacto colonial e aumento de tributos (PIMENTA, 2011).

Com estes debates que colaboravam com as ideias que poriam em prática a maneira de fomentar o desenvolvimento das sociedades de Antigo Regime, surgiam discussões que pautavam como seria possível administrar o Estado de forma mais eficiente. Pouco a pouco, passariam a fazer parte dos debates, críticas mais contundentes contra a administração dos Estados absolutistas. Segundo João Paulo Pimenta, esta cultura política que se desenhou no Antigo Regime “fue, en gran medida, la base del surgimento de otra, verdadera y

abiertamente opositora, y en la cual el periodismo desempeñó un papel primordial”<sup>47</sup> (2011, p. 76).

Inicialmente surfando na onda reformista da Ilustração, passaria o periodismo no início do século XIX a integrar ao conteúdo das discussões políticas o sal revolucionário que, diferentemente do que encontramos na imprensa do Antigo Regime, contestaria a ordem estabelecida em seus fundamentos, atuando como força motriz para a formação dos Estados nacionais do período pós-independência na América ibérica.

A América Hispânica viu o desenvolvimento desta atividade antes da portuguesa. Desde o século XVIII os hispano-americanos conheciam estes tipos de publicação. Com a eclosão dos movimentos revolucionários nas colônias espanholas, diversas gazetas apresentaram os acontecimentos aos homens e mulheres da época. A *Gazeta de Caracas* e o *El Semanario de Nueva Granada*, por exemplo, escreviam sobre as tentativas de revolução de Francisco de Miranda, no ano de 1806, e dois anos depois, a de Antonio Fernández de León, ambas na Venezuela; também informavam os leitores acerca da conspiração que depôs e prendeu o vice-rei em setembro de 1808 na Nova Espanha; traziam notícias da insurreição de Rodriguez Quiroga, em Quito, no mesmo ano; da conspiração de Antonio Maria Paulo e dos irmãos Silva, em 1809 no Peru; e as rebeliões de Chuquiasca e La Paz que depuseram autoridades imperiais no Alto Peru (PIMENTA, 2011).

Se a circulação de notícias da revolução já representava um problema na América para as monarquias ibéricas, ainda existiam as publicações organizadas pelos próprios movimentos revolucionários. No Rio da Prata, nossa área de interesse, o Plano de Operações da Junta de Maio dedicava um tópico especialmente para instruir o uso da imprensa na revolução. Cumprindo este objetivo foi criada pelo redator do Plano, Mariano Moreno, a *Gazeta de Buenos Aires*, para servir de instrumento oficial de propaganda, informação e divulgação do movimento que reivindicava a autonomia política na região (PIMENTA, 2011). Estas publicações oriundas da América Hispânica, penetravam clandestinamente pela fronteira até o território colonial português, e o afrouxamento da fiscalização com a abertura portuária do Brasil, aumentou consideravelmente sua circulação.

O crescimento da atividade periodista demandava uma ação da corte portuguesa. O teor revolucionário estava impregnado nestas publicações. Foi na tentativa de oferecer oposição a referida *Gazeta de Buenos Aires*, que o à época Príncipe Regente de Portugal, Don João, enviou a Montevideú uma impressora tipográfica, que chegou a 24 de setembro de 1810

---

<sup>47</sup> Foi, em grande medida, a base do surgimento de outra, verdadeira e abertamente oposta, e na qual o periodismo desempenhou um papel primordial (tradução nossa).

àquela cidade, dando origem a *Gazeta de Montevideu*, tornando-se a principal arma dos contrarrevolucionários contra os escritos portenhos (PIMENTA, 2011).

Encontramos neste fato a tentativa de criar uma contrapropaganda à Junta Revolucionária de Buenos Aires. Mesmo que esta não tivesse ainda a ideia de emancipação de Espanha definida à época, pleiteava a criação de um modelo de governo diferente do que era encontrado nas monarquias que ocupavam o poder, opondo-se, portanto, à ordem estabelecida.

Ao auxiliar na defesa da causa monarquista de Montevideu por meio da propaganda periodista, a Corte portuguesa estava lidando para preservar princípios definidores de legitimidade e legalidade política, ou seja, evidenciando uma afinidade ideológica que deveria ser garantida pela criação de significados alcançáveis às mentalidades do tempo em questão. Neste sentido, o periodismo das primeiras décadas do século XIX se tornava a forma mais ampla de comunicação escrita e, conseqüentemente, de representação da sociedade. Como explica Pimenta, nos periódicos

encontramos expresiones de las alternativas y los proyectos políticos que se les impusieran a los hombres e mujeres de la época como posibilidades de solución de una crisis que si bien no siempre considerada como tal, los afectaba a todos, constituyéndose en un problema colectivo<sup>48</sup> (2011, p. 76).

A ideia de conscientização da população para um problema coletivo era uma ameaça nova ao absolutismo português, tanto ou maior que uma invasão militar. O periodismo aclarava ideias, às mentalidades da época, que questionavam o sentimento de pertinência política das populações. Até então, estas sociedades que começavam a ter contato com a leitura, tinham a construção de seu caráter identitário vinculada a categorias típicas do Antigo Regime, podendo ser observado este fator tanto na sociedade colonial hispânica quanto na portuguesa. Em traços gerais, podemos considerá-las como sociedades que encontravam seu sentido em um universo que tinha como referência maior a cristandade e a monarquia (PIMENTA, 2007b). Sendo assim, as ideias que emergiam com os movimentos revolucionários, tais como as de contrato social, legitimidade dos Estados e soberania popular, paulatinamente se tornavam o novo inimigo a ser combatido pelo poder estabelecido.

---

<sup>48</sup> Encontramos expressões das alternativas e dos projetos políticos que se impunham aos homens e mulheres da época como possibilidades de solução de uma crise que, embora nem sempre assim considerada, afetava a todos, tornando-se um problema coletivo (tradução nossa).

O periodismo se converte numa excelente fonte de análise desta fase de transição dentro da participação política das populações. Iniciava-se a ruptura de uma cultura política acrítica aos mecanismos de legitimação dos Estados e, portanto, dos fundamentos do Antigo Regime, para dar lugar a outra que colaboraria com a modificação das estruturas sociais que impulsionou os processos de conformação dos Estados modernos.

Entendemos o periodismo do início do século XIX conforme dois critérios utilizados por João Paulo Pimenta. O primeiro deles vê os periódicos como organizadores de atitudes individuais em escala coletiva, podendo gerar nos indivíduos que tomavam contato com a informação escrita um espírito de solidariedade recíproca, mesmo que separados pela distância. Por conseguinte, os periódicos passaram a atuar como “un instrumento privilegiado para la formación y la reiteración de conciencias de pertenencia política, nacional y territorial”<sup>49</sup> (2011, p. 21). O segundo critério de Pimenta situa o advento do periodismo de discussão e crítica política

dentro de una situación de marcada inestabilidad en todos los niveles de la vida social, es también una de las principales armas de lucha disponible para poblaciones aún poco habituadas a la crítica política, mediante noticias y silencios, artículos y polémicas, en fin, por la organización de posiciones, lo que constituye el fundamento de la actividad periodística<sup>50</sup> (2011, p. 21-22).

O período em que acontece o fomento das publicações regulares de periódicos é uma transição de uma fase em que o contato com a escrita praticamente não insidia na modificação das estruturas sociopolíticas devido à escassez de publicações, para uma em que se torna agente de transformação e, conseqüentemente, também em uma ferramenta que deve ser controlada para a concretização do poder. Por isso o uso dos termos empregados ou, como vimos na citação acima, os silêncios que se empregam para assuntos considerados desinteressantes para os anseios de determinados grupos, passam a ter outra importância dentro do jogo político.

Deve-se ressaltar que de modo algum o rompimento com a velha ordem se deu de forma abrupta, principalmente no caso do advento periodista no Brasil das primeiras décadas do século oitocentista. Entendemos como pertinente a observação de Marco Morel (2003), que vê estas sociedades inseridas em uma “época marcadamente híbrida entre práticas e

<sup>49</sup> Um instrumento privilegiado de formação e reiteração de consciências de relevância política, nacional e territorial (tradução nossa).

<sup>50</sup> Numa situação de marcada inestabilidade em todos os níveis da vida social, é também uma das principais armas de luta à disposição de populações ainda pouco habituadas à crítica política, mediante notícias e silêncios, artigos e polémicas, enfim, pela organização de posições, que constitui a base da atividade periodista (tradução nossa).

valores ainda consagrados ao que passava a se chamar de Antigo Regime, e outros, que se pretendiam modernos” (p. 11). Esta situação ficará reconhecível quando estudarmos o caso do *Correio Braziliense*, em que as modalidades críticas da Ilustração se imiscuem ao novo debate político encontrado nos jornais, isso é, sem contestar a ordem estabelecida em seus fundamentos.

Igualmente importante para este trabalho, é situar o surgimento do periodismo regular no tempo. No Brasil, esta modalidade de difusão da palavra impressa apareceu em um momento histórico, como sugere Nelson Werneck Sodré (1983), em que as condições para se ter a imprensa como a conhecemos – a grande imprensa – ainda não existiam. Para o autor, a grande imprensa tem seu desenvolvimento atrelado ao desenvolvimento da sociedade burguesa e, portanto, do capitalismo. Sendo assim, as sociedades de Antigo Regime, como as do Brasil do período que analisamos, careciam do essencial: burguesia em ascensão e capitalismo.

A imprensa escrita acompanhou o aprimoramento das técnicas de impressão, somado à evolução dos transportes, para poder exercer o processo de universalização de valores éticos e culturais. Complementando a compreensão de Sodré que expusemos acima, explicou Gerson Fraga que a imprensa moderna “começa a se delimitar a partir do momento em que o jornalismo de cunho político-partidário cede lugar para uma outra forma de jornalismo, composto por grandes empresas que obedecem a uma lógica industrial de produção e estão ligadas à ascensão da burguesia” (2004, p. 14).

Partindo destas premissas, o periodismo ibero-americano do início do século XIX nem mesmo pode ser considerado como imprensa, pois seu modo de produção se encontrava na fase artesanal. Porém, como nosso interesse são os fatores qualitativos em detrimento dos quantitativos, podemos utilizar os pontos de ligação entre os dois no que se referem ao seu efeito social. De tal modo, os periódicos que eram disponibilizados aos leitores do princípio do século oitocentista cumpriam um papel semelhante, ainda que de alcance limitado, ao que Gerson Fraga atribuiu aos grandes jornais modernos, sendo

compreendidos enquanto instrumentos de manipulação e intervenção, [que] atuam dentro de uma lógica de ocultação e imposição de perspectivas sobre a realidade; buscam a uniformização do pensamento através da atribuição de valores e adjetivações àquilo que é mostrado, operando não somente na criação de fatos para a opinião pública, mas também de interpretações sobre o mundo (2004, p. 15).

Certamente isso ocorria em escala menor no período que estudamos. Todavia, esta operação que visa a uniformização do pensamento e que supostamente está inserida como

meta dentro do substrato da imprensa escrita, estava presente. Dentro da imprensa político-partidária da época, que defendia a monarquia ou a revolução, despreocupada com a ética da imparcialidade, não tinham outros anseios os gazeteiros da época a não ser o de adjetivar e atribuir valores sobre os personagens e fatos que selecionavam em suas análises e discussões.

Com o absolutismo em declínio, a via da censura não mais tinha a eficiência de outrora. Os papéis incendiários que eram apreendidos pela atuação do Desembargo do Paço<sup>51</sup> na América lusitana cediam lugar aos jornais. O aumento da circulação deste tipo de publicação demandava à administração portuguesa o investimento em mecanismos que tornassem possível deslegitimá-las, combatendo-as por intermédio da persuasão. Nas palavras de Sodré, a monarquia, naquele instante, “precisava dos louvores, de ver proclamadas as suas virtudes, de difundir seus benefícios, de, principalmente, combater as ideias que lhe eram contrárias” (1983, p. 29).

As batalhas também estavam nas páginas dos jornais. Teorias revolucionárias e conservadoras se inseriam no cotidiano das sociedades de Antigo Regime. O imaginário da população passava a ser o alvo dos gazeteiros. Em mais um ponto de convergência com a grande imprensa escrita, os periódicos começavam a atuar no campo da percepção do real. Esta ação ideológica é verificada a partir do memento em que age, segundo Fraga, “de forma a acobertar, destacar, ou mesmo produzir sensações através da opinião e dos acontecimentos narrados em suas páginas, visando legitimar e perpetuar um *status* de dominação” (2004, p.15). Com as teorias revolucionárias batendo à porta, um movimento contrário para a manutenção de um poder estabelecido é praticamente natural. A imprensa que começava a se mostrar ao raiar do século oitocentista já tinha esta característica. A corte portuguesa assim procedeu ao criar a *Gazeta do Rio de Janeiro* e, igualmente, incentivar a da *Gazetada de Montevideú*, ou seja, pretendia perpetuar por meio da palavra escrita um *status* de dominação que era ameaçado pela revolução, que a partir daquele momento podia ser conhecida pela população por meio do acesso facilitado aos periódicos que tratassem do assunto.

Mas como medir o alcance de uma produção periódica semelhante às que selecionamos para este estudo? Para sustentar o que defendemos serão adotados os mesmos critérios de que se valeu Pimenta, os quais consideraram a impossibilidade de obter uma precisão estatística de quanto circulavam ou eram lidos os periódicos, o que é imperativo para calcular a importância destes dentro de uma sociedade.

---

<sup>51</sup> Trata-se da censura Régia portuguesa existente desde 1576 e que ainda vigorava, com algumas modificações, no período que estamos analisando. Segundo informou Nelson Werneck Sodré, qualquer obra impressa estava proibida de circular sem primeiro ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço. Este Órgão da monarquia lusa atuava em conjunto com a censura episcopal (ou do Ordinário) e a da Inquisição.

Primeiramente é preciso determinar a duração de sua circulação. O momento em questão apresentava publicações de pouca duração, a maioria de alguns meses ou semanas. Porém, quando uma publicação perdurava, dá a indicação de que era vendida e/ou financiada e, portanto, lida ou escutada.

Em segundo lugar, impõe-se ao observador prestar atenção às referências recíprocas entre os periódicos, “sea por medio extractos de noticias o de polémicas entabladas, el hecho de que un periódico haya sido citado por otro significa que era leído, mereciendo ser avalado, criticado o combatido”<sup>52</sup> (PIMENTA, 2011, p 77-78). Este apontamento do autor ilustra bem o clima da época no referente às publicações, e é pertinente ao problema que os periódicos estrangeiros – os dos vizinhos hispano-americanos carregados de conteúdo revolucionário – acarretavam.

O terceiro aspecto não possui relevância para nosso trabalho. Refere-se à publicação de anúncios; estes serviriam como escala por causa da quantidade de anúncios que um periódico possuía, sendo isso o indicador de que era válido investir nele pelo alcance que teria entre os leitores. Esta característica só ficaria mais evidente em período posterior a independência no Brasil, não se aplicando ao periódico que analisamos como fonte.

Já o quarto e último critério de João Paulo Pimenta, o da participação dos leitores por comunicados, interessa-nos. Mais precisamente pelo fato de que nossa fonte, o *Correio Braziliense*, era redigido em Londres, algo que tornava a correspondência uma de suas principais fonte de informação.

Com estes critérios expostos, o periodismo se apresenta como uma fonte segura para o investigador estabelecer uma análise do desenvolvimento do pensamento crítico dentro de uma sociedade, independente da escala de alcance de uma publicação escrita. Acerca deste aspecto, concordamos com o apontamento de Gerson Fraga quando salienta que

as tiragens elevadas podem apontar – e tão somente apontar – para uma ampla inserção de um veículo informativo entre a população em anos mais distantes, outros fatores, tais como seu alinhamento a determinado posicionamento político, ou a existência do silêncio sobre tal ou qual fato, igualmente têm muito a dizer, não somente sobre o leitor a que um jornal se destina, mas também sobre os parâmetros ideológicos que regem sua publicação (2004, p. 23).

O período em análise tem um amálgama de elementos antigos e novos para a interpretação dos parâmetros ideológicos pertinentes àqueles sujeitos históricos. Esse é um

---

<sup>52</sup> Seja por meio de trechos de notícias ou de polémicas envolvidas, o fato de um periódico ter sido citado por outro significa que era lido, merecendo ser endossado, criticado ou combatido (tradução nossa).

dos legados da Ilustração para o debate e a discussão política que moldariam as identidades para a construção do ideário nacional pós-independência. Verificamos nessa situação que

los contenidos políticos del periodismo iberoamericano de los primeros años del siglo XIX surgieran bajo la forma de discusiones en torno a los modos de mantener el orden establecido – posteriormente también, de como sustituirlo – en una época en la que la prensa americana se encontraba em notorio desarrollo, contribuyendo significativamente al debate y la circulación de ideas inédito en aquellas épocas<sup>53</sup> (PIMENTA, 2011, p. 77).

Tivemos no Brasil um periódico que se enquadra em quase tudo o que referimos sobre esta fase da imprensa ibero-americana. Foi contemporâneo das revoluções hispânicas; estava alinhado ao pensamento da Ilustração europeia; trazia novos elementos para o debate político no cenário colonial; e tinha sua opinião enviesada pelo certo ou errado, sem escrúpulos quanto a parcialidade de seus textos. Também os textos do seu editor causaram incômodo às autoridades do Estado português, contudo a consciência de sua origem social o mantinha fiel à ordem estabelecida.

## 2.2 Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense*

A atenção com que o *Correio Braziliense* se dedicou a noticiar os acontecimentos da emancipação da hispano-América durante o período revolucionário do início do século oitocentista, não surpreende. Estavam a favor de seu editor a distância que se encontrava dos fatos, mitigando a ação censória lusitana, e a ligação afetiva de Hipólito com a região do Prata, dada a sua origem.

No dia 25 de março de 1774, nascia na Colônia do Sacramento, antiga possessão portuguesa nas adjacências de Montevideu, Hipólito Jose da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Emigrou com a sua família para a Capitania de Rio Grande quando da capitulação da Colônia do Sacramento para os espanhóis em 1777. Lá seu pai adquiriu terras e tirou o sustento da família das estâncias que construiu, o que proporcionou a Hipólito assaz recursos materiais.

Em solo riograndense permaneceu até seu ingresso na Universidade de Coimbra, em 1792, onde se bacharelou em Direito em junho de 1798, depois de haver estudado Matemática

---

<sup>53</sup> Os conteúdos políticos do periodismo ibero-americano dos primeiros anos do século XIX emergiam na forma de discussões sobre os modos de manter a ordem estabelecida – posteriormente também, de como substituí-la – em um momento em que a imprensa americana estava em notável desenvolvimento, contribuindo significativamente para o debate e a circulação de ideias sem precedentes naquela época (tradução nossa).

e Filosofia (DOURADO, 1957). Concluídos os compromissos universitários e de retorno a Lisboa, Hipólito empreenderia viagem aos Estados Unidos a pedido do estadista português, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, onde participaria de uma comissão científica de caráter técnico. Provavelmente o convite se deveu aos estudos que Hipólito realizou na área do naturalismo na Universidade de Coimbra<sup>54</sup>.

Durante esta missão oficial em território estadunidense, tomou contato com a doutrina maçom, sendo iniciado na Filadélfia em 1799. Sua atividade junto à Maçonaria lhe valeria a prisão pelo Santo Ofício em Portugal no ano de 1802, permanecendo por três anos no cárcere. Quando se oportunizou ocasião para sua fuga, partiu para o exílio na Inglaterra, aonde chegaria em fins de 1805. Foi Londres que Hipólito fundou, dirigiu e redigiu seu periódico, e com ele se lançaria à atividade jornalística, na qual ganharia notoriedade.

O *Correio Braziliense Ou Armazém Literário* teve seu número inaugural publicado em primeiro de junho de 1808. Mais semelhante a uma revista doutrinária do que a um jornal, tinha o formato de brochura, de publicação mensal, totalizando durante sua existência 175 números, cada um com aproximadamente 140 páginas, formando 29 Volumes. Era impresso na oficina de W. Lewis, em Londres, de onde era trasladado ao território do Brasil por via marítima. Sua última publicação é de dezembro de 1822.

De caráter explicitamente doutrinário, tinha o objetivo de inferir na opinião pública, conquistando-a pela exposição dos assuntos pertinentes ao Reino de Portugal por um prisma internacional, no qual os interesses da Inglaterra também eram contemplados em suas temáticas. De acordo com Sodré (1983), encontrava-se mensalmente em suas páginas “o estudo das questões mais importantes que afetavam a Inglaterra, Portugal e o Brasil, questões velhas ou novas, umas já postas de há muito, outras emergindo com os acontecimentos” (p. 22).

O texto de Hipólito possuía uma inclinação moralizadora, incluindo-o no perfil que Marco Morel (2003) adjetivou como “homem público”, encontrado dentro da imprensa de opinião do século XVIII e começo do XIX na Europa e que inexistia até então na América portuguesa. Tal figura

surgia como um homem de letras, em geral visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica [...] um tipo de escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates, que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações (p. 15).

---

<sup>54</sup> Esta formação passou a fazer parte do currículo da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra a partir 1791, um ano antes de Hipólito frequentá-la, sendo integrados o ensino de Botânica, Agricultura, Zoologia, Mineralogia, Física, Química e Metalurgia.

Uma das principais transformações da época é a já mencionada modificação da crítica Ilustrada que encontrávamos dentro do Antigo Regime, que variava para uma que se assentava no debate e na divergência política, pautados em veículos da imprensa com o intuito da persuasão de uma posição política em detrimento de outra sem considerar a imparcialidade da notícia nem a repercussão de sua análise.

É conhecido que circulavam periódicos antes do *Correio Braziliense* na colônia lusitana, tais como a *Gazeta de Lisboa*, desde 1778, e outras 15 publicações portuguesas que havia durante a o governo do marquês do Pombal (MOREL, 2003). Todavia, esses periódicos não passavam de noticiosos, científicos, literários e históricos. Diferente destes, o jornal de Hipólito inseria um agudo debate na sociedade colonial que começava a dar outra dimensão ao reino da opinião, o qual, novamente nos valendo da análise de Morel, tratava-se de uma “instituição abstrata, sem fronteiras territoriais demarcadas, mas que se materializava em folhas de papel impresso e obtinha força política considerável nas sociedades que buscavam destruir os valores do Absolutismo e implantar o espaço das modernas liberdades” (2003, p. 17).

Na introdução do número que marcou a estreia do *Correio Braziliense*, Hipólito apresentou seu entendimento sobre o papel dos periódicos na sociedade em que se inseriam:

Ninguem mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do fucturo. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada, represêntam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as solidas conjecturas sobre o futuro.

Mais adiante em sua exposição, Hipólito se dirige aos leitores explicando seu objetivo com a publicação, quando confessa seu sentimento: “Feliz eu se posso transmitir a uma Nação longinqua, e socegada, na lingua, que lhe he mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta Parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade”. O tom doutrinário de Hipólito já é perceptível na apresentação de seu jornal e o acompanharia durante todo o tempo de sua publicação.

O redator do *Correio Braziliense* o dividiu em seis seções: *Política*, na qual reproduzia documentos oficiais, nacionais e estrangeiros; *Comércio e Artes*, informativo sobre o comércio nacional e internacional; *Literatura e Ciências*, contendo notícias de novas publicações científicas e literárias, e sua crítica a estas; *Miscellanea*, que abrangia temas

variados do Brasil e de Portugal, bem como as polêmicas; *Reflexões*, em que debatia as novidades do mês, com comentários; e *Correspondência*, para a publicação de comunicações e das cartas dos leitores, podendo serem anônimas ou não<sup>55</sup>. Em síntese, os comentários de Hipólito refletiam

a posição da burguesia inglesa que, no processo de autonomia da área americana de ocupação ibérica, era uma em relação à Espanha e outra em relação a Portugal, de cuja subordinação se esperava sempre soluções dos problemas de interesse britânico sem quebra de aliança (SODRÉ, 1983, nota 14, p.23-24).

Hipólito da Costa estava longe de ser adepto do espírito revolucionário da época, mas como explicou Dourado (1957), era “espírito progressista e reformador; que considerava a imprensa [livre] um dos órgãos mais eficazes para a educação e desenvolvimento dos povos” (p. 143). Claramente encontramos no que referimos a constatação do teor reformador característico da Ilustração europeia, inspirador das ideias de Hipólito.

Em nenhum momento, por exemplo, voltou-se Hipólito contra a ordem estabelecida, a saber, o Estado português, mantendo-se longe de qualquer ideia que remetesse à independência do Brasil. Contudo, não escapou Hipólito da perseguição da censura Real, que em mais de uma ocasião se referiu ao *Correio Braziliense* como um perturbador da ordem, além de se mostrar preocupada com o alcance que a circulação do jornal obtivera, abrangendo não apenas o Brasil, mas também Portugal (SODRÉ, 1983).

Mas a crítica provinha justamente do alvo das críticas de Hipólito, portanto, do corpo de funcionários da administração lusitana. Estes eram os principais responsabilizados pelo lento desenvolvimento do Brasil. Uma motivação das queixas de Hipólito era a de desgastar perante a opinião pública o regime de monopólio exercido por Portugal sobre sua possessão americana, condizendo, como referimos, com o pensamento dos comerciantes britânicos.

O editor do *Correio Braziliense* também esteve atendo aos fatos da América espanhola durante a existência do periódico, e sua posição se debruçou mais em apontar para os problemas do procedimento da Corte joanina frente aos conflitos no território vizinho, do que propriamente debater a essência da questão revolucionária para os hispano-americanos. A análise de Hipólito do caso do Rio da Prata oferece diversos casos do que mencionamos.

---

<sup>55</sup> Muitas vezes era o próprio Hipólito quem escrevia nesta seção por meio de pseudônimo, para, assim, gozar das liberdades do uso da linguagem.

### 2.3 Posição de Hipólito frente às revoluções do Rio da Prata

Desde a invasão napoleônica da Península Ibérica de 1808, o *Correio Braziliense* acompanhou o desenrolar dos fatos em suas páginas. Já em 1809, Hipólito da Costa vaticinava o problema que decorreria do desentendimento entre Buenos Aires e Montevideú, comentando um rumor, em matéria que encontramos no Nº 9 do *Correio Braziliense*, de fevereiro de 1809:

Montevideo recusa obedecer a Buenos Aires; o que eh um desgraçado signal da falta de um governo commum, a quem ambos obedêçam. Na verdade eh bem para recéar, que, faltando de repente o Governo legitimo da Hespanha, as Colonias Hespanholas, na America, caiam em uma fatal anarchia.

A ausência de governo, portanto, seria o caos, a guerra, que realmente se estabeleceria na região após a formação da Junta de Maio de 1810. Quando se concretizaram os fatos previstos por Hipólito, assim este escreveu, novamente de maneira profética, quanto à repercussão dos conflitos no Prata:

A guerra civil, que nós sempre tememos na America Hespanhola, está efectivamente começada. A expedição, que sahio de Buenos Ayres contra o partido de Linieres, succedeo em prendéllo, e reduzio Cordova à obediencia da capital: este vencimento abre inteiramente a communicação, entre Buenos Ayres e a costa do Peru; he mui natural de supor, que as tropas mandadas a esta expedição, quando se recolherem, passem a attacar o territorio de Monte Video, cujo Governador se mantem na resolução de naõ obedecer ao Governo de Buenos Ayres. Eta operação trará a guerra para juncto das fronteiras do Brazil, por esta parte.

Era o prelúdio da primeira intervenção militar portuguesa no Prata em solidariedade ao vice-rei Elío. Esta campanha mereceria severas críticas da parte do *Correio Braziliense*, antes mesmo de ter início.

No número seguinte de seu jornal, Hipólito da Costa se posiciona quanto a possível atuação lusitana nos embates hispânicos do Prata. Já é possível apreciar o conjunto de ideias utilizadas pelo responsável do texto para protestar providências administrativas dos membros das Cortes radicados no Rio de Janeiro. Temos a expressão de Hipólito no jornal publicado em dezembro de 1810, aludindo que

Nem as finanças do Brazil, nem o descontentamento interno, causado pela ma forma de Governo das provincias, ou capitánias, nem a grande energia, que he de esperar empreguem em tal guerra as colonias hespanholas, enthusiasmadas com as suas ideias de liberdade, nem o perigo que essas ideias se communicem, em caso de

guerra, aos povos do Brazil; pódem deixar de infundir grande temor de que o menor projecto de hostilidades contra a Ameica Hespanhola, sêja productivo de males incalculaveis ao Brazil.

Nesta mesma matéria, argumentaria Hipólito sobre a importância de manter boa relação com as colônias espanholas, que seria importante para o comércio do Brasil. Pensamento este que vai de encontro à defesa do livre comércio que Hipólito era entusiasta, e o país de onde Hipólito escrevia também.

Ainda mencionaria Hipólito a possível campanha de conquista militar com intenção de aumentar o território português na América, este considerado como grande o suficiente, sendo mais importante do que aumentá-lo, povoá-lo, não valendo a pena a oneração material e humana que a guerra implicava para um intento considerado como absurdo. A solução proposta por Hipólito, era a de facilitar a entrada de imigrantes, citando o modelo empregado nos Estados Unidos, de modo

que a propriedade, e liberdade pessoal dos individuos [fosse] respeitada, em consequencia de leis fixas e permanentes; e não de Decretos, e Alvarás, que um Secretario de Estado faz pela manhã, e que outro Secretario de Estado dispensa por um Avizo, na tarde do mesmo dia.

O ingrediente da crítica à administração do Estado esteve presente durante toda a existência do *Correio Braziliense*. O palpite acerca das “leis fixas” que aparece junto com a indignação contra os estadistas portugueses, denota a inclinação afinada com a Ilustração ibérica que permeia o texto de Hipólito. Termos como “vadios”, “parasitas”, “sanguessugas do Estado”, eram empregados nos textos de Hipólito sem receio para expressar o descontentamento perante o mau uso do erário público pela Corte do Rio de Janeiro.

A crítica de Hipólito aos funcionários do Estado bragantino, trata-se, como vimos, de uma novidade em relação à crítica Ilustrada do Antigo Regime. Porém o alcance da contestação de Hipólito ao Governo português ficava restrito aos anseios da camada que este estava inserido, portanto, os da burguesia inglesa. Seu receio com a intervenção militar lusitana nos assuntos das colônias hispânicas esteve restrito por esta condição. Dar demasiada atenção à atuação dos funcionários da Corte, demonstra em Hipólito a manutenção da lealdade à monarquia e ao absolutismo da época, daí provinha o seu medo da “anarquia”, ou seja, a ausência de um governo comum para as colônias hispânicas do Prata. A invasão lusa da Banda Oriental de 1811 deixou mais ostensiva a crítica conservadora de Hipólito.

Considerando o tempo que as notícias demoravam para percorrer o Oceano e chegar até Londres, é plausível a demora do *Correio Braziliense* em se posicionar sobre a invasão lusa de agosto de 1811 sob o comando de Diogo de Sousa. Este evento só ganharia a atenção de Hipólito em número publicado em março do ano seguinte. Interessa-nos, particularmente, a preocupação do editor do jornal com a possibilidade da propagação revolucionária que a campanha lusitana ocasionaria. Escreveu Hipólito:

Supponhamos, que os povos da Capitania do Rio-Grande do Sul, estâvam desgostosos com a administração de seu Governo; e que éra de temer, que fossem illudidos com os gritos da liberdade, e independencia dos seus vizinhos Hespanhoes, fazellos entrar em guerra com eles he augmentar o desgosto da administração, em consequencia das oppressoens que a guerra traz com sigo; e por tanto augmentar a inclinação a favor dessas novidades, que se passam entre os seus vizinhos.

Aproximando-se a conclusão da argumentação de Hipólito, lamentou este a inexistência da crítica aos governos fundamentados no direito feudal, próprios do absolutismo, mas que o desenvolvimento das ciências e das Letras na Europa colaborariam para mostrar aos povos os vícios destes governos. Contudo, não encontramos uma referência clara a essas “novidades que se passam entre os vizinhos” que poderiam se solidarizar os habitantes da Capitania riograndense.

Adiante, Hipólito utiliza o exemplo da Revolução Francesa para justificar sua posição de que as revoluções são fruto da má administração do Estado, sendo a rebelião uma consequência provável. Defende Hipólito que o espírito revolucionário que se alastrou com a revolução burguesa na França, deveria ser contido pela guerra de opinião na América, elucidando ao público, assim, o problema que a mudança de governo acarretaria. Vejamos o que escreveu Hipólito sobre esta teoria:

Sendo a revolução da America, uma guerra de opiniaõ, como tem sido na Europa; o remedio deve ser o mesmo. Nada ha mais facil do que mostrar aos povos do Brazil a falsidade do paralogismo, que suppoem a mudança de forma de Governo remedio próprio aos abusos da admnistração [...] Nós falamos assim, mostrando a nossa opiniaõ; porque desejamos fazer clara a grandissima distincão entre *forma de governo*, e modo de *administração*.

Portanto, podemos definir a ideia de reforma de Hipólito como conservadora. Mas como identificamos a ocorrência do debate político que tinha conteúdos explicitamente destoantes da ordem estabelecida, como foram os casos dos assuntos que discutiam os modelos de governos pensados dentro dos vice-reinados da América Hispânica? A região do

Prata nos deu a *Liga dos Pueblos Libres*, que podemos classificar como a revolução mais singular entre os vizinhos dos luso-brasileiros. Seu programa pretendia integrar à gama do direito camadas desdenhadas no modelo social do Antigo Regime. Para podermos argumentar sobre a cobertura do artiguismo feita pelo *Correio Braziliense* é preciso adotarmos alguns critérios.

#### 2.4 Considerações para a análise do artiguismo no *Correio Braziliense*

Comparando o programa artiguista que tomamos conhecimento no primeiro capítulo deste trabalho, já encontraremos uma grande discrepância com o pensamento do redator do *Correio Braziliense*: a ideia de Artigas acerca da soberania dos povos.

Como vimos, Hipólito da Costa incorporava os valores da sociedade absolutista com inclinações derivadas da Ilustração ibérica. Sua biografia demonstra isso narrando seu envolvimento com a ciência durante sua vida universitária e com a Maçonaria, expressões que demonstram o contato com ideias e práticas que se difundiram de forma aberta – ou secreta, como no caso das lojas maçônicas – dentro das sociedades que começavam a ganhar abertura para o debate que fomentaria modificações. Entretanto, Hipólito da Costa era um reformista ligado à monarquia, tendo inclusive realizados trabalhos oficiais para esta com pesquisador.

Neste panorama, o pensamento de Hipólito da Costa se enquadrava nas duas categorias propostas por Wilson González Demuro (2013) que dividiam a característica da opinião pública das sociedades de Antigo Regime das que estavam envolvidas nos processos revolucionários da Ibero-América em dois momentos: moral e político.

O primeiro ligado ao contexto histórico do absolutismo, em que a semântica dominante não continha o conhecimento racional e sim um conjunto de opiniões ligadas à comunidade, que julgava a conduta dos indivíduos que se desviavam dos valores vigentes, remetendo a léxicos relacionados à fama, reputação, honra e virtude, fatores estes muito presentes nos textos do *Correio Braziliense*.

Já o momento político apresentado por Demuro, estava inserido no contexto da Ilustração, da Revolução Francesa e do liberalismo, em que começava a prevalecer nos discursos a ideia do poder da vontade da nação ou do povo que se expressa livremente, e que passaria a servir de única fonte de legitimidade permanente e guia ao poder político, trazendo expressões como Governo representativo, soberania, liberdade de imprensa, nação e democracia.

Os únicos quesitos apresentados acima que o responsável pelo *Correio Braziliense* compartilhava era o que tangia ao liberalismo, destacadamente o que dizia respeito à liberdade de imprensa, defendida por Hipólito em muitas edições do seu jornal.

Distintamente das linhas interpretativas do gazeteiro luso-americano, o pensamento artiguista da época, o qual fizemos alguns apontamentos no capítulo anterior, contestava direitos consagrados há séculos, sendo a reforma agrária do Regulamento provisório de 1815 um dos mais radicais para os padrões do tempo em que se inseria.

O tópico do programa de Artigas que propunha a ideia de que os mais infelizes deveriam ser os mais agraciados, era inconcebível até mesmo para um entusiasta dos melhoramentos da sociedade, como era Hipólito.

Caso a Liga artiguista prosperasse, ver-se-iam negros, índios, crioulos pobres, gaúchos marginalizados, viúvas pobres, dentre outros, sendo contemplados com estâncias na região platina, por exemplo. O projeto de confederação de Artigas fracassou, mas durante sua existência representou uma preocupação constante à ordem estabelecida.

Os acontecimentos à época estavam acessíveis pelas páginas dos periódicos que começavam a se fazerem populares. Todavia, excetuando os jornais revolucionários que ocasionalmente poderiam adentrar a fronteira do Brasil, as publicações escritas por portugueses ou luso-americanos, como era o caso do *Correio Braziliense*, possuíam alguma liberdade para circularem, desde que sua crítica não exacerbasse os limites da ordem estabelecida.

Hipólito da Costa, mesmo que crítico à, não era um perturbador da ordem. Difícil se torna encontrar de maneira densa um debate sobre os programas revolucionários da vizinhança hispano-americana em seu jornal. Mesmo que pesem fatores tais como a distância em que o jornalista Hipólito se encontrava dos fatos sul-americanos, a seleção dos temas a serem tratados pertencia a sua subjetividade.

O que vale para um historiador vale, também, para um jornalista, no que se refere a este ponto. Sobre isso, escreveu Gerson Fraga, que as interpretações não são reproduções exatas da realidade que se quer dar narrativa, pois estão

carregadas de subjetividade de seus produtores, e portanto suas perspectivas e limitações ideológicas e culturais. Como tais valores (cultura e ideologia) refletem sistemas temporalmente localizados no presente, o trabalho do historiador que vislumbra a imprensa e sua atuação ao longo do tempo, dirá respeito, por fim, ao seu próprio tempo, uma vez que é a partir de sua contemporaneidade que ele estabelecerá suas problemáticas e questionamentos (2004, p. 22).

Interpretar o artiguismo tendo o *Correio Braziliense* como fonte, implica observar como o editor escolheu os termos para se referir aos acontecimentos e aos envolvidos, isso nos deixa alguns fios para tecer considerações acerca da posição do periodista. Também é importante observar o silêncio do periódico a temas que não atendam ao posicionamento do responsável pelo jornal ou de possíveis apoiadores, considerando que para se constituir “o acontecimento através da imprensa, este deve ser selecionado, dotado de sentido e valor, e direcionado a um público específico através de um processo de publicização” (FRAGA, 2004, p. 23).

Identificar no tempo o público específico do *Correio Braziliense* é algo que podemos fazer apenas por dedução; os sinais apontam, conforme explica Sodré (1983), para a classe dominante brasileira, de grandes proprietários, e dos comerciantes, a quem interessava a apologia ao livre comércio feita por Hipólito. Ressalva o autor a pouca afeição destes estratos a pregação doutrinária de Hipólito, que postulava problemas próprios da camada burguesa, inexistente no Brasil (SODRÉ, 1983). Se adotarmos os critérios de João Paulo Pimenta para classificar os periódicos segundo sua maior ou menor circulação, como já apresentamos, o *Correio Braziliense* se torna em ótimo instrumento para o que pretendemos com este trabalho.

Pormenorizaremos mais o tema no próximo capítulo, em que analisaremos a cobertura que fez o *Correio Braziliense* durante os anos em que Artigas esteve protagonizando eventos no Rio da Prata, com destaque para o período em que a Liga Federal de Artigas esteve em combate simultâneo contra os unitários de Buenos Aires e os portugueses, a partir de 1816. A cronologia seguirá as publicações do periódico de Hipólito para vermos como foi trazido o artiguismo para as poluções da época.

### CAPÍTULO 3 – O CORREIO BRAZILIENSE COMO FONTE HISTÓRICA

O capítulo apresenta a cobertura das guerras de Artigas na região platina realizada pelo periódico *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa. Este jornal contemplou a trajetória do caudilho oriental como militar durante sua atuação junto ao Governo de Buenos Aires, apresentando alguns nuances que indicavam a ascensão política de Artigas no Prata. Debateremos as motivações do editor do jornal, principalmente quando esteve pautando a atuação de Artigas contra o exército português durante as intervenções militares dos anos de 1811 e 1816. No encerramento, encontram-se algumas reflexões sobre o possível impacto político do movimento artiguista no território do Brasil e a contribuição do *Correio Braziliense* para a criação de um significado desta revolução no imaginário coletivo.

#### 3.1 Primeiros apontamentos do periódico sobre a atuação de Artigas

As primeiras referências a Artigas no *Correio Braziliense* aparecem dentro do debate desenrolado durante a cobertura do periódico acerca da primeira intervenção militar portuguesa no Prata. O tema surgiu juntamente com os assuntos derivados da publicação de ofícios trocados entre o general comandante do exército enviado a Montevideú, D. Diogo de Sousa, e o primeiro Triunvirato, que exercia o governo de Buenos Aires naquele momento. Discorriam sobre exigências recíprocas para o cumprimento da cláusula do armistício celebrado em outubro de 1811 entre o vice-rei Elío e a Junta de Maio, cujo conteúdo previa a retirada das tropas lusitanas da Banda Oriental.

O ano era 1812, a publicação dos ofícios datados de janeiro consta no Nº 50 do periódico de Hipólito da Costa, de julho. No documento remetido pelo general português, encontramos um protesto decorrente das hostilidades cometidas pelas partidas dos destacamentos comandados por Artigas ao exército português durante a retirada deste do território da Banda Oriental.

Selecionamos, abaixo, um trecho do ofício do general português que sintetiza sua reclamação ao Governo de Buenos Aires:

A demora e conducta de D. Jozé Artigas, nos territorios desta campanha, que pelo convenio de pacificação, celebrado entre V. Ex.<sup>a</sup> e o Ex.<sup>mo</sup> Vice-Rey D. Francisco Xavier Elio, devia ha muito tempo ter evacuado com as tropas de seu mando; e não menos os choques, que as dictas tropas, usando de sua má fé, tem travado com alguns destacamentos Portuguezes, desprevenidos em consequencia de minhas ordens, para observar na parte respectiva o estipulado pelo mesmo convenio; alem das direcçoens de suas marchas a diversas vizinhanças do meu Governo; são

objectos mui poderosos, que, em qualidade de General em chefe do exercito pacificador da campanha de Montevideo, e de Capitaõ General da Capitania de S. Pedro, me obrigam, a rogar a V Ex<sup>a</sup>., que, se o dicto Artigas obra em virtude de ordens desse Governo superior provisional, queira expedir-lhe immediatamente outras por minha via, o pela do Ex<sup>mo</sup>. capitaõ general D. Gaspar Vigodet; para que dentro deim brevissimo se passe ao interior dos territorios da jurisdicaõ de V. Ex<sup>a</sup>.; e se ele procede de arbitrio proprio, contra as determinaçoens de V. Ex<sup>a</sup>., tenha a bem declarallo rebelde, e infractor do convenio acima mencionado.

Pela primeira vez o *Correio Braziliense* apresentava um documento oficial mencionando Artigas, quando este atuava na região como comandante aliado da Junta de Buenos Aires. Em números anteriores, entretanto, o periódico de Hipólito já havia apresentado extratos de gazetas inglesas e de Buenos Aires que mencionavam as “extorsões do general” Artigas nas adjacências de Montevideú, bem como o “trabalho” que dava às tropas portuguesas durante o retorno delas ao território da Capitania de Rio Grande<sup>56</sup>.

Contudo, Hipólito da Costa mantinha uma postura prudente para comentar suas fontes, priorizando, sempre que possível, os documentos oficiais. Com a chancela da oficialidade, esta publicação apresenta Artigas como uma incógnita ao leitor, pois Diogo de Sousa hesita em afirmar que Artigas estivesse atuando sob ordens do Governo de Buenos Aires, o que, somado às expressões “rebelde” e “infrator” que aparecem no texto supracitado, demonstram a compreensão desta autoridade portuguesa responsável pela campanha, a qual definia Artigas como um fora-da-lei, em consequência do não cumprimento da cláusula de não agressão do tratado celebrado entre a Junta e Elío. Corroboram o que escrevemos, o fato de já terem sido publicadas anteriormente, como referimos, informações de que davam conta de que Artigas estaria cometendo extorsões na região.

A resposta do Triunvirato que encontramos publicada logo após o ofício de Diogo de Sousa, defende Artigas e sua atuação, pondo em dúvida as afirmações do general português, justificando que

A demora e conducta do general Artigas não procede das ordens deste Governo, nem de sua arbitrariedade e rebeldiaõ; he um efeito da necessidade em que o tem constituido as circunstances. A perseguiçaõ que experimentam as famílias patricias, na margem oriental, pelos Europeus, e mais que tudo os procedimentos hostis de algumas partidas do comando de V. Ex<sup>a</sup>., tem obrigado a tomar certas medidas de precaução e repulsa, a que authoriza o direito natural. V. Ex<sup>a</sup>. terá a bondade de crêr, que as ordens deste Governo ao general Artigas, se tem dirigido à pacificaçaõ dessa campanha, e que aquelles accidentes são os que tem retardado as suas marchas.

---

<sup>56</sup> As referências às extorsões do general Artigas estão contidas no Volume VIII, Nº 46, de março de 1812, as que comentam o trabalho que Artigas dava às tropas portuguesas durante sua retirada estão no Nº 49, de junho, no mesmo Volume.

Para a Corte joanina, o excerto demonstra estar caracterizado um impasse com uma autoridade estrangeira que representa um poder paralelo à monarquia dos Bourbon, portanto, rebelde, mas que não se via desta forma, desconsiderando o reconhecimento ou não do Governo português. Os termos que utiliza o general português são os de um oficial do exército do Príncipe Regente de Portugal. A legitimidade do Governo, cujo comandante lusitano era representante, autorizava-o a se expressar de tal forma, exprimindo as conotações que emprestou a Artigas durante sua queixa à Junta.

Esta situação, pelo teor dos dois documentos, apresentava-se para a Corte do Brasil como uma discordância com um inimigo comum, não apenas de sua monarquia, mas de uma ideia de Estado consolidada no período. Contudo, Hipólito da Costa manifestou algumas vezes em números anteriores do *Correio Braziliense*, a sua contrariedade com o empreendimento militar português no Prata, que chamou de “invasão” durante sua severa crítica ao ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros e da guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, que podemos encontrar em matéria publicada à página 762 do Nº 43 do *Correio Braziliense*, de dezembro 1811. Ali Hipólito analisou um despacho do Conde que instruía ordens para a expedição de Diogo de Sousa a Montevidéu.

Voltando ao que se refere aos ofícios de janeiro de 1812 ao Triunvirato, estes seriam examinados pelo editor do *Correio Braziliense* na seção em que comentava as novidades do mês, ainda no Nº 50 do periódico. Encontramos na reflexão de Hipólito que copiaremos a seguir, a ratificação de sua opinião desgostosa quanto à participação do Governo joanino na guerra do Prata, trazendo mais referências à atuação de Artigas no contexto do conflito:

Artigas declara em um ofício de dezembro, que sabia serem as intenções do Governo do Brazil, o extender as suas fronteiras até o rio Uruguay. E quanto aos motivos da renovação das hostilidades, depois da convenção com Montevideo; nos publicamos [...] as cartas oficiais, que tiram todas as duvidas a este respeito; e depois dellas, que desculpa pôde o Governo [do] Brazil achar, para justificar o ter mettido os seus povos em tão desnecessaria guerra?

Hipólito não publicou o ofício que referiu, mas, pela data, é possível inseri-lo no período em que Artigas começava a despontar para a vida política. Exemplo do que aludimos é encontrado posteriormente à deliberação que Artigas promoveu entre os notáveis da Banda Oriental para o exame do armistício de outubro de 1811, em dezembro daquele ano, quando o caudilho informou em ofício enviado à Junta do Paraguai que abandonaria o sítio de Montevidéu, do qual era um dos responsáveis, somente para ocupar uma posição militar mais vantajosa para aguardar os portugueses (ABADIE, 1974). As observações de Hipólito sobre

esta questão dão credibilidade à informação, pois este, se ainda tinha dúvidas quanto a veracidade dos acontecimentos, estava-as sanando a partir do contato com esta informações.

Na sequência de suas ponderações, comenta outras informações que dizem respeito a como o Governo bragantino conduzia os conflitos. Foram extraídas de um jornal portenho, aparecendo, desta feita, Artigas como alvo de uma conduta questionável, praticada por um oficial português:

A gazeta Ministerial de Buenos-Ayres de 24 de Abril, traz uma proclamação em lingua portuguesa, que se achou na algibeira de um official Portuguez, que fôra mandado com o pretexto de Parlamentario a um posto Hespanhol em Yapeyu; e que se dirigia a revoltar aquelle povo contra seu general Artigas. O Governo do Brazil, apellando para estes meios das educaçã em uma taõ estranha guerra, da um exemplo ao Governo revolucionario, cujas consequencias naõ medita a Corte do Brazil.

Mantendo sua linha de argumentação, Hipólito da Costa procura, com este comentário, dar força a seu posicionamento contrário aos motivos da Corte do Brasil para realização da campanha militar no Prata.

Neste momento, optava em proceder desta forma em detrimento de uma análise mais detida sobre a movimentação de Artigas na região, ainda que os interesses da monarquia portuguesa já estivessem em choque com os do caudilho. Importante lembrar que Hipólito era cauteloso quanto as informações que recebia, e sua postura pouco incisiva na análise deste tema pode ser um efeito de não lhe terem chegado informações oficiais a respeito das motivações artiguistas. O próprio Hipólito reclamaria da escassez de notícias providas da região do Prata em números posteriores de seu jornal. Acreditamos que, pelo conteúdo das publicações do *Correio Braziliense* que trataram desta questão até então, não seja possível considerar que Hipólito da Costa soubesse da ascensão de Artigas dentro do contexto revolucionário.

É provável que os termos que foram associados por Diogo de Sousa a Artigas em seu ofício à Junta de Buenos Aires, obtivessem potencial de gerar um significado negativo de Artigas para os leitores do *Correio Braziliense*. Este efeito, certamente, era mitigado pela austeridade que Hipólito vinha mantendo na construção de sua crítica à intervenção militar do Governo joanino na Banda Oriental. Todavia, se Hipólito adotasse naquele momento um discurso ufanista e colocasse Artigas como um iminente perigo à unidade territorial portuguesa na América e, portanto, do sentimento de pertencimento dos súditos da ainda colônia à jurisdição dos Bragança, as referências hostis do comandante português da

campanha no Prata teriam sucesso maior em macular a figura de Artigas. Hipólito ainda não encontrava necessidade de interceder como aludimos em suas observações.

Com a não resolução dos conflitos, o problema entre as tropas artiguistas e portuguesas na região esteve novamente em pauta nas publicações seguintes do *Correio Braziliense*, encontradas no ano de 1813. Impressa no N° 58 do jornal de Hipólito, de março, podemos ver a corriqueira publicação de extratos de gazetas, com as quais Hipólito da Costa se informava sobre as atualidades do seu tempo. Na seção *Miscellanea*, encontramos uma longa publicação referida por Hipólito como oriunda de um “papel de Lisboa”.

Em verdade, o conteúdo extraído da folha lisboeta, derivava da *Gazeta de Montevideú*, consistindo na apresentação de cartas que refutavam declarações da Extraordinária Ministerial do Governo de Buenos Aires, de 27 de maio de 1812, cujo conteúdo selava o Armistício Ilimitado entre Buenos Aires e Portugal<sup>57</sup>, dando fim ao conflito que envolvia os exércitos comandados por Artigas e os de Diogo de Sousa. Uma destas cartas, é-nos apresentada como de um oficial português anônimo, que narra em detalhes os sucessos lusitanos contra as tropas de Artigas na Banda Oriental. Seu objetivo era contradizer a Extraordinária de Buenos Aires, a qual, orgulhosamente, saudava o sucesso dos exércitos bonaerenses, como se segue:

O governo fiel a seus princípios, e para dar uma prova positiva de que as armas victoriosas da patria não tem outro objecto mais, do que abater o orgulho dos tyrannos, e defender com honra a liberdade, e independencia civil das provincias unidas do Rio da Prata, conveio em conceder o armisticio, e mandar retirar as nossas tropas do territorio portuguez .

O exagero dos relatos do oficial português responsável pela autoria da carta em resposta à Extraordinária e o comentário apologético ao Governo joanino que o editor da *Gazeta de Montevideú* ofereceu a seguir acerca da carta, condizem com a inclinação desta folha platina, que foi criada para ser opositora da gazeta da Junta de Buenos Aires, tendo a Corte de D. João como mecenas<sup>58</sup>. Destacamos do comentário que aludimos, o trecho em que o gazeteiro de Montevideú se refere à organização militar das tropas portenhas, comparando-as com as portuguesas:

A sagacidade, perspicacia, sabedoria militar, e tino em suas operações, do Excellentissimo Senhor General D. Diogo de Sousa, os vastos conhecimentos dos senhores Generaes Marquez, Luis Portelli, e Curado, a pericia dos demais chefes, e

<sup>57</sup> A Extraordinária Ministerial que mencionamos é o desdobramento do tratado de pacificação Redemaker-Herrera, de 26 de maio de 1812, entre Buenos Aires e o Governo português.

<sup>58</sup> Ver Capítulo 1.

subordinação de todo o exercito, que comparação podem ter com a ignorância dos que se chamaõ generaes da Caterva insubordinada de Buenos Aires!

Esta declaração somada à sequência de insucessos das tropas sob comando de Artigas de que o leitor do *Correio Braziliense* é informado pela carta do oficial português não identificado, deixam subentendido que o “ignorante que se chamam de general” é o próprio Artigas, pois em praticamente todas as vezes que este conflito entre tropas lusas e bonaerenses esteve pautado no periódico de Hipólito, o nome de Artigas era mencionado juntamente com a patente de general.

Este assunto não mereceu o comentário de Hipólito. Considerou mais importante que a informação das supostas derrotas artiguistas na Banda Oriental para as tropas de Diogo de Sousa, a notícia da confirmação da paz entre a Junta portenha e a monarquia portuguesa, que foi celebrada, como informa a Extraordinária Ministerial, com a mediação do embaixador inglês no Rio de Janeiro Lord Strandford, que encaminhou ofícios junto com o representante de D. João em Buenos Aires, o Coronel D. João de Redemaker, tendo este emprestado seu nome ao Tratado.

Munido da informação do falecimento do Conde de Linhares, que diversas vezes foi o alvo da crítica de Hipólito à política da Corte do Brasil para a região platina, o editor do *Correio Braziliense* demonstrou, no Nº 61 de seu jornal, de junho de 1813, sua satisfação com o procedimento da política externa do Reino de Portugal naquele momento:

Eh com grande prazer que ouvimos que o Governo do Brazil está determinado a não empregar os seus recursos na ruinósa guerra, que se tinha começado contra as colonias Hespanholas do Rio da Prata; posto que, a este respeito desejaríamos, que a via das negociaçoens fosse mais attendida do que he, e mais livre da influencia estrangeira do que nos consta ser, alegra-nos o saber, que se tem abandonado a politica dos *grandes golpes decisivos*<sup>59</sup>.

Logo do encerramento da primeira campanha militar portuguesa no Prata, escassearam as referências a Artigas no *Correio Braziliense* durante o interstício que antecedeu a segunda, de 1816. Uma consequência natural, dada a prioridade de Hipólito pelos assuntos pertinentes à Coroa portuguesa, ausente, naquele momento, do conflito platino.

---

<sup>59</sup> Hipólito da Costa colocou em itálico esta frase por se tratar da expressão utilizada pelo Conde de Linhares na Ordem Régia que expediu a D. Diogo de Sousa para que entrasse com a maior força sobre o território espanhol dando ao mesmo tempo “os golpes mais decisivos”, e que marcou o início dos conflitos envolvendo a primeira intervenção militar portuguesa no Prata. Esta Ordem se encontra no Volume VII, Nº 43, de dezembro de 1811, do *Correio Braziliense*, à página 709; a severa crítica que Hipólito faz à atitude do Conde de Linhares está localizada na página 765 do mesmo número.

Como vimos, o destaque que ganhou Artigas dentro das análises de Hipólito nestas ocorrências, limitou-se à participação que aquele teve como comandante de tropas no cenário dos conflitos, sendo sua figura vinculada, como deveria ser, ao governo revolucionário de Buenos Aires.

A distância em que Hipólito se encontrava dos fatos ocorridos na América no período em questão, explica o atraso com que seu periódico abordou os acontecimentos mais importantes. Isto fica evidente pela omissão de acontecimentos importantes dentro da carreira política de Artigas no Prata, que só seriam mencionados – e quando o foram – quando em contraste aos interesses da política bragantina na América, como veremos mais adiante.

Mesmo que estivessem reduzidos os casos, em dois momentos, pelo menos, podemos encontrar referências de Artigas que tornam possível ao leitor do periódico de Hipólito deduzir a posição que o caudilho passaria a ocupar dentro do cenário político platino.

Como primeiro momento, destacamos uma breve informação oferecida por Hipólito no N° 64 do seu jornal, saído da prensa tipográfica em setembro de 1813. Justifica o editor ter extraído a informação de uma gazeta extraordinária de Buenos Aires com a data de 19 de junho do referido ano. Notemos como o nome de Artigas foi inserido na matéria:

Os revolucionistas tinham ainda no cerco de Montevideo 7 a 8.000 homens; mas duvidava-se da fidelidade de seu chefe, o General Artigas; suppondo algumas pessoas, que se a patente, que lhe mandou a juncta de Sevilha, lhe chegasse á mão antes d'elle se ter declarado a favor da insurreicção, seria este general agora um activo partidista dos realistas.

Esta informação careceu de uma contextualização mais detida de Hipólito. Porém, considerando a data da publicação e tendo em vista que o *Correio Braziliense* apresentou em números anteriores os ofícios que antecederam o segundo sítio de Montevideu, trocados entre o governo de Buenos Aires e o governador de Montevideu, José Gaspar de Vigodet<sup>60</sup>, podemos identificá-la no contexto do conflito de interesses sobre o comando dos exércitos orientais de que tratamos no primeiro capítulo, envolvendo Artigas e Sarratea.

Certamente, sendo o fragmento de texto que citamos derivado de uma informação provinda de Buenos Aires, a dúvida levantada quanto à fidelidade de Artigas aos revolucionários da cidade-porto nasceu da cautela do general oriental em aderir ao cerco em conjunto com as forças que o Governo portenho enviava sob o comando de seu desafeto

---

<sup>60</sup> Em 18 de novembro de 1811, Javier Elío declarou abolido o Vice-Reinado do Rio da Prata e regressou à Europa, assumindo Vigodet como Capitão General e Governador.

Sarratea, o que de fato só ocorreu depois que este foi substituído por Rondeau, devolvendo, momentaneamente, o comando das tropas orientais a Artigas (PIGNA, 2010).

O segundo momento em que o periódico de Hipólito apresenta Artigas em ocasiões relevantes da revolução platina, entremesas as duas intervenções portuguesas, é encontrado em uma edição do periódico (Nº 68) datada de janeiro de 1814. Trata-se de uma matéria extraída do jornal *El Conciso*<sup>61</sup>, de Cádiz, a qual nos apresenta acontecimentos interessantes que antecederam a realização da Assembleia do Ano XIII.

O editor do *El Conciso* inicia sua análise atendendo ao assunto do sítio de Montevideu que perdurava durante o ano de 1813. Sua contribuição é a de trazer mais informações sobre o impasse no comando oriental entre Artigas e Sarratea, sem deixar de oferecer os típicos comentários pejorativos das gazetas de Cortes, quando estas abordavam assuntos que envolviam as revoluções da América espanhola:

Artigas era o sitiador de Montevideo, Rondeau o seu segundo: Sarratea também era General. Mas como entre perfidos não pôde durar muita união, houveram disputas e etiquetas, e parece que os amotinados que governam Buenos-Ayres cuidavaõ já em se desfazer de Artigas.

Sabemos que após a retirada portuguesa da Província Oriental, Buenos Aires obrava de forma a neutralizar a influência que Artigas conquistava entre os pueblos orientais para concretizar seu objetivo de controle político da região. Depois da assinatura do armistício de outubro de 1811, as relações de Artigas e Buenos Aires jamais se afinariam novamente, algo que contribuiu para acelerar o reconhecimento de Artigas como líder político dos orientais, tendo no episódio do Êxodo a confirmação da lealdade que conquistara o caudilho. Entretanto, a fama de Artigas que crescia entre as províncias do Prata, chegava à Europa com atraso e de forma fragmenta.

No ano de 1814, o Velho Mundo estava próximo de ver a concretização da vitória da contrarrevolução absolutista sobre Napoleão, e as gazetas daquele Continente investiam fortemente na crítica antirrevolucionária, associando os movimentos independentistas da América hispânica à Revolução Francesa.

Um exemplo do mencionado, temos no trecho apresentado a seguir, que encontramos na continuação da reflexão que fez o periódico *El Conciso*. Referiu-se aos revolucionários de

---

<sup>61</sup> Periódico que teve seu número de estreia em Cádiz na data de 24 de agosto de 1810 e se trasladou para Madri em janeiro de 1814. Estabeleceu em Cádiz o padrão do periodismo político, pois foi o primeiro do gênero e alcançou grande difusão e popularidade. Sua publicação foi encerrada em 11 de maio de 1814 pelo Decreto Real de Fernando VII que restabeleceu o Antigo Regime e proibiu a imprensa liberal na Espanha.

Buenos Aires, dizendo que: “Succediaõ em Buenos-Ayres umas ás outras as mudanças dos systemas do Governo, com o pruido de variar e querer inovaçoens semelhantes aos do tempo de Marat e Robespierre”.

Dentro de abordagens semelhantes a transcrita acima, começou a aparecer nuances sobre o movimento artiguista dentro do debate político internacional da época, oportunizando às populações do território do Brasil tomarem conhecimento destes fatos através das páginas do *Correio Braziliense*.

Na continuação da matéria do periódico de Cádiz, temos uma prova para os contemporâneos da folha, acerca do alcance que o movimento de Artigas conquistara na campanha platina. Isso pode ser identificado quando analisamos a descrição do jornal pertinente à maneira pela qual os orientais estavam procedendo na esfera das decisões políticas:

O povo do lado oriental das Provincias-Unidas do Rio da Prata, tendo concorrido por seus Deputados a declarar seu parecer sobre reconhecer a soberána assemblea constituinte, concordou, examinada a vontade geral, em reconhecer a dita soberana assembléa, com as condiçoens em que assentaraõ os seus deputados.

Importante notarmos o teor das informações que o *Correio Braziliense* estava transmitindo para a sociedade sul-americana e europeia da época: a existência de um povo que tem sua vontade examinada e concorda com o caminho que se apresenta no cenário político, prática que era uma novidade dentro do campo da representação política da época, e que tinha a sua expressão maior, no período estudado, nos Cabildos abertos realizados pelas populações da América espanhola.

O trecho do documento que citamos acima, teve omitido o nome de seus autores pelo gazeteiro espanhol. Foi copiado na matéria de maneira resumida, apresentando sete condições assentadas pelos deputados orientais, algumas semelhantes às instruções de Artigas ao deputado Tomás García de Zuñiga, que dariam origem às Instruções aos deputados orientais do ano XIII, que sintetizavam o programa político de Artigas.

Na sequência do documento, temos referência ao caudilho na primeira cláusula, que solicitava:

1ª. Dar-se uma publica satisfação aos póvos orientaes pelo procedimento antiliberal que tiveraõ com eles, Sarratea, Viana, e outros expulsos. E porque o General Artigas, e seus soldados garantiram a segurança da patria, especialmente na

campanha de 1811, serão declarados verdadeiros defensores da liberdade proclamada na America.

Esta era a confirmação do prestígio angariado por Artigas do lado oriental das antigas possessões espanholas do Rio da Prata, expressadas nas páginas da imprensa da época.

Igualmente relevantes se compararmos às estruturas dos organismos políticos do absolutismo, são as cláusulas sexta e sétima, que assinalavam a proposta oriental de Estado confederativo:

6ª Reconhecer-se e garantir-se a confederação offensiva e defensiva de este lado com o resto das Provincias Unidas, renunciando qualquer dellas á subjução que teve lugar pela conducta do Governo Anterior.

7ª Em virtude da dicta confederação ficará este lado na plena liberdade quer adquirio como povo livre, mas fica desde já sujeito á constituição emanada do Soberano Congresso geral da nação, e ás suas respectivas determinaçoens, tendo por base a liberdade.

Confederação offensiva e defensiva, renuncia à subjução, povo livre e Constituição que tem na liberdade sua base, são reivindicações novas para as mentalidades do Antigo Regime.

O jornal *El Conciso*, colocou tais reivindicações na pauta do seu texto em meio a comentários recheados de adjetivos e comparações, que serviam para deslegitimá-las perante os seus leitores, tais como “desunião dos pérfidos”, ou “as mogigangas que fazem os de Buenos-Ayres”.

Hipólito da Costa selecionou as informações deste periódico espanhol também porque concordava com aspectos do relatados na matéria, pois não refutou em comentários as ideias ali expressas. Pelo contrário, anunciou a publicação do excerto deste jornal justificando que que havia longo tempo que não recebia notícias da sorte de Montevideu e que, na falta de assuntos de interesse mais direto, estava extraindo o que parecia ser “dever extrahir do Conciso [periódico]”.

A preocupação com a sorte de Montevideu se devia ao fato daquela cidade estar se mantendo leal à Coroa espanhola durante a revolução platina, e o “dever” do *Correio Braziliense* era trazer informações que contradissem as que mencionavam os sucessos de Buenos Aires durante o Sítio. Nada melhor para cumprir estas metas que um gazeteiro amigo para maldizer os eventos revolucionários. A falta de assunto de interesse direto, observada por Hipólito, refere-se aos pertinentes à Corte do Brasil, ausente do conflito naquele momento.

Agradavam a Hipólito da Costa as inovações dos tempos, porém, as informações de que o pensamento político de Artigas também abrangia a benfeitoria às classes subalternas que o acompanhavam, causariam no futuro desconforto ao editor do *Correio Braziliense*.

Assuntos que se dedicavam a informações análogas às referidas, começariam a povoar a folha de Hipólito a partir de 1816, quando a Coroa bragantina, livre do problema napoleônico, voltaria a atenção de sua política internacional para o Rio da Prata. A posição de Hipólito quanto à esta empreitada bélica portuguesa no Prata sofreria modificações importantes em comparação com a primeira. E veremos que a ascensão do artiguismo e o perigo que este representava para a monarquia lusitana foram as causas. Foi a partir deste momento que encontramos uma interpretação mais detida sobre o movimento oriental liderado por Artigas dentro do *Correio Braziliense*, tendo Hipólito já alguma noção da carreira do caudilho oriental, ofertando-nos análises mais de acordo com o que ocorria no Prata naquele período, não sendo Artigas apenas um mero militar que não preocupou Hipólito durante suas interpretações.

### 3.2 *Portugueses contra Artigas na Banda Oriental: A campanha de 1816*

O panorama da região platina se modificou durante o período entre as duas campanhas militares portuguesas na Banda Oriental.

Depois de um período de oscilação das relações entre Buenos Aires e Artigas que desencadearam o advento da guerra civil, o artiguismo se tornou o grande opositor da velha ordem política no Prata. Os revolucionários de Buenos Aires não mais escondiam seu desejo de estabelecer um Governo central com amplos poderes na antiga Capital do Vice-Reinado. O Diretório portenho obrava para a derrocada do sonho federal no Rio da Prata. A esperança dos monarquistas da Hispano-América de ver a Restauração de Fernando VII alcançar o Novo Mundo só encontrava alento nos boatos que as gazetas europeias divulgavam, mais pautados pelo desejo que pela realidade.

A Corte joanina, que interferiu no conflito de 1811 em solidariedade à causa monárquica dos súditos espanhóis de Montevidéu, esteve atenta à ascensão do artiguismo durante os anos em que esteve ausente dos conflitos. A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, a partir de 1815, aumentava a chance da concretização da política americanista para o Brasil que Hipólito da Costa tanto desejava para que se cumprissem as reformas que militou durante anos nas páginas de seu periódico.

A balbúrdia sobre os sucessos dos artiguistas na guerra civil no Prata, fizeram com que Dom João VI se dirigisse ao gabinete britânico, em junho de 1815, queixando-se sobre os assustadores progressos que o espírito revolucionário conquistava nas Províncias do Rio da Prata, ocasionando a apreensão em seu Governo sobre uma situação que ameaçava a segurança do Brasil (ABADIE, 1974). Os portugueses preparavam o terreno para uma nova invasão e solicitavam a benção da Inglaterra no empreendimento.

Hipólito da Costa, severo crítico do que ele chamava de invasão do território espanhol do Prata, parece ter se solidarizado, desta feita, aos motivos de seu Governo para a nova intervenção militar na região platina.

No segundo Volume do *Correio Braziliense* que se publicou no ano de 1816, exatamente no N° 98, de julho, encontramos as manifestações de Hipólito quanto à reinvestida militar portuguesa no Prata, incumbida à Divisão de Voluntários Reais, comandada por Carlos Frederico Lecor.

Nesta cobertura jornalística, Hipólito ofereceu aos seus leitores a possibilidade de conhecer mais detalhes da trajetória de Artigas no campo das disputas platinas, preenchendo lacunas que haviam ficado vazias em números anteriores do seu jornal, tais como a abordagem da cisão política de Artigas com o Governo diretorial. Trouxe, também, detalhes que remontavam a carreira de Artigas como oficial do Corpo de Blandengues, uma espécie de polícia rural criada pela Coroa espanhola para fiscalizar o contrabando e obliterar os excessos cometidos por seus agentes nas regiões fronteiriças, para a qual Artigas foi nomeado em julho de 1797 (MEDEIROS, 2017).

Vejamos estes detalhes valiosos que Hipólito apresentou sobre esta fase do caudilho e as associações que fez, naquele momento, após situar geograficamente o local que as tropas de Lecor foram ordenadas a ocupar:

O territorio, de que fallamos acha-se dominado por um dos chefes revolucionarios, chamado Artigas; o qual, sendo um contrabandista nas fronteiras limitrophes do Rio-Grande e Montevideo; foi nomeado pelo antigo Governo Hespanhol, tenente de Belendengos, que he uma especie de tropa de policia, empregada a perseguir e prender contrabandistas [...] Como mestre daquelle mesmo officio ninguem sabia melhor o modo de apanhar os Contrabandistas; e, quando aconteceu a revolução de Buenos-Ayres, déram a este partidario um comando consideravel; e pouco depois se declarou Governador em chefe do territorio Hespanhol ao Norte do Rio-da-Prata; sem obedecer á Junta Revolucionaria de Buenos-Ayres; nem a El Rey de Hespanha .

Ainda que o *Correio Braziliense* tenha apresentado as referências a Artigas de que tratamos na seção anterior deste trabalho, seu editor detalha que um dos chefes revolucionários se chama Artigas, como se este jamais tivesse sido mencionado pelo seu

periódico. Como supusemos anteriormente, a atenção de Hipólito estava mais dedicada a criticar a Corte do Brasil pela invasão de 1811 do que se deter a enumerar e detalhar movimentos realizados por comandantes de tropas inimigas de Portugal.

A informação da origem militar do caudilho demonstra que Hipólito passou a conhecer o potencial daquele líder platino para gerar problemas para a Corte do Brasil. No entanto, o texto de Hipólito ainda possuía o tom especulativo sobre as motivações do então recém coroado Rei Dom João VI<sup>62</sup> para um novo ataque ao território da Banda Oriental. A este tema Hipólito propôs três hipóteses na sequência de sua análise na matéria em questão:

Uma, que o Governo do Brazil vai de acordo com Artigas; e que este lhe desêja entregar o território, que commanda [...] Outra, que El Rey de Portugal vai a tomar posse daquellas terras, em consequencia de ajustes, e de intelligencia com El Rey de Hespanha [...] Terceira, que não há nisto nenhum ajuste, e que a Côrte do Rio-de-Janeiro, obra de seu motu proprio, tomando este território, para se livrar de um vizinho incommodo; porque Artigas favorece a deserção dos soldados Portuguezes; porque abriga os escravos, que fogem do Brazil; e porque não cuida em cohibir crimes que commetem os sudditos de ambas as partes.

Esta última suposição de Hipólito ilustra seu conhecimento da região em questão. Passou sua infância na região e a sorte daquelas bandas lhe era cara. As previsões de Hipólito tinham fundamento. Alguns fatos da história confirmam. Conhecemos, por exemplo, a associação de personalidades da Capitania de Rio Grande com Artigas, por meio do famoso trabalho de Aurélio Porto, de 1929, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, em que revela o nome de riograndenses adeptos do artiguismo em anos anteriores ao da campanha da Divisão de Lecor.

Tais foram os casos de Pedro Vieira, possivelmente natural de Rio Pardo, o qual, diz Aurélio Porto, teria feito “retumbar o grito de ascensio” (PORTO, 1929, p. 377). Também teria a mesma origem rio-pardense, Francisco Bicudo, morto pelo então furriel Bento Manuel Ribeiro quando defendia a praça de Paysandú lutando por Artigas e pela defesa da independência do Estado oriental. Somam-se a estes, os nomes de Manoel Pinto Carneiro da Fontoura. Vanguardeiro e amigo de Artigas, alcançou o posto de coronel, sendo morto pelos companheiros com que servia; e o jovem Bento Gonçalves, futuro líder farroupilha, que desertou das fileiras portuguesas para ser soldado artiguenho antes de ser juiz de paz na Banda Oriental.

Embasados pelas informações de Aurélio Porto, podemos constatar o tino de Hipólito quanto a interação que a região fronteira possibilitava aos sujeitos e as implicações que

---

<sup>62</sup> A coroação de D. João ocorreu em maio daquele ano.

decorreriam da formação de uma confederação entre as províncias do Rio da Prata, tendo Artigas como cabeça.

Seguindo seu hábito costumeiro de predizer o desfecho dos acontecimentos que envolviam a política portuguesa, Hipólito concluía sua análise das três suposições que apresentou da seguinte forma:

Em qualquer destas hypoteses; se a Côrte do Brazil mostrasse ficar satisfeita unicamente com a posse do territorio, que temos descripto, e que se acha governado por Artigas, a Juncta de Buenos-Ayres se daría por mui contente, vendo-se por este meio livre de tão formidavel rival, que eh Artigas. Mas se os de Buenos-Ayres virem, que as vista do Governo Portuguez se estendem além daquelle objecto, de necessidade se haõ de pôr em campo contra os Portuguezes.

Novamente Hipólito demonstra sua capacidade de compreensão sobre a política dos fatos para analisar a conjuntura da situação. Mesmo passando, praticamente dois anos sem mencionar Artigas no *Correio Braziliense*, tinha ciência do rompimento de Buenos Aires com Artigas, e que a possibilidade de derrocada do caudilho frente ao exército de Lecor foi considerada pelo Diretório. Tal foi a motivação deste Governo em recusar o envio de auxílio aos orientais durante o conflito destes com os portugueses.

Igualmente digno de nota, é o fato de Hipólito da Costa se referir a Artigas como um “formidável rival” para Buenos Aires; adjetivos desta ordem não estarão mais associados a Artigas em números futuros do *Correio Braziliense*. Contudo, no seguimento desta extensa análise inicial da nova incursão portuguesa na Banda Oriental, Hipólito reconhece algumas qualidades de Artigas, não sem antes detalhar que a derrota do chefe oriental era certa, pois não encontraria recursos suficientes para se opor a força preponderante do exército português, nem teria ajuda de aliados, porque os de Buenos Aires não se uniriam ao caudilho, em decorrência da relação que Hipólito considerava como sendo de ódio recíproco que construíram durante o desenrolar da revolução.

Então, mesmo julgando como improvável o êxito de Artigas na campanha contra os lusitanos, Hipólito nos deu uma descrição de Artigas nesta matéria valorizando os seus atributos como estrategista militar. Seleccionamos no extrato a seguir uma ponderação de Hipólito que explica nossa observação:

Naõ queremos contudo dizer, que as tropas Portuguezas poderaõ tomar posse daquelle territorio ás mãos lavadas. Artigas he um chefe de partidistas, de suma actividade e valor; em parte nenhuma do Mundo se entende, melhor do que naquele paiz, a pequena guerra; que se denominou agora na Hespanha *guerrilhas*; e os

ataques desta natureza são capazes de fatigar os melhores exercitos regulares, como experimentáram os franceses na Hespanha na guerra passada.

Aí foi referido por Hipólito a importância da guerrilha para os exércitos artiguistas, uma técnica de combate que tinha na cavalaria ligeira seu grande trunfo. Acredita-se que tenha sido legada aos riograndenses que estiveram presentes nos eventos de 1811-12 contra Artigas, e que alguns anos depois seria amplamente utilizada pelas tropas farroupilhas na insurreição contra o Império brasileiro do ano de 1835, contribuindo para que os revolucionários resistissem a um exército maior e mais bem equipado por dez anos (WIEDERSPHAN, 1979).

Estas primeiras impressões referentes à segunda intervenção portuguesa no Prata encontradas no jornal de Hipólito, mostram Artigas como um inimigo de respeito, inclusive tendo merecido uma breve biografia, em que sua capacidade militar era destacada. O *Correio Braziliense* fez questão, de certa forma, de mostrar Artigas com a relevância que justificasse o envio de um destacamento militar desde a Europa, como foi o caso dos Voluntários Reais, para frear o que poderia se tornar um problema maior.

Hipólito foi um defensor acalorado desta campanha portuguesa no Prata. Isso ficaria mais evidente pela postura dele em matérias encontradas nos números seguintes de seu jornal. Em três oportunidades encontramos textos de Hipólito militando a favor da intervenção portuguesa no Prata. Principalmente em oposição à opinião de outras gazetas, em um forte trabalho de persuasão da opinião pública, diferentemente do que verificamos durante a campanha de Diogo de Sousa.

É o que se pode verificar na contestação que Hipólito da Costa oferta ao seu tradicional antagonista da época, o jornal *O Investigador Português*<sup>63</sup>, quando este último se declarou contrário à medida de guerra joanina de 1816 para pacificação da fronteira. No texto com data de agosto de 1816, disponível no Nº 99 do *Correio Braziliense*, temos pormenorizada a opinião de Hipólito quanto ao envolvimento português no conflito.

Inicia Hipólito sua teoria, esclarecendo que a “guerra por muitas vezes é um mal necessário”, e se justifica da seguinte forma:

Informados, como nós estamos, do incommodo que a vizinhança do general Artigas tem causado ao Brazil, achamos mui racional, que a Côrte do Rio-de-Janiero

---

<sup>63</sup> Periódico criado em Londres, em julho de 1811, a mando da representação lusa e sob proteção de D. João VI. Era orientado diretamente pelo embaixador português na Inglaterra, D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde de Funchal, irmão do já referido Conde de Linhares. Sua publicação se dedicava ao Brasil, principalmente para se opor às ideias do então considerado “subversivo” *Correio Braziliense*. Seu último número data de fevereiro de 1819.

tentasse a conquista de todo territorio ao Norte do Rio-da-Prata, e a leste do Paraguay [...] He indubitavel que a addiçaõ daquelle territorio ao Brazil, lhe procura limites mui naturaes, e izentos de controversias; mas não bastava isso para que a Côrte do Brazil tivesse direito de invadir os paizes vizinho. Menos poderia justificar a guerra, a utilidade da aquisiçaõ; porque, além de que essa utilidade nunca dá tal direito a naçaõ alguma; tal utilidade não existe, falando simplesmente do vallor do terreno, a respeito do Brazil; aonde o que sóbram são terras, sem que haja habitadores que as cultivem.

Podemos notar que Hipólito declina momentaneamente da defesa da necessidade de aumentar a população do Brasil ao invés de seu território, como já referimos no segundo capítulo deste trabalho, e que utilizava para dar maior expressão a sua posição contrária à primeira campanha militar portuguesa no Prata.

Deste momento em diante, o receio que Hipólito nutria pela atividade artiguista na fronteira foi seu álibi para defender a Coroa portuguesa na guerra que se estabelecia no reino da opinião pública através da imprensa escrita.

A contestação endereçada aos responsáveis pelo *Investigador Português*, por não estarem fazendo o mesmo, ou seja, opinando a favor da intervenção militar, pretendia legitimar a atuação portuguesa no Prata, que como o próprio Hipólito referiu, era impopular na Europa.

As novas informações que Hipólito inseriu sobre as tropas de Artigas em seu texto, talvez possam justificar seu empenho na defesa da empresa militar da Corte do Rio de Janeiro. Estariam elas ligadas ao problema das definições da fronteira com a Capitania de Rio Grande, dando origem ao que Hipólito deu o nome de “campos neutrais”, existentes desde a execução do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 e que, segundo Hipólito, não ofereciam condições para serem ocupados por nenhuma das monarquias, servindo de “couto aos contrabandistas e facinorosos de ambas as partes”. Este problema, continua Hipólito a explicação, era amenizado pelas partidas a cavalo que o Governo espanhol enviava a estes locais (divisão dos Blandengues), mas que não eram mais possíveis na situação de rebelião que existia na região.

Construindo estes pressupostos, Hipólito passa a ligar os componentes das tropas de Artigas ao banditismo, sempre empregando termos que fizessem referência a aspectos semelhantes, como no excerto a seguir derivado da mesma explanação que estamos tratando:

Constam as tropas de Artigas de homens alevantados, contrabandistas por officio, e malfeitores por habito: não tem outra paga senão o que obtem com a pilhagem, não ja contra os seus inimigos sómente, mas até contra os mesmos povos, que vivem sujeitos ao Governo de Artigas; e este general não póde conduzir tais tropas por outro meio, que não sejam os que empregam os cabeças de salteadores, que vêm a

ser, deixando os de seu bando fazer quanto querem, e capitaneando-os unicamente ao combate, quando se tracta da defesa commum [...] Os escravos, que fogem do Brazil, os desertores, os facinorosos são todos bem acolhidos pelas partidas de Artigas no campo neutral.

Esta citação nos permite observar Hipólito da Costa qualificando Artigas como um “cabeça de salteadores”, depois de tê-lo elogiado no número anterior, como mostramos, por suas virtudes como estrategista militar. A lista de indivíduos que Hipólito enumera como participantes das “hostes” artiguistas, contém os que eram considerados, à época, como elementos destoantes do que se esperava como modelo de “súditos exemplares” das monarquias absolutistas, ou seja, verdadeiros párias, tais como eram vistos os escravos, fugidos ou não, desertores, facinorosos e salteadores. Sempre que estas associações se fizessem presentes nas análises dos movimentos revolucionários, estes seriam interpretados dentro de uma condição que os promoveriam para a sociedade como perturbadores da ordem.

A partir de publicações semelhantes à esta, que começaram a aparecer no *Correio Braziliense*, o conservadorismo de Hipólito ficou mais explícito em sua análise dos eventos. Seu repertório de termos degradantes variaria pouco, mas continuaria firme no propósito de legitimar a tomada da região pelo exército português, insistindo que se tratava de uma guerra de segurança, não vendo outra maneira que não fosse a ocupação militar da região para solucionar tamanho problema que representava Artigas.

Hipólito continuou a corroborar seus argumentos nos números ulteriores à contestação ao *Investigador Português*. Seguiu sua missão pessoal de refutar gazetas inglesas críticas das medidas bélicas de Portugal no Prata, pronunciando-se, em outubro de 1816 (Nº 101), tal como citamos abaixo:

Quando um individuo, ou alguns poucos se rebéllam contra o Governo de seu paiz, este eh sem duvida o unico juiz competente dos rebeldes; porém quando os chamados rebeldes abrangem uma parte taõ consideravel dos subditos, que possam constituir uma nação; o caso se suppoem diferente; e as naçoens estrangeiras pódem nisto intrometer-se com razão e justiça.

Acima vemos Hipólito preocupado com a formação de mais um Governo rebelde, sendo que o de Buenos Aires já era considerado assim. O “cabeça de salteadores” que foi mencionado anteriormente em trecho de outro texto do *Correio Braziliense*, estava rebelando um número de súditos que poderia compor uma nação. Tendo em vista a iminente anarquia que sucederia o êxito de uma empreitada rebelde sob tutela de Artigas, Hipólito acrescentou

este fato a sua argumentação favorável à intervenção portuguesa na região, e sugeriria o estado anárquico que se desencadearia e seus problemas decorrentes repetidas vezes.

Artigas passaria, portanto, a aparecer neste contexto como um causador da anarquia. Esta possibilidade incomodava Hipólito, e ele ainda tinha de conviver com o boato que dava conta de que o caudilho oriental e Buenos Aires formariam uma aliança para rechaçar os portugueses do território oriental. Estas preocupações inspiraram a análise que fez de como Artigas mantinha o controle das paragens que se apossava:

no territorio da parte Septentrional do Rio-da-Prata, não ha nenhuma forma de Governo estabelecido, governando Artigas de facto, sem que alegue de quem lhe veio a jurisdicção que exercita, nem que titulo tem, nem a que legislação obedece [...] Taes são os vizinhos do Brazil! E he possivel que possa algum desapaixonadamente dizer, que isto deve ser indiferente ao Governo do Brazil?

Apegado ao espírito do tempo, em que os títulos nobiliárquicos diziam mais sobre as pessoas que qualquer outro aspecto, Hipólito argumentava que Artigas não possuía tais títulos que lhe pudessem garantir o controle da região, e, portanto, não teria a Corte do Brasil com quem negociar um acordo de pacificação, nem elaborar tratados que ensejassem vantagens para o Governo joanino.

Hipólito tinha razão quando falava das diversas sucessões de governo na região desde o advento das revoluções. Somente em Buenos Aires já haviam tido dois Triunviratos e um Governo Superior naquele momento, além do ensaio da Liga Federal de Artigas. Este último, em verdade, ao contrário do que pensava o redator do *Correio Braziliense*, atribuiu o título de Protetor do Pueblos Libres a Artigas, algo que Hipólito devia desconhecer, pois havia extraído as informações que debatia do contexto que deliberavam as gazetas de Buenos Aires. Embasados por isso, podemos deduzir que não seria surpresa se as gazetas bonaerenses omitissem qualquer referência à formação da Liga artiguista em suas páginas, temendo a adesão de outras províncias à causa federal.

Dentro deste contexto de incerteza que resumia o espectro político platino surgiu a notícia de que o exército de Lecor havia consumado a tomada da cidade de Montevideú. A incerteza que isto ocasionou, gerou acirradas discussões no *Correio Braziliense* para justificar esta empresa joanina.

### 3.3 Os boatos nas gazetas inglesas sobre a ocupação de Montevideú

O *Correio Braziliense* seguiu com seu trabalho de promoção da campanha portuguesa no ano de 1817, trazendo novas justificativas para a posição de seu editor. O Volume XVIII do *Correio Braziliense*, que examinaremos agora, contém um rico repertório de considerações de Hipólito da Costa sobre esta campanha contra Artigas.

Antes, continuou reforçando sua defesa das motivações portuguesas, com o seu habitual combate ao posicionamento de alguns jornalistas ingleses críticos da paz armada que Portugal tentava estabelecer no Prata às vésperas da ocupação de Montevidéu.

Abria a discussão contida no Nº 104 do jornal de Hipólito, de janeiro de 1817, mesmo mês que a Divisão de Voluntários Reais tomaria Montevidéu, a consideração de três proclamações apócrifas, sendo duas delas supostamente do general Lecor. Jornalistas ingleses estariam utilizando estes textos de autoria duvidosa para distorcer o objetivo da campanha portuguesa contra Montevidéu, ao que Hipólito tratou de esclarecer os equívocos, não sem antes indicar a necessidade que tinha o Governo português de se manifestar de maneira oficial negando tais textos, pois informações quanto à procedência apócrifa destes textos foram dadas somente pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, portanto extraoficialmente.

Pelo conteúdo destas proclamações, a Corte bragantina estaria prestes a realizar a invasão de Montevidéu em concerto com a Corte de Madri, e o governo que haveria de se estabelecer naquela região teria o caráter de provisório, indicando que o objetivo da ocupação, tal como escreveu Hipólito, “he acomodar a inquietação daquelles povos: castigar os cabeças dos amotinadores; os quaes tem feito alguns males ao Brazil, e prohibido o commercio nas fronteitas”.

Hipólito confirmaria que sua compreensão concordava com esta hipótese proposta pelo texto apócrifo, como ele mesmo diversas vezes salientara o problema decorrente da incidência de determinados tipos de indivíduos que passariam a andar livres na fronteira sul do Brasil enquanto as rebeliões dos súditos espanhóis não fossem contidas, exatamente como expusemos anteriormente. Mas seu propósito maior na extensa exposição que se seguiria, era o de ofertar objeções aos assuntos que estavam sendo debatidos nos textos das gazetas da Inglaterra.

De tais assuntos, três foram selecionados por Hipólito. O primeiro dizia respeito à obrigação que teria a Corte do Brasil de elucidar ao Governo britânico quais eram as suas intenções com o plano de invadir Montevidéu; desta situação derivava o segundo assunto, pois o modo de operar do Governo joanino provocava a Espanha ao não esclarecer um justo motivo para tal empresa; e o último considerava o temor e receio que deveria ter o Governo

do Brasil dos males que adviriam do fato de serem os insurgentes irritados pela invasão injusta de seu território.

Hipólito ofereceu suas objeções, surpreendentemente, lembrando que Portugal não devia explicações à Inglaterra, pois este Governo durante anos, diz Hipólito, acostumou-se a ver Portugal como um Estado fraco e dependente, fazendo com que muita gente considerasse o Brasil do mesmo modo. A partir de então, resume Hipólito, “O Brasil tem todo direito de proteger suas fronteiras, e portanto tomar as medidas, que julgar convenientes, a respeito das provincias insurreccionarias vizinhas”.

Hipólito continuava a aproveitar as páginas de seu jornal para legitimar a invasão portuguesa perante a opinião pública internacional. Deixou isto claro quando rebateu a ideia de uma possível crise com a Espanha que derivaria destas hipóteses:

Se El Rey de Hespanha não tem, como prova o facto, a força bastante para reduzir á obediencia as suas colonias nem as obrigar a que se portem como devem para com seus vizinhos no Brazil, não se pode escandalizar de que o Gabinete do Rio-de-Janeiro procure fazer-se justiça por suas mãos, atacando os chefes da insurreição, e tomando posse de suas fortalezas necessarias para abrigar suas fronteiras.

Com esta argumentação, estavam por Hipólito validadas as motivações da Corte do Rio de Janeiro, e ele utilizaria este fator para costurar sua teoria sobre o movimento liderado por Artigas no Prata e inseri-la dentro da ideia de guerra-justa. Assim procedeu quando da conclusão de seu texto. Ali abordou as possibilidades que possuíam os insurgentes de gerarem problemas à Corte de D. João, agregando novos predicados à figura de Artigas, como se pode ver no trecho subsequente:

Artigas governa o territorio de Montevideo, nas fronteiras do Brazil, sem reconhecer o Soberano de Hespanha; sem obedecer aos Governos Republicanos, que se tem estabelecido naquellas provincias revoltadas, e sem mostrar outro titulo para governar aquelles povos, senão a força das tropas, que tem aggregado debaixo de seu commando. Alem disto, sêja porque não póde, sêja porque não quer reprimir a licenciosidade dos foragidos, que formam o seu exercito, Artigas permite que as suas tropas façam continuadas correrias no territorio do Brazil, senão ameaças de que excitará uma revolução nas províncias que lhe ficam contiguas.

É possível inferir pelo que disponibilizamos acima, que Hipólito procura solucionar a mencionada falta de um título que se atribua a Artigas, emprestando-lhe o de “tirano”, pois atribui à força das tropas o método que Artigas se utilizava para poder governar. Encontramos o argumento da tirania de Artigas reafirmado em números posteriores do *Correio Braziliense*.

Hipólito media as possibilidades de Artigas se valendo da sua já conhecida posição, relembrando que Artigas não teria outro poder “senaõ o que se póde comparar ao chefe de um bando de salteadores”. Por causa do modo como operavam as tropas de Artigas, pelas já mencionadas guerrilhas, tornava-se possível a ocorrência das mencionadas “correrias” no território do Brasil, que consistiam em investidas para o apresamento de gado e que, ocasionalmente, incidiam em propriedades de portugueses da Capitania de Rio Grande (WIEDERSPHAN, 1979). A solução para isto seria, aconselhava Hipólito, tomar de Artigas o território de Montevidéu até o rio Uruguai.

Finalizando sua análise, reiterava Hipólito as poucas chances de êxito do caudilho naquele momento, por não ter aliados com quem contar:

Artigas não pode achar acolhimento, nos governos que se tem estabelecido no Paraguay: porque elle se tem sempre mostrado inimigo de Buenos-Ayres, e de S<sup>ta</sup>. Fe; e estes Governos tem entre si tanto que fazer, e precisam tanto de suas tropas, para se defenderem dos exercitos Realistas de Lima que não desejarão, para defender seu inimigo Artigas, entrar em guerra com o Brazil; principalmente quando estiverem convencidos que S. M. Fidelissima não tem vistas de conquistar terras, mas unicamente de tomar postos com que se livre dos encommodos, que lhe causa Artigas.

Como estamos vendo, o ano de 1817 trouxe uma quantidade considerável de debates na imprensa inglesa acerca desta empreitada portuguesa no Prata. Não teria Hipólito dado tanta atenção a contestar gazeteiros e jornalistas deste país se isto não estivesse acontecendo. E o que era apenas boato se confirmo na imprensa europeia.

#### 3.4 A confirmação da ocupação portuguesa de Montevidéu de 1817

Continuou Hipólito da Costa no N<sup>o</sup> 105 do *Correio Braziliense*, de fevereiro de 1817, sua “cruzada” contra as informações que julgava não procedentes, ou que afrontassem a medida de guerra da Corte do Brasil contra Artigas. Colaborou para o que estamos descrevendo, o fato de estarem começando a chegar na Europa as notícias que confirmavam a tomada de Montevidéu pela Divisão dos Voluntários Reais, que havia se consumado em janeiro daquele ano, mas, pela imposição da distância, manteve-se apenas como especulação nas gazetas europeias.

Adentrando na discussão de maneira incisiva, Hipólito utilizava sua linguagem áspera contra Artigas para defender a empresa bélica joanina no Prata. A nova especulação dos jornalistas ingleses que vinha fazer coro com a que dava conta da existência de um ajuste com

a Corte madrilenha, era a simples constatação de que a invasão de Montevidéu seria uma consequência da ambição da Corte do Rio. Hipólito redarguiu esta suposição severamente:

Esta acusação he verdadeiramente mui séria, e não se póde sem injustiça avançar, sem prova; e com tudo esses Jornalistas atiram ao mundo com tal preposição; sem terem a bondade de produzirem uma só prova, nem ainda conjectural, em apoio de um ataque de tal natureza, contra o charater moral do Gabinete do Rio-de-Janeiro.

Logo em seguida, Hipólito intentou amenizar o efeito da informação que era “atirada ao mundo”, escusando-a, caso fosse necessário, pelo fator Artigas:

O máo comportamento de Artigas, a usurpação do governo que exercita, sem titulo algum, mesmo até sem nome, que lhe atribua character publico, são factos notorios, e reconhecidos pelo Governo e povo de Buenos-Ayres, que tem publicado ao mundo as suas queixas contra o usurpador Artigas, e que [...] está em boa intelligencia com a Côrte do Rio-de-Janeiro, a pezar desta guerra contra Artigas.

Devido a seu objetivo de defender a ocupação portuguesa de Montevidéu, Hipólito da Costa não poupava esforços para apresentar Artigas como um vilão do Rio da Prata. Sempre que precisava diligenciar a favor do que dissemos, valia-se da adjetivação que depreciava o caudilho. Não podemos afirmar que Hipólito já teria tido contato com a informação que atribuía a Artigas o título de Protetor dos Pueblos, pelo qual era tratado desde a formação da Liga Federal, que organizou seu programa quando esteve fixada em Montevidéu antes da chegada dos portugueses.

Não bastasse o repertório de adjetivos usados contra Artigas por Hipólito que apresentamos até aqui, este se dedicou a contestar, também, comentários positivos relativos ao caráter de Artigas que os jornalistas ingleses estariam publicando nas gazetas, o que, segundo Hipólito, visavam macular o Governo português enaltecendo qualidades do seu adversário:

Quanto á injustiça da guerra, que faz o Brazil contra Artigas, tem-se querido provar, exaltando o charater daquelle homem, que notóriamente era um contrabandista, ou salteador [...] e que sem eleição do povo, nomeação d' outro governo; nem titulo algum bom ou máo, se apoderou, por meio da força de seus sequazes, do governo de Montevideo. Os elogios, pois que se tem escripto em Londres, em louvor daquelle homem, só podem ter sido ditados por algum de seus partidistas, que neste paiz resida; porque são diametralmente opostos aos fatos.

Ter expressado Hipólito que se faziam elogios a Artigas em Londres, denota que, pelo menos lá, existiam sujeitos que estavam inteirados da sua trajetória revolucionária, e que

podiam oferecer um contraponto positivo à opinião majoritária que enxergava em Artigas um bandido.

Não vamos esquecer, como Hipólito parece ter esquecido, que o próprio *Correio Braziliense* publicou um texto do *Conciso*, que reproduzimos um trecho na seção inicial deste capítulo, em que dizia que Artigas seria proclamado defensor da verdadeira liberdade proclamada na América. Porém a informação parece não ter suprido a necessidade que tinha Hipólito de encontrar um título que distinguisse Artigas no Prata. Ausente tais desinências, tornaram-se comum nos textos de Hipólito os termos como os que vimos acima, “contrabandista” ou “salteador”. É indubitável que esses adjetivos causassem uma impressão negativa nos leitores sobre a figura de Artigas

Transcorrida a guerra, foram documentos oficiais que trouxeram ciência ao editor do *Correio Braziliense* sobre os primeiros confrontos de portugueses e artiguistas em terreno oriental, os quais podem ser encontrados no N° 106 do periódico, de março de 1817. Uma Ordem do Dia e extratos de dois ofícios do Marechal de Campo, Sebastião Correa, com datas do mês de setembro de 1816, tranquilizaram Hipólito quanto ao que se tratava da situação portuguesa na região, descrevendo os progressos da vanguarda da Divisão dos Voluntários Reais e o grande serviço que a legião de São Paulo e as milícias de Rio Grande estavam prestando para o sucesso desta campanha<sup>64</sup>.

Hipólito da Costa com estes documentos desmentia as notícias das gazetas inglesas que falavam em derrotas dos portugueses para Artigas, ademais constatava que muito pouco se tinha a temer do caudilho, pelo andamento da campanha.

No número seguinte do *Correio Braziliense*, datado de abril, era finalmente confirmada a chegada de Lecor a Montevideú, tendo sido publicada uma proclamação feita por este general logo de sua entrada na cidade.

Hipólito continuava insistindo em escrever sobre a necessidade de serem publicadas mais notícias oficiais sobre a situação do Prata para não dar margem para as especulações das gazetas inglesas sobre os motivos Coroa joanina com a ocupação. Reiterava que deveriam estas notícias enfatizar que a campanha portuguesa naquelas paragens era, apenas, preventiva contra Artigas.

---

<sup>64</sup> Escreveu Henrique Oscar Wiederspahn (1979), que a Divisão de Voluntários Reais era constituída somente por veteranos portugueses das guerras contra Napoleão na Europa, sem conhecimento geográfico da região ou de suas particularidades. Isto teria motivado o plano de ação portuguesa de formar uma força militar para servir de apoio à esta Divisão, composta por riograndenses, paulistas e catarinenses, para dar combate às tropas de Artigas no interior, deixando para a Divisão comandada por Lecor a incumbência de ocupar a praça mais importante da região, Montevideú.

A conclusão da tomada de Montevideu fez com que diminuísse, momentaneamente, a necessidade que tinha Hipólito de defender a Coroa portuguesa e os propósitos desta perante a opinião pública do Reino Unido. Ele só voltaria a se manifestar sobre este tema no ano seguinte, quando crescia na imprensa inglesa a ideia de que seria uma questão de justiça Portugal devolver à Espanha a posse de Montevideu.

Pelo conteúdo dos textos da Hipólito da Costa neste período que se seguiu, este apresentava estar desgastado em ter que abordar este assunto para refutar gazeteiros. Mesmo assim, ofereceu observações inusitadas, em que usou Artigas para construir seu argumento em contestação à opinião de um suposto partidário espanhol, pelo menos assim pensava Hipólito, que adjetivava como “expansionista” o projeto português para o Rio da Prata.

Esta observação do suposto partidário espanhol apareceu citada em uma carta assinada pelo que Hipólito identificou ser um pseudônimo, publicada em uma gazeta britânica e datada de Paris como sendo de fevereiro de 1818. Hipólito reproduziria seu conteúdo no N°117 do *Correio Braziliense*, do mesmo mês e ano, comentando-a logo após:

Mas perguntamos nós, acaso tomou S. M. F. Monte-Video aos Hespanhoes? Artigas é quem estava de posse daquelle lugar, e não os Hespanhoes; assim se El Rey de Portugal deve restituir aquella conquista, porque não tenha direito de a possuir, essa restituição deve ser feita, reduzindo as cousas ao *statu quo*; logo a restituição deve fazer-se a Artigas, que é o possuidor, e não aos Hespanhoes, que ali não tinham commando algum.

Hipólito devia estar realmente incomodado pelo elevado número de incidências deste tipo publicações nas gazetas europeias, pois chega ao ponto de sugerir, é claro que de maneira sarcástica, a redução do estado das coisas a como estava no início da guerra, que se resumiria em entregar ao comando de Artigas a posse de Montevideu. A persistência de Hipólito em apresentar Artigas como vilão, não surtia o efeito desejado na opinião pública, e a ironia com que Hipólito propõe uma solução para a situação, revela a sua intenção de encerrar o debate de uma vez. O que não ocorreu.

Contudo, o que expusemos acima não foi indicador de que Hipólito declinaria de sua posição a respeito do caudilho oriental. Voltaria em outras oportunidades a ter de reforçar sua compreensão quanto à ocupação de Montevideu, que continuou sendo contestada pela crítica internacional durante os anos em que os portugueses ocuparam aquela praça. A interpretação de Hipólito sobre o artiguismo estaria ligada a este evento durante os anos que se seguiriam os embates dos portugueses contra tropas artiguistas na região.

Hipólito manteria seus leitores informados sobre o andamento dos confrontos na Banda Oriental, publicando uma série de documentos, em que oficiais portugueses emitiam pareceres sobre a guerra contra Artigas, bem como cartas com o mesmo teor. Entretanto, sua fonte predileta de informações neste período era a *Gazeta do Rio de Janeiro*. O noticioso da Corte portuguesa no Brasil, emprestou muitos excertos com notícias dos eventos militares do Prata ao jornal de Hipólito. Em sua maioria – como era de se esperar pela sua procedência – estas notícias faziam coro com Hipólito ao apresentar Artigas vinculado a termos que o rebaixavam. Estas notícias dos combates raramente mereceram comentários de Hipólito, e quando ocorreram, estes se limitaram a corroborá-las, incluindo as tradicionais previsões acerca do desdobramento dos fatos, sempre desfavoráveis à Artigas.

Somente no penúltimo número de 1818, Hipólito voltaria a se valer em seu jornal do discurso desmoralizante contra Artigas e seu movimento. A discussão surgiu, mais uma vez, em virtude da publicação de uma gazeta inglesa. Tratava-se de um importante documento do artiguismo, o Tratado de Comércio entre a Província Oriental e o comandante das forças britânicas nas Américas, o tenente de navio Eduard Franklan, celebrado em agosto de 1817 em Purificación.

Hipólito publicou o texto do Tratado em sua íntegra no Nº 126 do *Correio Braziliense*, com data de novembro de 1818, o qual fornece informações ainda desconhecidas aos leitores do periódico até aquele momento. É o que podemos ver no enunciado que antecedia os seis artigos contidos no documento copiado por Hipólito. Assim consta:

Entre o Cidadão Joseph Artigas, Chefe dos Orientaes, e Protector do povo livre, e o Tenente Edward Frankland, Commissario das forças de S. M. Britannica na America Meridional, relativos á segurança reciproca do commercio livre entre os súbditos de S. M. Britannica, e os portos da margem oriental do Rio-da-Prata.

Está copiada acima a primeira incidência que temos publicada no *Correio Braziliense* que informava dos títulos de Artigas, algo que Hipólito reiteradas vezes impôs como condição para poderem existir tratativas de paz na região. Podem ser considerados como a confirmação de títulos por estarem escritos com letra maiúscula. Como se vê: o “Chefe dos Orientais”, como fora designado na assembleia espontânea do povo oriental de outubro de 1812 às margens do San José; e Protetor do povo livre, ou dos pueblos libres, com toda significação abstrata que a palavra “pueblos”, no plural, continha para a época, sendo “em termos políticos próprios do antigo regime espanhol, as cidades às quais se supõe que se tenha revertido a soberania anteriormente imputada ao monarca espanhol” (CHIARAMONTE, 2017, p. 75).

Mesmo que seja preciso ressaltar as condições de Hipólito da Costa para poder inferir tais significações semânticas que determinadas expressões da época continham ou passaram a conter com a interpretação das revoluções, certamente os títulos atribuídos a Artigas que encontramos no trecho do Tratado denotam o reconhecimento da liderança do caudilho na região. Se somarmos a isso o fato de estarem eles empregados em um documento que representava uma Convenção com uma potência internacional, neste caso a Inglaterra, dariam a entender que o Governo de Artigas usufruía de um status que o elevava ao ponto de ser reconhecido internacionalmente.

Não foi por acaso, portanto, que Hipólito se preocupou em refutar os elogios que as gazetas inglesas teciam sobre Artigas. Também, esta possível prova do reconhecimento internacional do poder de Artigas, era um entendimento compartilhado, como diz Hipólito ao comentar o conteúdo do Tratado, por alguns jornalistas ingleses. Hipólito, porém, não deu maior importância ao documento, resumindo-o como vemos a seguir:

Esta convenção [...] não tem fins ou objectos diplomaticos. Parecenos, que os Inglezes tem o mesmo direito de fazer com Artigas estipulaçoens para protecção de seu commercio, que teríam de convencionar com os chefes de salteadores, em Serra Morena, que no caminho de Cadiz para Madrid interrompessem a passagem das mercadorias Inglezas. Não competeria ao Governo Inglez a destruição destes salteadores na Serra Morena, mas sem duvida seria livre ajustar com elles, com que lhe não interrompessem seu comercio; exatamente, e não mais, he o que convencionáram com Artigas.

O que se expôs é a firme manutenção da interpretação de Hipólito. Não se deu o trabalho de comentar os títulos de Artigas expressados no Tratado, preferindo elucidar as semelhanças de Artigas com “salteadores de Serra Morena”, um dos termos prediletos utilizado por Hipólito para se referir a Artigas, e que continuaria fazendo uso durante toda a cobertura do *Correio Braziliense* dos eventos que envolviam os artiguistas.

Igualmente importante é salientarmos que esta Convenção entre Artigas e os ingleses teria sido motivada, no que diz respeito à Inglaterra, como podemos observar pelos comentários que Hipólito faz acerca dos artigos do documento, pela ocorrência da atividade dos corsários de Artigas. Este problema foi bastante tratado em discussões nas páginas do jornal de Hipólito a partir de finais de 1817, e perdurou até o ano de 1821, já tendo Artigas se retirado para o exílio no Paraguai. Esta situação se soma a conjuntura internacional, que também servia de base para Hipólito interpretar a revolução artiguista, e os corsários em nome de Artigas eram empecilho para as atividades comerciais marítimas, importantes dentro da ideia do livre comércio, tão divulgada por Hipólito.

Ocorreu, também, junto com o aumento das notícias sobre atividade de corsários artiguistas, uma nova remessa de críticas à Corte do Rio de Janeiro, canalizadas, como de costume, nos funcionários da administração e ministros. Temos um exemplo do referimos em uma explanação de Hipólito da Costa publicada no Nº 133 de seu periódico, de junho de 1819, em que aponta para o fato de nenhum ministro da marinha ter desenvolvido uma esquadra que fosse capaz de dar segurança às vastas possessões territoriais do Império português, mesmo que o Brasil oferecesse condições inigualáveis pelos recursos naturais de que dispunha. Hipólito mencionou os Estados Unidos e o desenvolvimento de sua marinha como meta a ser alcançada, valendo-se da questão do corso artiguista para justificar sua opinião:

Comparemos pois o Brazil, ja que não admite comparação com os Estados-Unidos, com outras insignificantes potencias, se potencias se pódem chamar [...] Que territorio possui Artigas? Que populção tem debaixo de suas ordens? Que rendimentos são os de que póde dispor? He possivel que em nenhuma destas cousas Artigas excêda o Governo do Brazil? [...] E no entanto, os corsarios de Artigas varrem os mares, tem tomado muitas e ricas prezas Portuguezas. O Governo do Brazil não tem tomado um só corsário de Artigas; não lhe tem impedido o commercio, que faz pelo insignificante desembocadouro, que possui no Rio-da-Prata, e não tem podido proteger o proprio commercio, contra os ataques de tam insignificante chefe de um partido de insurgentes.

Hipólito desferiu bastante atenção à questão dos corsários. Sua preocupação tinha procedência. Os corsários artiguista causaram grandes prejuízos ao comércio e a navegação portuguesa, tendo motivado o Governo português a promover perante o congresso da Santa Aliança reunido em Aix-la-Chapelle em 1818<sup>65</sup>, algumas medidas, dentre as quais, a que proibia o leilão de mercadorias apresadas nos portos europeus (ABADIE, 1974).

A solução do problema do corso motivou novas críticas à Corte joanina instalada no Rio de Janeiro, mas também serviu para fortalecer os argumentos de Hipólito quanto a legitimidade da ocupação de Montevideú.

As especulações na imprensa internacional, continuariam a propor soluções para o restabelecimento da ordem na região. Muito se falava da campanha de reconquista pelos espanhóis de suas ex-colônias americanas, e propostas para remediar os males decorrentes de tal campanha pulularam nas gazetas inspecionadas por Hipólito na Inglaterra. Este usaria de sua habitual adjetivação da revolução comandada por Artigas para dar credibilidade aos

---

<sup>65</sup> Este congresso reuniu as quatro potências Aliadas, Reino Unido, Áustria, Prússia e Rússia e era ainda um desdobramento do encerramento da guerra na Europa. Visava, principalmente, a reorganização política da Europa após a derrota Francesa.

propósitos portugueses com a manutenção da ocupação de Montevidéu, acrescentando os problemas derivados do curso.

Em abril de 1818, Hipólito exporia de maneira taxativa sua defesa da Corte do Brasil perante a opinião pública, falando mais uma vez da necessidade de se publicarem mais notícias oficiais acerca da situação de Montevidéu, defendendo que:

Se, com o mediocre cuidado de fazer taes publicações regulares, póde o Gabinete do Rio-de-Janeiro obter a seu favor a opiniaõ publica, he um erro indculpavel dar, com essa omisaõ, occasiaõ aos malevolos para inventar, como todos os dias fazem, rumores em descredito daquelle Governo, com o que se affrouxam osseus amigos, e se acoroçoam os seus inimigos.

Neste intuito de não macular o Governo do Brazil perante a opinião pública, Hipólito jogava Artigas aos lobos formadores da opinião pública. Esta postura sempre esteve presente em suas análises.

Contestando o que se cogitou sobre uma possível mediação de uma potência estrangeira, que ocuparia Montevidéu durante a campanha de reconquista da Espanha que mencionamos mais acima, Hipólito argumentaria, em número publicado em julho deste mesmo ano de 1818, em texto apresentado na sequência da publicação de notícias que informavam as condições da região platina durante os conflitos entre a cidade Santa Fé e Buenos Aires iniciados no ano de 1817, e de uma vitória avassaladora de Artigas contra o exército portenho, as seguintes observações:

perguntamos aos partidistas dos Hespanhoesse he nestes termos, e durante ésta influencia de Artigas que S. M. Fidelissima deve abandonar Monte-video, para tornar a ser preza daqueles revolucionarios e anarchistas? [...] Os corsarios de Artigas, ou outros com seu nome, tem tomado varios navios [...] Agora a questaõ he, se o Gabinete do Rio-de-Janeiro deve soffrer sem resistencia estas histilidades, e dar a Artigas mais os portos de Monte-Video e Maldonado, para que melhor abrigue seus corsarios, ou se a Hespanha se propõem a vedar éstas hostilidades dos que chama seus súbditos, e se obríga a pagar os danos que elles tem causado, e dá fiança idonea de que pagará os que para o futuro se fizerem.

Nesta passagem, a “anarquia”, como é resumido o Governo – ou ausência de – artiguista, foi situada como um problema comum das monarquias internacionais, portanto, legitimando a atitude da Corte do Brasil de ocupar Montevidéu, sendo Artigas o mal a ser extinguido.

No que se referia a Artigas, a palavra impressa no jornal de Hipólito atuava como um arcabuz apontado para o caudilho. Somente podemos encontrar relatos favoráveis a Artigas no *Correio Braziliense* quando este se valeu das cópias de publicações contidas em

internacionais. Tais foram os casos que apresentamos da folha *El Conciso*, que publicou um documento que continha as primeiras ideias que formariam as Instruções do XIII, documento base do programa da confederação artiguista. Semelhante função, está descrita na Convenção com o tenente inglês, em que, pela única vez, encontramos as designações referentes a Artigas como Chefe dos orientais e Protetor do Pueblos libres, pelas quais ele seria reconhecido no futuro. As observações lisonjeiras de Hipólito quanto à excelência militar de Artigas, perdem o peso quando consideramos que, naquele momento, o líder dos orientais cumpria, apenas, suas funções de comandante de tropas, quedando em segundo plano frente a crítica que Hipólito ofereceu à Corte do Brasil durante os acontecimentos da primeira intervenção armada no Prata.

Seguindo a linha de uma interpretação branda, quando comparada à de Hipólito, e igualmente vinculada à leva de documentos internacionais publicados no *Correio Braziliense*, temos os interessantes relatórios dos comissários estadunidenses sobre a situação das províncias espanholas do Rio da Prata, publicados durante o ano de 1819. Estes depoimentos proporcionaram uma descrição diferente de Artigas em relação às que Hipólito acostumou seus leitores a terem contato.

Interessa-nos, especialmente, o relatório de Mr. Rodney, encontrado no N° 132 do *Correio Braziliense*, de maio de 1819. Este comissário apresenta a trajetória de Artigas, contando desde de sua deserção da guarnição da Colônia do Sacramento, passando por sua adesão à Junta de Buenos Aires; perpassa os episódios da dissidência com Sarratea após o armistício de outubro de 1812; contempla a perseguição promovida por Alvear quando esteve no comando do Diretório, em que ofereceu prêmio pela cabeça de Artigas; também apresenta a breve reconciliação do caudilho com o Diretório após a queda de Alvear; temos as tratativas de Buenos Aires com Artigas para o envio de deputados orientais ao Congresso de Tucumán; e as novas tratativas, daquela feita, realizadas por Pueyrredón para se unir a Artigas na defesa comum e enviar auxílios na campanha dos orientais contra os portugueses, não cumpridas pelo então Supremo Diretor.

O funcionário do Estado Norte-Americano responsável pelo relatório, informa, detalhadamente, a posição que Artigas cumpria na região do antigo Vice-reinado do Prata, escrevendo que era o Chefe dos orientais e o Protetor das províncias de Entre Ríos e Santa Fé, as quais compunham a *Liga dos Pueblos Libres* naquele momento.

Além de esclarecer fatos obscuros até aquele momento aos leitores de Hipólito, Mr. Rodney oferece as seguintes observações sobre Artigas:

Porém he de justiça o acrescentar que pessoas dignas de credito pensam, que o General Artigas he firme amigo da independencia do paiz. Apenas se poderia esperar de mim, que eu expressasse opinião decisiva sobre esta delicada questão, porque minha posição não avistava todo o terreno. Não tive a satisfação que obteria, de uma entrevista pessoal com o General Artigas, que he inquestionavelmente homem raro e de singular talento. Porém se tivesse de arriscar conjecturas, julgaria ser provavel, que, nesta, assim como em todas as disputas de familia, tem havido culpa de ambas as partes.

Infelizmente não encontramos comentários de Hipólito da Costa para o documento do comissário estadunidense. Mas entendemos que este representa um panorama com elementos que faltavam para a compreensão da situação da guerra de Artigas com Buenos Aires, bem como de seu caráter político dentro da guerra civil portenha-oriental, dentro do conteúdo que disponibilizava o *Correio Braziliense* aos seus leitores contemporâneos.

Ao que pese a convicção que Hipólito demonstrava ter do que representava Artigas dentro do contexto platino, não exerceu censura aos modelos políticos que emergiam das revoluções hispano-americanas no Prata, mas também não os discutiu de forma detida, limitando seus comentários sobre estas revoluções à opinião puramente pessoal, ligados à sua visão conservadora de sociedade, que deveria se reformar, mas não abruptamente.

### 3.5 Os anos finais da resistência artiguista no Prata

Haviam se passados dois anos da ocupação portuguesa de Montevidéu e Hipólito começava a reclamar da demora do Governo joanino para a concretização desta empresa. A sorte dos destacamentos artiguistas na campanha do interior contra as milícias paulista e riograndense não dava sinais de melhora. Contudo, estes mantinham a resistência pela estratégia das guerrilhas.

Com o atraso natural que já mencionamos era imposto pelas circunstâncias da distância, o relatório de outro comissário estadunidense, Mr. Graham<sup>66</sup>, publicado no N° 128, de janeiro de 1819, do *Correio Braziliense*, informava da proclamação formal da independência das Províncias Unidas do Rio Prata pelo Congresso realizado em Tucumán no ano de 1816.

Consciente desta notícia, Hipólito da Costa mantinha sua teoria sobre Artigas, embasada no vilipêndio da figura deste. Neste mesmo número que referimos constar o relatório do comissário Graham, temos a publicação de uma Memória do Governo joanino às

---

<sup>66</sup> Eram três os comissários estadunidenses que tiveram relatórios publicados pelo *Correio Braziliense*. Além dos referidos Mr. Rodney e Mr. Graham, temos Mr. Bland, que ficou encarregado de coletar informações sobre a situação do Chile.

potências reunidas em Aix-La-Chapelle, acerca das violências cometidas ao comércio marítimo português pelos corsários sob bandeira de Artigas, de objetivo semelhante ao documento que falamos na seção anterior quando mencionamos este tema. Porém, não podemos afirmar que se trate do mesmo documento, pois Hipólito não reconheceu a assinatura da Memória como sendo oficial, apenas a usou em um debate porque continha observações que corroboravam com a sua visão quanto aos corsários e a Artigas. Iniciou sua longa exposição com comentários sobre os novos Governos independentes da América espanhola:

A nova República das Provincias Unidas do Rio-da-Prata continúa a olhar para Artigas como um méro salteador de estradas, cabeça de bandidos, e auxiliador de negros fugidos do Brazil e provincias circumvizhas [...] A Republica de Venezuela considéra Artigas no mesmo ponto de vista, recusando condemnar as prezas, que fizéram alguns corsarios com bandeira de Artigas; pela obvia razaõ de que este homem, creando-se a si mesmo Soberano de naçaõ, que não existe, não póde ser considerado como Representante de povo algum.

Não temos a referência no *Correio Braziliense* quanto às informações que dão conta que estes novos Governos da América pensassem sobre Artigas o que diz Hipólito ser um fato. Parece que Hipólito tende a estender uma compreensão sua do contexto a como se fosse de outros Governos, apresentando tal opinião como uma unanimidade entre os países que se formavam naquele momento, algo que se justificaria pela sua tentativa de dar crédito à permanência portuguesa em Montevideú.

Certamente a atividade de corso com bandeira artiguista fez crescer em Hipólito o sentimento de que necessitava mostrar Artigas como um problema a ser resolvido não apenas pela Corte do Brasil, pois o corso artiguista afetava sobremaneira o comércio internacional, sendo a Inglaterra a maior prejudicada, inclusive tendo esta que participar de um acordo com os artiguistas, como vimos.

Outro problema derivado da questão artiguista que foi apresentado por Hipólito, era a afetação que estes revolucionários acarretavam à propriedade particular. Tinha este seu objetivo quando acusou Artigas de ser auxiliador de negros fugitivos, os quais apareceram no texto de Hipólito com este significado, pois em nenhum momento da existência do *Correio Braziliense* seu editor desferiu comentários que fossem contrários a tal indústria, o que combina com o seu pensamento, vinculado por interesses comuns com a classe dirigente do absolutismo português.

Na continuação do comentário de Hipólito, temos mais uma tentativa de deslegitimação de Artigas em âmbito internacional:

Os Estados Unidos consideráram-o no identico caso; e os povos, por onde vagam seus bandos, não tem produzido ao publico o menor testemunho de approvaçãõ de seu assumido poder, nem dado demonstraçaõ alguma de que em tal homem reconhecem Supremo poder, Soberania ou Majestade, herdada, eleita, ou delegada, de nenhuma das formas porque até aqui se tem constituido no mundo naçoens independentes.

A Memória que Hipólito se valeu para redigir suas observações, militava o não reconhecimento de Artigas como chefe de nação independente, o que converteria a atividade corsária em ostensiva pirataria. Esta visão era a mesma de Hipólito nesta questão, algo que ele comemorou por ter o seu Governo tomado uma atitude a respeito, fazendo um acréscimo:

Por tanto, as representaçoens diplomaticas, feitas aos Governos regulares e estabelecidos, são mui boas e necessarias, para justificar o Governo do Brazil, em se defender de Artigas, mas não bastam para evitar o mal [...] Por mais execrandos que séjam os actos de Artigas, contra as Republicas independentes de Buenos-Ayres, e outras partes da America Hespanhola, e contra o Governo do Brazil, sempre aquelle salteador achará defensores, em outra gente, que he da mesma laia. Assim, se razoens, taes como se alégam na dicta Memoria, são mui boas pra convencer Governos regulares; e pessoas de senso; para a perversidade de Artigas, seus sequazes e defensores he preciso adoptar outras medidas de maior momento.

As “outras medidas de maior momento”, dedicavam-se a preconizar o fortalecimento das forças navais portuguesas que já explicamos. Importante para o nosso exame neste extrato é a conclusão que chegou Hipólito de que o Chefe dos Orientais sempre acharia defensores, não obstante ao que aquele predica de “perversidade” de Artigas com as outras nações independentes.

Considerando o contexto em que se encontrava a região platina naquele momento, este discurso de Hipólito cumpria um propósito importante dentro da ideia de legitimação da ocupação de Montevideú. O que escrevemos se explica porque, mesmo não dando maior ênfase à posição de Artigas no contexto político, pelo contrário, deslegitimando sempre que possível seu poder perante as nações vizinhas e às grandes potências internacionais com o emprego dos corriqueiros adjetivos – estes sim execráveis – contra o Chefe dos orientais, compreendia Hipólito que Artigas se mantinha firme na luta pela liberdade.

Por mais que pesassem em sua análise as informações da guerra civil entre Artigas e Buenos Aires, Hipólito não usufruía de número suficiente de informações que pudessem certificá-lo de que uma aliança entre Artigas e Buenos Aires não se realizaria para expulsar os portugueses da região, como já mencionamos que o atemorizava. Ademais, os rumores da expedição de reconquista espanhola da América que adviria de Cádiz, também se somava às preocupações de Hipólito.

Estes receios foram manifestados por Hipólito em julho de 1819 em seu periódico (Nº134), quando novamente se queixou da falta de notícias oficiais, o que ensejava rumores falsos que faziam o “povo pensar o pior” quanto aos motivos da Corte do Rio de Janeiro. Para remediar seus receios, aconselhava que assim procedesse o Governo português:

Se as cricunstancias passadas e presentes offerecem oportunidade de a Corte do Rio-de-Janeiro fazer um arranramento fixo e seguro como Governo de Buenos-Ayres, he indisculpavel o erro de deixar passar occasiaõ, e esperar até que chegue o momento em que aquelles dous partidos se reconciliem; porque entaõ crescerá muitissimo a dificuldade de tractar o Brazil vantajosamente com o Governo de Buenos-Ayres.

Os dois partidos era Artigas e Buenos Aires, e a proposta consistia em uma aliança da Corte joanina com este último para conclusão da guerra contra os federalistas, que segundo Hipólito expressou nesta matéria, mostrava-se “uma guerra de procrastinação de ambas as partes”. Esta ideia foi elaborada a partir de uma notícia falsa que afirmava sobre este arranjo em questão, mas que Hipólito via como um recurso interessante para o Governo do Brasil.

Se em outro momento os revolucionários de Buenos Aires estiveram, também, na mira das maledicências de Hipólito, o crescimento do poder de Artigas fez com que esta posição arrefecesse, deixando ao conhecimento do leitor o que era prioridade para o editor do *Correio Braziliense* naquele momento, demonstrando que sua interpretação era flexível quando as possibilidades para defender suas ideias ofereciam vantagens.

Hipólito seguiu com seu padrão de análise da revolução de Artigas. Sempre emprestava termos que diminuíssem seu líder no contexto dos conflitos, e com variações inusitadas. À medida que ia se confirmando ser impossível para Espanha reagrupar forças para uma expedição de reconquista, Hipólito reconduzia sua argumentação para a necessidade de derrotar Artigas para ter a paz nas fronteiras da Capitania de Rio Grande.

A falta de comentários ou análises de Hipólito sobre o sistema dos Pueblos Libres de Artigas pode estar relacionada à escassez de informações sobre o Rio da Prata que mais de uma vez Hipólito se queixou, porém este não deixou de oferecer sua opinião sobre o Governo de Artigas no Prata. A passagem a seguir, de dezembro de 1819, sintetiza bem o que pensava Hipólito no que tange à Revolução Oriental:

O mais decisivo argumeto do character de Artigas he sua guerra com Buenos-Ayres. Se aquelle individuo tivesse em vista o bem de seu paiz, ja pela independência de sua antiga metropole na Europa, ja pelo estabelecimento de algum Governo regular nopaiz, naõ teria adoptado um sistema de partidario, semelhante ao dos Arabes

vagabundos, que sómente vivem da rapina; e teria obrado com alguma sorte de concerto com seus vizinhos de Buenos-Ayres.

A opção que Hipólito faz pelos juízos de valor, utilizando, sempre que possível, comparações pejorativas, preenchem o texto de alguém que não estava inteirado por completo dos fatos. Temos, porém, que contextualizar a situação de Hipólito, a de um luso-americano exilado em Londres, distante dos fatos, portanto. Também desculpava Hipólito o fato de que teve sua formação intelectual dentro das cátedras portuguesas em Coimbra, sendo ensinado a compartilhar os valores de seu tempo.

Hipólito era oriundo, como sabemos, de uma camada da sociedade em que a revolução drástica encontrou poucos adeptos, e as informações que chagavam para Hipólito quanto ao movimento artiguista, reforçavam a ideia de ruptura com o modelo político vigente no período. Não queremos dizer com isso que Hipólito não compartilhasse de ideias inovadoras, mas sabemos que as reformas que este preconizava não abrangiam as camadas subalternas da sociedade da época, sendo exatamente elementos oriundos destes setores que Artigas, além de arregimentar, lutava pelos direitos. Isto era inconcebível para uma mentalidade como a Hipólito.

Encontramos esta opinião de Hipólito que tratamos acima no último número do *Correio Braziliense* publicado no ano de 1819. No ano seguinte, a campanha portuguesa contra Artigas se encerraria em janeiro, sendo publicada a notícia da vitória portuguesa às margens do Tacuarembó em maio pelo *Correio Braziliense*.

Pelas notícias das batalhas que o jornal de Hipólito fornecia desde 1818, com já referimos, poderiam deduzir os leitores que era apenas uma questão de tempo para ser concluído o conflito com Artigas nas fronteiras lusitanas com a Banda Oriental. As notícias desta derrota de Artigas mereceram a atenção de Hipólito da Costa somente no que dizia respeito à situação da região dali em diante, poupando quaisquer insinuações novas contra o líder oriental, que ainda teria de solucionar conflitos até seu exílio no Paraguai naquele mesmo ano de 1820.

A questão dos corsários de artigas ainda povoou as páginas do jornal de Hipólito até 1821, mas não mais encontramos qualquer debate que envolvesse Artigas ou sua revolução. O período de oito anos em que encontramos Artigas sendo pautado dentro do *Correio Braziliense*, primeiro como comandante de tropas, depois como um perigo à unidade territorial e política do Governo joanino, concluir-se-ia de maneira lacônica nas palavras do

editor do periódico, que via na derrota artiguista de Taquarembó a “pacificação momentânea da Banda Oriental”.

### *3.6 Algumas reflexões sobre a cobertura do artiguismo no Correio Braziliense*

Artigas não foi visto com bons olhos pela elite que saiu vencedora dos conflitos no Rio da Prata, o que originou a lenda do caudilho anarquista que seria o principal entendimento sobre o tema do artiguismo na primeira metade do século XIX. Cresceu e se propagou através dos inimigos do sistema dos “pueblos libres” a compreensão que via no Chefe oriental um elemento de destruição ou divisão das posições sociais e da propriedade particular, e que pretendia construir uma liberdade que teria como base fazer a todos igualmente pobres (ISLAS, 2001).

Algo semelhante ocorreu no Brasil, onde a elite dirigente compartilhava a compreensão de que os chefes das revoluções hispânicas eram causadores da desordem e deviam, portanto, terem sua atuação anulada pela força das armas. Esta foi uma das motivações do Governo português com as duas intervenções militares na região platina. A solidariedade aos sistemas monárquicos era a defesa de uma ideia política que imperativamente se implantava como o bem comum.

O território riograndense, geográfica e politicamente inserido na região platina, era a zona com maior potencial de uma possível adesão ao ideal revolucionário dos vizinhos hispânicos pela incursão de tropas artiguistas, bastante relatadas no período da guerra luso-artiguista.

O periódico de Hipólito da Costa circulou também pelas paragens da Capitania de Rio Grande. Porém, se influenciou na construção da figura de Artigas na região, não encontramos evidências que nos permitam afirmar. Podemos somente deduzir a repercussão que ganharam os eventos envolvendo o caudilho oriental no atual território do estado Rio Grande do Sul. Para tanto, temos os relatos oferecidos por Auguste de Saint-Hilaire quando de sua viagem à referida Capitania durante os anos de 1820-1821, tempo em que o resultado da passagem das tropas artiguistas pelo solo gaúcho estava vivo na memória da população.

Destes relatos, o que mais chama atenção ocorreu quando o botânico francês acompanhou em viagem de Porto Alegre a Rio Grande o Conde de Figueira, comandante das tropas que derrotaram os artiguistas em Taquarembó no ano de 1820. A recepção ofertada pela igreja da cidade ao Conde foi a de um herói. A solenidade trouxe uma referência à vitória

do Conde contra os revolucionários da Banda Oriental, como podemos ver na descrição feita por Saint-Hilaire:

Sob um pátio foi o Conde conduzido à igreja, que num átimo encheu-se de povo [...] Após a cerimônia um pregador subiu ao púlpito e fez o elogio do Conde, falando durante muito tempo sobre seus nobres antepassados. Repetiu uma centena de vezes que o vencedor de Taquarembó era senhor de todas as virtudes (1974, p. 51).

O “vencedor de Taquarembó era senhor de todas as virtudes”. Este elogio é feito a uma figura que derrotou uma ameaça à existência de uma ideia acerca do que era virtude. Notemos que o pregador faz questão de enumerar os antepassados do Conde, uma prática comum dentro dos extratos mais elevados das sociedades de Antigo Regime, que viam nos antecedentes sanguíneos dos sujeitos o maior indício de virtude.

Com este relato podemos ter uma visão aproximada de como Artigas e seu movimento foram compreendidos pela sociedade do Brasil daquela época. O clima pomposo em torno do Conde também se relacionava com a sua posição naquela sociedade. Era o então Capitão Geral da Capitania de Rio Grande, representando a elite dirigente. Sempre encontramos na História estas elites como o principal agente da criação de significados dentro das sociedades.

Hipólito da Costa, portanto, seguiu em sua análise do artiguismo o padrão estabelecido pelo pensamento que detinha a primazia de ser gerador do que era bem ou mal, bom ou ruim, e que passaria, através da imprensa, a expandir sua zona de atuação. Claro que este campo de disputa ganharia oposição com o advento dos novos ideais emanados das revoluções hispano-americanas da região platina, que também, como vimos, contribuíram para a construção de um pensamento político mais complexo nos indivíduos das sociedades ibero-americanas.

A mudança estrutural nas relações entre governantes e governados ocorria de maneira paulatina no período, o que explica o fato do artiguismo só ter sido reconhecido como um agente da mudança real em anos vindouros. Nem mesmo o *Correio Braziliense*, veículo considerado pelo governo português como subversivo, conseguiu descrever a dimensão que tinha o movimento gerado pelo caudilho oriental no Prata.

Hipólito da Costa esteve mais interessado em debater o artiguismo em seu jornal quando se apresentou a necessidade de defender sua monarquia perante a opinião pública inglesa, principalmente após a tomada de Montevideu pelos portugueses. A solidariedade ao espírito do tempo com que o redator do *Correio Braziliense* narrou os fatos revolucionários aos leitores, sempre esteve condizente, portanto, com o pensamento político dominante no

Antigo Regime, que não pensava em mudanças bruscas da sociedade. A reforma teria de ser feita de cima para baixo. Nelson Werneck Sodré (1983) concordou com o que escrevemos quando apresentou a compreensão do próprio Hipólito da Costa sobre este assunto, a qual expressava o desejo que nutria o gazeteiro luso-americano pelas reformas, mas que elas fossem feitas pelo Governo, para evitar que o povo as fizessem. Este pensamento resume a inclinação política das matérias do *Correio Braziliense* e sua interpretação do artiguismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segunda década do século oitocentista evidenciou aspectos de redefinição no espectro político das sociedades de Antigo Regime que vinham se desenhando desde o século anterior. Paulatinamente se modificavam as relações de dominação que envolviam as Metrôpoles ibéricas e suas colônias americanas. Termos novos passaram a ser vinculados aos emergentes direitos dos súditos em vias de se tornarem cidadãos, e ganharam consistência através das revoluções de independência hispano-americanas.

A legitimidade das monarquias foi ameaçada pelos ideais de soberania dos povos que encontraram caminho dentro das novas modalidades de representação política, tais como os Cabildos abertos da América espanhola, que oportunizaram aos indivíduos uma atuação proeminente dentro dos processos de tomada de decisão política, ainda que estivessem sujeitos a critérios de seleção que mediam a maior ou menor importância destes dentro da unidade política a que pertenciam.

Dentro das possibilidades de propagação das novidades encontradas no universo político da época, ganhou destaque o novo papel que ocuparia a imprensa escrita dentro do campo de disputa que se configurou a partir da emergência independentista que se opôs a dominação dos Estados monárquicos. Tornando-se uma das principais armas de defesa e ataque na disputa que tentava persuadir pela argumentação os leitores, encontramos nas páginas da imprensa periódica do período a polarização político-partidária como a força motriz que empurrou e garantiu a existência destes tipos de veículos, cruciais na divulgação das antigas e novas doutrinas políticas no mundo colonial em fragmentação.

Neste contexto, o artiguismo nasceu como um dos movimentos armados mais radical no combate à contrarrevolução realista e, depois, ao modelo de Governo central desejado em Buenos Aires, sendo um agente de persistência da guerra civil no Prata. As pretensões artiguista de soberania para as províncias que compunham o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata dentro de uma organização estatal confederativa em que uma ampla reforma agrária concederia também aos “mais infelizes” o privilégio da terra, mexia em estruturas de dominação que estavam enraizadas desde a chegada dos europeus ao Continente americano.

A crise de legitimidade da monarquia espanhola nas Américas reverberou no Brasil e forçou o Governo a tomar providências para garantir a continuidade de sua existência como poder constituído. Tendo a unidade de seu domínio territorial na América ameaçada com a difusão dos acontecimentos revolucionários de seus vizinhos, a Corte portuguesa estabelecida

no Rio de Janeiro se viu obrigada a intervir militarmente na disputa das províncias platinas em duas oportunidades.

Com o aumento da difusão das publicações impressas dentro dos movimentos revolucionários, o poder estabelecido precisou investir na nova empreitada bélica que se desenrolou na opinião pública. Assim procedeu o Governo bragantino quando fundou a *Gazeta do Rio de Janeiro* e patrocinou a criação da *Gazeta de Montevideú*, típicas folhas de combate aos ideais revolucionários e legitimação do sistema monárquico.

Dentro do clima de polarização político-partidária da imprensa periódica, o *Correio Braziliense* ocupou um lugar de transição entre a tradição e modernidade na dimensão do pensamento político do período.

Durante os oito anos em que analisou o movimento dos artiguistas e de seu líder no Prata, a opinião de Hipólito da Costa não se afastou da característica marcante dos gazeteiros de seu tempo. Ainda que fosse inspirado pelo espírito reformista do pensamento Ilustrado ibérico, as matérias escritas pelo editor do *Correio Braziliense* mantiveram sua posição política vinculada ao modelo absolutista português. Maior prova da simpatia que nutria Hipólito pelo Estado monárquico foi o seu apoio ao projeto carlotista como solução para trazer estabilidade à Hispano-América durante a vacância do trono espanhol gerada pela invasão francesa do território espanhol na Península Ibérica.

Dentro desta época em que os elementos revolucionários se imiscuíram aos ideais políticos conservadores ainda vinculados ao modelo de Antigo Regime, o *Correio Braziliense* foi um veículo de informação que proporcionou aos leitores o contato com as análises e discussões que movimentaram a política da época.

Considerando o momento moral e político que ditaram o ritmo da opinião pública encontrada na imprensa periódica do início do XIX, o pensamento de Hipólito da Costa demonstra um ostensivo amálgama de elementos considerados modernos com os já consagrados pela tradição.

Era moderno porque apregoava as reformas administrativas que deveriam fomentar o surgimento de instituições científicas, centros acadêmicos, bibliotecas, ou outros meios que ensejassem o desenvolvimento intelectual das populações, como aconselhava o pensamento Ilustrado português. Também se alinhava à modernidade o apreço pelo liberalismo do gazeteiro luso-americano, que podemos observar quando promoveu demoradas campanhas em seu jornal a favor da liberdade de imprensa, uma das grandes reivindicações dos liberais daquele tempo.

Contudo, a interpretação dos fatos políticos encontradas no *Correio Braziliense* se afinavam aos deveres da honra e da moral do seu tempo, aspectos que eram padronizados pelas elites dirigentes do absolutismo, o que enquadrava Hipólito dentro da tradição do Antigo Regime. Sua interpretação do artiguismo também seguiu esta linha.

A modernidade contida nos ideais, também liberais, de Governo representativo, soberania popular e democracia, não poderiam abranger, segundo Hipólito, determinadas camadas da sociedade, o oposto do que pensava Artigas quando pretendia favorecer os “mais infelizes”.

Tal qual os contemporâneos de Artigas que em sua grande maioria o descreveram como um perturbador da ordem, Hipólito da Costa inseriu o nome do Chefe Oriental na sociedade do Brasil em vias de emancipação acompanhado dos adjetivos que maculavam a figura de herói revolucionário.

O leitor de Hipólito que tentasse descrever, à época, quem foi Artigas e o que fez este na revolução das províncias platinas, poderia dizer, sem medo de errar, que Artigas era um contrabandista que ingressou na carreira militar e se associou a um bando de salteadores para promover a rapina da propriedade alheia, e que destes comparsas se valeu para ascender ao poder, que mantinha de forma tirânica, estabelecendo algo comparável à anarquia na região. As expressões que encontramos no *Correio Braziliense* davam margem a interpretações semelhantes.

Com sua posição de formador de opinião, Hipólito deixou de informar o teor do artiguismo em sua essência. O exército popular de Artigas foi descrito em reflexões que se valiam de termos e expressões pejorativas, tais com bando de “contrabandistas” ou “salteadores”, o que vai de encontro a lenda depreciativa do caudilho anarquista que se difundiu entre os inimigos do sistema dos pueblos libres, e perduraria até a releitura que passou a ver em Artigas um modelo de cidadão, e que serviu de figura ao imaginário nacional durante o processo de conformação do Estado uruguaio, a partir da década de 1880<sup>67</sup>.

O Discurso contido no jornal de Hipólito se manteve solidário aos interesses das elites luso-brasileiras. O poder que a imprensa concedia para a unificação do pensamento, contribuiu para fomentar nos leitores a aversão a figuras semelhantes à de Artigas, que

---

<sup>67</sup> Em 1895 ocorreu no Uruguai um processo de construção do imaginário nacional que reuniu um conjunto de elementos importantes, tais como estatuas, poemas patrióticos, quadros, experiências comemorativas e novelas, em que Artigas cumpriu um papel importante. Não era a figura central, dividiu com Joaquín Suárez, por exemplo, o título de herói nacional daquele país. Esta construção imaginária se modificaria dramaticamente quando se produziu a revolução de 1897. A crise uruguaia e o problema nacional passaram a ser tema de reflexão entre os intelectuais, culminando em projetos como o da reinstalação do Instituto Histórico y Geográfico, em 1903. Destes debates que emergiria Artigas como o herói máximo do Uruguai e centro mobilizador do imaginário comum a partir da década de 1910.

quando apresentadas juntamente com termos depreciativos definidores de caráter, ou seja, que expressavam sujeitos inimigos da moral e dos bons costumes da época, acabavam “demonizando” estes sujeitos no imaginário coletivo.

A partir do momento em que temos o acontecimento retratado pela imprensa, este se torna de domínio público, gerando significados que se destinam à unificação de uma opinião acerca dele. Esta premissa, somada a vocação doutrinária do *Correio Braziliense*, revelam a tentativa de criação de um estado de coisas que procurava estabilizar um propósito dentro de uma sociedade, que no caso de Hipólito estava vinculado à execução de uma pedagogia moralista, típica das análises da imprensa com viés político solidário às relações de dominação que encontramos no absolutismo. O que podemos chamar de pedagogia dos bons-costumes, servia para rotular o que era adequado ou não, segregando os que não atendessem a um padrão que provinha das camadas altas da sociedade e que era impossível de se alcançar dependendo da origem dos interessados.

Portanto, o jornal de Hipólito da Costa foi inovador ao inserir a análise e a discussão política dentro das publicações regulares da imprensa na sociedade de matriz colonial. Nossa análise do artiguismo se motivou por este movimento ser um diferencial dentro dos propósitos de emancipação encontrados na América Hispânica, principalmente quando pensava em contemplar estratos sociais tidos como fadados ao infortúnio. Precisamos salientar que não encontramos no *Correio Braziliense* uma interpretação densa do artiguismo, que discutisse a pertinência de seus objetivos e a relação que tinham com o desenvolvimento histórico da região que atuou. O conteúdo da análise de Hipólito foi formulado e oferecido com a limitação da subjetividade, muito vinculada aos aspectos tradicionais do pensamento político absolutista, provavelmente adquirido e/ou reforçado no período que o periodista frequentou a Universidade de Coimbra.

Podemos destacar como aspecto novo encontrado nas análises de Hipólito, apenas a sua crítica contundente à administração joanina, principalmente no referente a política desta para o Brasil. Ao que tangeu às revoluções hispano-americanas, o jornal se manteve relutante em aceitar como salutar para aquelas colônias a emancipação, considerando populações com pensamento político pouco desenvolvido, algo que poderia ser amenizado pelo contato com os escritos da imprensa, que serviriam para educar os indivíduos das Américas acerca das teorias políticas, e torná-los aptos para se autogovernarem no futuro.

O pensamento do editor do *Correio Braziliense* não é surpreendente se considerarmos que a tradição absolutista acompanhou o Brasil após sua independência. Diferentemente dos Estados que se desenvolveram a partir das colônias hispânicas, já com sistemas bem próximos

das Repúblicas modernas, o Brasil foi o único em que se manteve um Estado monárquico, sendo, inclusive, reelaboradas as estruturas de dominação dentro da sociedade, como foi o caso da escravidão.

Assim, a batalha que foi travada nas páginas da imprensa periódica tendo o artiguismo como protagonista, feriu este movimento quase mortalmente, legando-o uma posição desvantajosa frente ao adversário que representava a velha ordem política. No Brasil, teve no *Correio Braziliense* o veículo que por mais tempo debateu sua ocorrência e pugnou contra a sua existência. Se a atuação de Artigas deixou algum impacto nas populações por meio deste periódico, não foi positiva, pois foi tratado como um elemento destoante da ordem, tal qual ficaria maculada sua figura pela lenda que o depreciou durante anos e que só seria suplantada após a morte do Chefe oriental. Enquanto o caudilho pelejou para garantir a liberdade também para os “infelizes”, alguns homens de seu tempo o descreveram para a sociedade como um Chefe, mas de salteadores.

## REFERÊNCIAS

- ABADIE, W. R. **Artigas y el federalismo en el río de la Plata: 1811-1820**. 4ª. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1974.
- ARTIGAS, J. G. **Escritos políticos y económicos**. 1ª. ed. Buenos Aires: Emecé, 2010.
- AZEVEDO, F. L. N. Carlota Joaquina e a revolução de independência no Rio da Prata. In: **Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC**, São Paulo, 1998. Disponível em: [http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/francisca\\_0.pdf](http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/francisca_0.pdf). Acesso em: 01 dez. 2021.
- BARRÁN, J. P.; NAHUM, B. **Bases económicas de la revolución artiguista**. 12ª. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2010.
- CHIARAMONTE, J. C. Províncias ou Estados? As Origens do Federalismo Platino. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 73-114, set. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/76852>. doi:<https://doi.org/10.22456/2317-8558.76852>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- COMIRAN, F. “Portugal no Uruguai”: um debate sobre a intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai (1816). In: ANPUH – XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais**: ANPUH, 2011. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856594\\_16b4dfb4d697092f61561a4e7ed1ce77.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856594_16b4dfb4d697092f61561a4e7ed1ce77.pdf). Acesso em: 16 nov. 2021.
- DEMURO, W. G. “Um Juez severo a quien temen aun los Gobiernos más despóticos”: el concepto de opinión pública en la prensa oriental durante la revolución (1810-1820). **Humanidades: Revista De La Universidad de Montivideo**, Montevideu, n. Año 13, p. 97-124, dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.um.edu.uy/index.php/revistahumanidades/article/view/32>. Acesso em: 19 nov. 2021
- DOURADO, M. **Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.
- ESPASSANDE, M. ¿Un Inca como rey? Orígenes, gestación y base social del proyecto de la monarquía incaica de Manuel Belgrano. In: Universidad de la Defensa Nacional y Universidad de Lanús (eds.). **El legado de Manuel Belgrano**. Buenos Aires: Universidad de la Defensa Nacional, p. 277-317. Disponível em: <http://www.cefadigital.edu.ar/bitstream/1847939/1667/1/ESPASSANDE.%20El%20legado%20de%20Manuel%20Belgrano%20-%202012.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- FRAGA, G. W. **Branços e Vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13072>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ISLAS, Ariadna. Notas a Propósito de la Construcción de la Ciudadanía en el Uruguay, 1888-1897. In: FREGA, A.; ISLAS, A. **Nuevas miradas en torno al artiguismo**. Montevideo: Departamento de Publicaciones de La Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2001. P. 353-366.

MEDEIROS, P. V. S. O “Blandengue” Artigas e o Regramento da Fronteira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 152, p. 11-31, jul. 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/71334/42698>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MOREL, M. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MYERS, J. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PIMENTA, J. P. G. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 69-92.

PIGNA, F. I. Estudio preliminar. In: ARTIGAS, J. G. **Escritos políticos y económicos**. 1ª. ed. Buenos Aires: Emecé, 2010. p. 7-21.

PIMENTA, J. P. **Estado y Nación hacia el final de los impérios ibéricos**. 1ª. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

PIMENTA, J. P. G. **Brasil y las independencias de Hispanoamérica**. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2007.

PIMENTA, J. P. G. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1828). In: PIMENTA, J. P. G. **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 27-55.

PORTO, A. Influência do caudilhismo uruguaio no Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 35, p. 371-473, III trimestre, 1929. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/109953/59657>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

WIEDERSPAHN, H. O. **Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.